

VILSON MEDINA

A “NOVA” CARA DO CONSERVADORISMO DO BRASIL:

Configuração, Contextos e Facetas

Porto Alegre
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL INSTITUTO
DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
LINHA DE PESQUISA: SOCIEDADE E CONHECIMENTO

A “NOVA” CARA DO CONSERVADORISMO DO BRASIL:

Configuração, Contextos e Facetas

VILSON MEDINA

ORIENTADOR: PROF. DR. KARL MONSMA

Dissertação de mestrado em Sociologia, apresentada
como requisito parcial para a obtenção do título de
Mestre pelo programa de Pós-Graduação em
Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande
do Sul.

Porto Alegre
2020

CIP - Catalogação na Publicação

Medina, Vilson
A "NOVA" CARA DO CONSERVADORISMO DO BRASIL / Vilson
Medina. -- 2021.
176 f.
Orientador: Karl Monsma.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia,
Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Conservadorismo do Brasil . 2. Nova direita do
Brasil . 3. Fascismo no Brasil . 4. Configuração
social do Brasil . I. Monsma, Karl, orient. II.
Titulo.

Vilson Medina

A “NOVA” CARA DO CONSERVADORISMO DO BRASIL:

Configuração, Contextos e Facetas

Dissertação de mestrado em Sociologia, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre,

Resultado:

BANCA EXAMINADORA:

Dedico esse trabalho à minha avó, Maria Helena.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos colegas que me ajudaram com leituras do trabalho e discussões sobre o tema, em especial Murilo Gelain Gonçalves e Laíla Funck Batista, que desde o início foram de grande ajuda. Agradeço também aos professores do PPGS, que foram fundamentais para a evolução do trabalho, em especial meu orientador Prof. Dr. Karl Monsma.

RESUMO

Esse trabalho se propõe a esclarecer o perfil político-ideológico daquilo que se convencionou chamar de conservadorismo ou liberal-conservadorismo no Brasil. Isso é feito a partir de uma perspectiva teórica configuracional, apoiada no modelo de Norbert Elias, e por meio do uso do método histórico-sociológico. Trata-se, portanto, de buscar a definição desse perfil no seu processo histórico de formação, atentando para as estruturas reminiscentes, para as especificidades conjunturais e para as representações que os atores vão adotando ao longo desse percurso.

Palavras-chave: Configuração social; Processo (des)civilizador; Esfera pública; Ideologia/utopia; Fascismo.

ABSTRACT

This study aims to elucidate the political-ideological profile of what has come to be called conservatism or liberal conservatism in Brazil. The analysis is supported by the Configurational Sociology theorized by Norbert Elias and by the historical-sociological method. Therefore, the research points toward this profile in its historical formation process, paying attention to the reminiscent structures, the conjunctural specificities and the representations adopted by the actors along this path.

Keywords: Social Configuration; (Un)civilizing Process; Public Sphere; Ideology/Utopy; Fascism.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Ideologia x Utopia.....	31
Quadro 2- Quiliasma.....	40
Quadro 3- Taxa de urbanização (%).....	53
Quadro 4- Pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizada entre 20 e 30 de março de 1964, com base em 950 entrevistas.....	57
Quadro 5- Pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizada entre 20 e 30 de março de 1964, com base em 950 entrevistas.....	57
Quadro 6- Principais preocupações da população durante os Governos FHC, Lula e Dilma	71
Quadro 7- Pesquisa de intenção de votos (1989): escolaridade em percentual (%).....	84
Quadro 8- Pesquisa de intenção de votos (1989): renda em salários mínimos (S.M.).....	84
Quadro 9- Pesquisa de intenção de votos (1994): escolaridade em percentual (%).....	84
Quadro 10- Pesquisa de intenção de votos (1994): renda em salários mínimos (S.M.).....	85
Quadro 11- Pesquisa de intenção de votos (1998): escolaridade em percentual (%).....	85
Quadro 12- Pesquisa de intenção de votos (1998): renda em salários mínimos (S.M.).....	85
Quadro 13- Pesquisa de intenção de votos (2002): escolaridade em percentual (%).....	85
Quadro 14- Pesquisa de intenção de votos (2002): renda em salários mínimos (S.M.).....	86
Quadro 15- - Pesquisa de intenção de votos (2006): escolaridade em percentual (%).....	86
Quadro 16- Pesquisa de intenção de votos (2006): renda em salários mínimos (S.M.).....	86
Quadro 17- Pesquisa de intenção de votos (2006): cor declarada em percentual (%).....	86
Quadro 18- Pesquisa de intenção de votos (2010): escolaridade em percentual (%).....	86
Quadro 19- Pesquisa de intenção de votos (2010): renda em salários mínimos (S.M.).....	87
Quadro 20- Esquisa de intenção de votos (2010): religião declarada em percentual (%).....	87
Quadro 21- Touraine x Tarrow.....	100
Quadro 22- Objetos das teorias sociais da organização e mobilização social.....	101
Quadro 23- Perfil liberal-humanista x Perfil conservador.....	133
Quadro 24- Conservadorismo burocrático x “Conservadorismo” fascista.....	134
Quadro 25- Pesquisa de intenção de votos (2018): Escolaridade em percentual (%).....	144
Quadro 26- Pesquisa de intenção de votos (2018): Renda em salário mínimo (S. M.).....	144

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Pesquisa de intenção de votos (2014): Escolaridade em percentual (%).....	139
Tabela 2- Pesquisa de intenção de votos (2014): Renda em salário mínimo (S. M.) em percentual.	139

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Per capita em US\$ de 2013 (mil)	55
Gráfico 2- Salário nominal (em US\$)	55
Gráfico 3 - Poder de paridade de compra (em US\$)	56
Gráfico 4- Visão de Longo Prazo da Desigualdade 1960-1990 (Índice de Gini).....	61
Gráfico 5- Visão de Longo Prazo da Desigualdade 1990-2017 (Gini)	77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Pragmatismo Americano x Pragmatismo Francês	96
--	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
1.1	OUTRAS ANÁLISES	17
2	QUADRO TEÓRICO	21
2.1	CONFIGURAÇÃO, PROCESSO CIVILIZADOR E ESFERA PÚBLICA	21
2.2	DESDOBRAMENTOS UTÓPICOS, IDEOLÓGICOS E POLÍTICO-SOCIAIS DO SÉCULO XX E XXI	26
2.2.1	Aspectos Utópicos e Ideológicos na Transição da Modernidade para a “Alta Contemporaneidade”	27
2.2.2	Aspectos da “Baixa Contemporaneidade” e o Perfil Político-Social Dominante ..	35
2.2.3	Perspectivas das Disposições Utópico-Ideológicas e do Perfil Político Dominante Atuais.....	41
3	DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA AO GOLPE CIVIL-MILITAR	43
3.1	A CLASSE MÉDIA NA SOCIEDADE CIVIL DE 1889 A 1964	43
4	DO GOLPE CIVIL-MILITAR AO FIM DA NOVA REPÚBLICA	59
4.1	A CLASSE MÉDIA E A SOCIEDADE CIVIL DE 1964 A 1985	59
4.2	A CLASSE MÉDIA E A SOCIEDADE CIVIL DE 1989 A 2018	65
4.3	A SEGUNDA REAÇÃO OLIGÁRQUICA E A CLASSE MÉDIA	72
5	O PROCESSO	79
5.1	A METÁSTASE	81
5.2	MBL	102
6	CONCLUSÃO	116
6.1	SOBRE O SENTIDO E O OBJETIVO DO LEVANTE.....	116

6.1.1	Sobre o sentido do levante reacionário no Brasil	116
6.1.2	Sobre o Objetivo das Rupturas	122
6.2	A METAMORFOSE	127
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS		150

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como propósito entender o perfil político-ideológico que embasa o levante conservador dos últimos anos no país. Isso a partir de uma perspectiva teórica histórico-sociológica configuracional. Tal proposta dá-se por entendermos a dificuldade de compreender-se esse fenômeno a partir de um recorte restrito que coloca em evidência exclusivamente eventos, grupos ou atores específicos, ou seja, limitar o fenômeno a um objeto aos moldes positivistas.

Para isso usaremos como método de análise primeiro, elencar índices sócioeconômicos, desenho constitucional, interpretações culturais, atores sócio-políticos suas pautas e suas relações de cooperação e de conflito em determinados contextos. Para posteriormente analisarmos as consequências desses fatores e relações nos contextos conjunturais. A partir dessas considerações buscaremos entender se existem tendências ao longo do processo histórico.

Aqui é preciso fazer uma última consideração metodológica sobre o que entendemos por tendência. Pois, assim como entendemos que a abordagem sobre fenômeno precisa ser distinta da abordagem aos moldes positivista, onde o objeto é tratado como algo delimitado e imbuído de todas as suas qualidades alheias ao processo histórico, também entendemos a ideia teórica de tendência distintamente da ideia teórica de lei. Sendo a segunda percebida como um fator exógeno e impositivo ao processo histórico, enquanto a primeira é algo condicionado aos contextos, interesses e relações entre os atores sociais, ou seja, um fator endógeno ao processo histórico.

Passamos à apresentar o fenômeno. Desde o que ficou conhecido como Jornadas de Junho, em 2013, o Brasil vem sendo fonte de inúmeras turbulências no que tange à política. Jornalistas, analistas políticos, cientistas sociais e pesquisadores no geral esforçam-se para acompanhar e compreender, dia após dia, cada episódio novo, cada escândalo, cada intriga, cada caso político. No meio de tudo isso, um dos fenômenos que mais tem instigado alguns pesquisadores é a emergência de novos atores e grupos sócio-políticos na cena institucional. Atores e grupos que ostentam valores e preconceitos distintos dos ostentados pela militância convencional, isso por colocarem-se no espectro político-ideológico oposto aos que eles entendem como pervertidos ou perversores.

Ontem declarar-se *de direita* era praticamente um tabu, hoje vários atores assumem-se assim, isso com as mais distintas nomenclaturas como: liberais, conservadores, nacionalistas,

capitalistas, etc. Distintos grupos e organizações assumiram esses rótulos, reivindicando referências antigas como, por exemplo, o império, os vicentinos, a “revolução” constitucionalista, a ditadura civil-militar, o ex-deputado federal e candidato à presidência Enéias Carneiro, etc. Assim como passaram a assumir referenciais e métodos de atuação amplamente utilizados por movimentos de esquerda como, por exemplo, a linguagem e os conceitos, as estéticas e os repertórios em geral.

Pesquisadores vêm se debruçando sobre esse universo de organização e mobilização social, buscando esclarecer, entre outras coisas, a emergência desses novos atores e grupos. Mas, diferentemente dos grupos da esquerda e do campo progressista, a emergência dos agentes do outro lado permanece ainda pouco esclarecida. As análises alternativas até aqui têm, por regra, investigar esse fenômeno por duas linhas distintas, uma conjuntural e outra genealógica. A primeira linha de análise tende a apresentar o fenômeno como fruto do puro acaso, ou seja, esse deu-se em decorrência de uma sucessão de problemas de ordem social, política e econômica gerando um mal-estar social de forma que levou a identificação desses problemas com o governo e sua suposta ideologia. Tendo como reação a esse mal-estar uma debandada para e/ou afirmação do lado que era entendido como o oposto político e ideológico do governo. Enquanto a segunda linha de análise, a genealógica, interpreta o fenômeno como consequência de uma evolução linear de um discurso neoliberal-conservador, por vezes associado a interesses estrangeiros. Tendo como consequência um boicote à política em nome de uma agenda econômica e social reacionária.

Ambas linhas trazem elementos fundamentais na investigação do fenômeno, sem os quais não seria possível a interpretação desse. Todavia, para uma análise mais profunda é preciso ampliar a análise um pouco além de atores, interesses, discursos e resultados. Acreditamos que para isso é preciso focar no processo em si, só assim é possível ver como que alianças entre atores e grupos, assim como os discursos e resultados puderam reafirmarem-se à um tendência e fazer sentido para os atores durante todo o processo com os contextos mudando constantemente. Tendência e sentido que foram sendo reafirmada e construído, respectivamente, alheios a inúmeras contradições e conforme as necessidades e até mesmo com uma certa aleatoriedade, mas que, dentro de uma perspectiva configuracional, é compreensível sociologicamente sem abrir mão das especificidades da conjuntura, nem das transformações históricas.

O que apresentamos a seguir é um esforço no sentido de contribuir com esse debate, focando no esforço em definir o perfil político-ideológico desse levante. Sendo assim, esse trabalho vai debruçar-se principalmente sobre a configuração social e seus potenciais de transformação e manutenção da ordem ao longo do processo, além das disputas no campo político e social do país, a emergência de novos atores, grupos e pautas no cenário, e da utilização de novos instrumentos ainda não devidamente experimentados institucionalmente como, por exemplo, o uso das redes sociais.

Tendo em vista que a classe média¹, sua construção, suas transformações e suas atuações políticas ao longo do tempo, é nossa principal referência na linha investigativa. Acreditamos que, ao acompanhar a trajetória da classe média e sua relação com as tendências históricas experimentadas, é possível primeiro esclarecer o sentido e o objetivo por detrás da atuação dos grupos e atores, predominantemente oriundos dessa classe, que compõe o levante conservador. A partir disso podemos ter uma de referência para esclarecermos o perfil político e ideológico do levante.

Entretanto, quando busca-se por rupturas completas, em que o velho morre e dá lugar ao todo novo, elas não são encontradas. Rupturas, reminiscências e transmutações estão presentes em todo recorte histórico. É possível definir um período em comparação a outros distinguindo-o por fatores estruturais que podem ser de ordem política, econômica, cultural, entre outras, tanto em âmbito nacional, quanto internacional. Neste estudo, a linha de estruturação histórica será a relação da classe média com as demais classe, intermediada pelas condições socioeconômicas objetivas do país, as interpretações culturais de cada contexto, os desenhos constitucionais, etc., ou seja, construção da sociedade civil no país e o papel da classe média ao longo do tempo. Período que corresponde cronologicamente com a República e todas suas fases, as quais também encontram transformações correspondentes nos comportamentos dos distintos setores da sociedade civil, sendo a classe média o setor que sofre transformações políticas mais significativas. Por fim, decifrar, a partir desse processo, o perfil político e

¹ Segundo o estudo realizado por Jessé Souza, o mais aprofundado de caráter compreensivo que se tem até hoje sobre os perfis componentes da classe média, categorizado como classe média no Brasil, a classe em questão é composto por quatro frações. Uma fração protofascista, que sustenta abertamente ódio às classes populares e corresponde a aproximadamente 30% da classe; uma fração chamada de liberal¹, que ostenta um imaginário e uma conduta de paladino da ordem, representando aproximadamente 35% da classe; uma fração chamada de expressivista, ou “classe média de Oslo”, que em geral tem acesso a alto capital cultural e corresponde a aproximadamente 20% da classe; e, por último, a menor fração, a chamada fração crítica, quase sempre identificada com a pautas da esquerda, correspondendo a aproximadamente 15% da classe (SOUZA, 2017, p. 174).

ideológico dominante na classe média em relação ao sentido e aos objetivos das rupturas democráticas.

Para demonstrar as tendências apontadas acima, além de empreender uma descrição livre dos fenômenos, embasá-los em dados e índices obtidos em fontes primárias como, por exemplo, IBGE. Também usar a história constitucional do país para estabelecermos os desenhos constitucionais correspondentes a cada conjuntura, assim como nos valermos das interpretações culturais de cada contexto e das pautas e relações estabelecidas pelos atores e grupos sócio-políticos. Ademais, recorre-se à leitura de referenciais teóricos capazes de servir como interlocutores nessa aproximação, com o devido cuidado a fim de evitar que eles sejam mobilizados como interpretações genéricas, uma vez que é preciso o uso de recortes teóricos concisos que sirvam como referência interpretativa para o processo empírico.

Antes de tudo, é importante verificar se tais referenciais podem servir a uma abordagem configuracional e se contemplam todas as dimensões da investigação. Isso porque, nessa abordagem, o desenho do fenômeno e o contexto muitas vezes confundem-se, ou seja, têm uma dimensão descritiva empírica que não pode ser limitada apenas a modelos normativos abstratos. Além disso, a abordagem sobre os referenciais teóricos está em uma escala decrescente de abstração interpretativa do fenômeno (do macro ao micro), mantendo o mesmo foco, ou seja, são convergentes teoricamente, portanto, capazes de serem comungados na interpretação.

Sendo assim, para a elaboração de um breve histórico que coloque em evidência as disposições acima tratadas, são usadas as referências teóricas e os conceitos operacionais, além dos indicadores socioeconômicos, histórico-constitucionais e das transformações culturais. Na perspectiva histórico-sociológica adotada, ganham destaque os conceitos de configuração social, processo civilizador e esfera pública; agrega-se os conceitos de *habitus* ideológico e cinismo contemporâneo; no capítulo, agrega-se os descritores das teorias sobre organização e mobilização social, idiota, liberalismo humanista. Por fim, os conceitos destacados são conservadorismo burocrático e fascista. Isso na tentativa de esclarecer o perfil político-ideológico do levante que apoia-se em um sentido e em um objetivo que, por sua vez, é reflexo da reminiscência da configuração social.

Tais conceitos contribuem para tratar desse processo histórico na sua relação real em que estão implicadas transformações e ressignificações do próprio processo, não apenas como consequência de uma simples dinâmica de ação e reação. Essa dinâmica que ocorre no caso do Brasil, dentro de determinadas condições, existe também em processos históricos em outros

lugares do mundo como um elemento constituinte de todo cenário de crise e/ou transformação. A sobreposição das pautas de um lado sobre o outro não é um reflexo mecânico puro, em que o mais forte vence e o mais fraco perde. Processo cuja resolução reflete uma dialética social mais complexa, que envolve tanto recursos materiais como instituições formais, poder e riqueza quanto recursos imateriais como discursos, ideologias, sentimentos e moral.

1.1 OUTRAS ANÁLISES

O levante reacionário dos últimos anos foi um fenômeno que mobilizou inúmeras tentativas de interpretação. Desde cientistas sociais, passando por analistas políticos, jornalistas, até figuras influentes e cidadãos comuns tinham suas versões interpretativas sobre o fenômeno. Com exceção dos primeiros, quase sempre essas interpretações vinham ou em tom condenatório em que apontava-se toda a má fé desses atos que estariam totalmente orquestrados, ou em tom de exaltação onde apontava-se os melhores valores e intensões como sustentáculos desse levante. No entanto, isso sustentou-se mais como instrumento de ataque e mobilização do que propriamente de análise.

Todavia, as tentativas sérias, objetivas e bem estruturadas de entender o fenômeno foram feitas por cientistas sociais. Tentativas que experimentaram um crescente aprimoramento das análises desde as manifestações de 2013 até os dias atuais. Essas tentativas apoiam-se em inúmeras linhas teóricas para esclarecer o turbilhão de acontecimentos apoiadas desde a teoria de escolhas racionais, onde coloca-se indivíduo e suas intenções no centro do fenômeno, até teorias que apontam para um espírito autônomo do levante que vai além das vontades individuais.

Nisso, pode-se reduzir essas tentativas à duas linhas interpretativas sobre o fenômeno², essas recorrem a elementos distintos na intensão de esclarecer o que passa-se, ou melhor, o que embasa tal levante reacionário. A primeira dessas é a perspectiva conjuntural [CARVALHO (2018), PINHEIRO-MACHADO (2019), SOLANO (2019)] que dá ênfase as múltiplas crises que são vividas em um curto espaço de tempo. A má gestão da crise econômica, os escândalos de corrupção e as investidas de atores institucionais são as principais fontes apontadas como

² Aqui escolhemos como estratégia elencar os estudos com maior repercussão popular, por tornarem-se livros publicados, portanto, com alcance além do meio acadêmico. Isso por dois motivos: primeiro, esses estudos são bastante representativos das duas perspectivas que convencionaram-se em torno do fenômeno; segundo, o objetivo desse trabalho não é discutir exaustivamente a bibliografia gerada sobre o fenômeno nos últimos tempos, mas apresentar uma outra perspectiva possível.

responsáveis pelo levante conservador. A primeira aponta para a virada na política econômica do governo diante de seu enfraquecimento, apostando em uma agenda neoliberal para dar-lhe com a crise que apontava. Para alguns analistas isso foi o motivo do aprofundamento da crise, além de ser responsável pela desilusão das bases diante da agenda adotada pelo governo. Outro ponto é a crise política que vinha, segundo analistas, acendendo desde o primeiro governo Lula, esperando apenas um cenário propício para desencadear-se. Sendo assim, a própria ascensão de um governo com uma agenda social já causou um mal-estar que vinha aprofundando-se e desencadeara-se na crise econômica durante a corrida eleitoral.

Por fim, uma terceira análise dentro dessa linha, e a favorita dos veículos de comunicação, é a crise moral que apontava todos os escândalos de corrupção, todos reportados como fruto exclusivo dos governos petistas, sempre com a ressalva de ser o maior escândalo de corrupção da história. A dificuldade nesse caso de distinguir o que é propaganda do que é análise propriamente por parte dos veículos de comunicação é muito difícil, tratando-se quase exclusivamente de propaganda política e também partidária. Seja por parte da grande mídia, seja por parte de mídias menores. Sendo assim, a cobertura jornalística tomou status de propaganda com o intuito de mobilizar e legitimar investidas dos grupos, às vezes, exaltando valores propagados, às vezes, maquiando esses. Eram exaltados como valores do levante a espontaneidade, a luta contra a corrupção, etc., enquanto eram escondidos a simpatia pelo regime militar, o preconceitos contra minorias, etc.

A segunda perspectiva é o que chamamos de genealógica [LACERDA (2019), SAFATLE (2021), SOUZA³()], essa busca interpretar o levante reacionário como um fenômeno enraizado basicamente em dois outros fenômenos que vem ascendendo no Brasil há décadas, esses são: O neoliberalismo e o neopentecostalismo. Embora sejam coisas distintas, segundo a análise dos atores que debruçaram-se sobre o fenômeno, eles guardam similaridades e reforçam-se. Como se a narrativa tivesse um poder hegemônico sobrepondo-se aos conflitos de classe. A análise genealógica contribui para entendermos os valores reivindicados pelo levante e a quais agendas ele está associado. No entanto, o mais importante nessas análises é que esses são fenômenos que deram uma base sólida ao levante reacionário e vinham construindo-se há muito tempo como doutrinas. Desta forma colocaram-se não apenas como

³ Por justiça é preciso apontar que Jessé Souza traz em sua teoria elementos que possibilitam uma interpretação para além do estabelecido em suas obras que trataram especificamente do fenômeno e foi uma das principais referências desse trabalho.

influências externas em uma determinada conjuntura, mas como uma forma de pensar e apreender o mundo à sua volta, uma forma de conquistar mais que votos na disputa política, alcançando corações e mentes.

Embora ambas perspectivas tenham contribuído sem sombra de dúvidas para a análise profunda do fenômeno, com a clara exceção das peças publicitárias circuladas pelas mídias, essas também mostraram limites em suas interpretações sobre o fenômeno. A conjuntural por circundar o fenômeno a uma conjuntura muito específica, o que restringe a análise à espontaneidade e à reflexividade dos atores como uma reação instantânea e deliberada, onde o alvo da revolta seria lógico. Desta forma ignora as múltiplas manifestações, as disputas em torno dessas e as distintas etapas que reajustavam as disposições a cada etapa. Essa perspectiva mostra-se limitada por geralmente restringir a análise de caráter compreensivo à interpretação imediata dos atores exclusivamente e muito limitada no tempo e espaço. Muitas vezes minimiza as mudanças ao longo do tempo e as disputas entre as distintos grupos e classes. Já a análise genealógica, por sua vez, peca pelo contrário em suas investigações. Aponta muitas vezes de forma assertiva a ascensão de determinada narrativa que interfere no cenário, mas faz isso de forma a anular os atores. A não espontaneidade e a não reflexividade dos atores no processo são evidentes nessas análises. Tudo resume-se a narrativa que é apresentada como dominante a ponto de praticamente anular os atores. Essa narrativa peca também por não perceber os conflitos que existem em relação as narrativas concorrentes e além delas. As causas objetivas (econômicas, políticas e sociais) e como essas dimensões afetam as interpretações sobre as narrativas são ignoradas. Sendo preciso atentar para o fato de que tais narrativas chegam a uma condição privilegiada posterior ao levante e não anterior. As narrativas, mesmo estando nuclearmente inseridas no levante desde os primeiros momentos, não tiveram o poder de homogeneizar as disposições comuns que aproximavam os atores. Desta forma, o que as narrativas fazem é dar alguma homogeneidade restrita ao levante posteriormente ao seu sucesso. O que só pode ser conseguido com a fusão ou a revelação da relação entre as narrativas legitimadoras e as disposições herdadas pelas instituições.

Tendo isso em vista, a proposta de uma abordagem configuracional sobre o fenômeno faz-se pertinente. Pois, essa é uma abordagem que consegue comungar os fatores objetivos e as instituições historicamente, juntamente com as narrativas e suas transformações, além das especificidades conjunturais de cada cenário. Nessa perspectiva os atores são dotados de reflexividade, mas essa não é ilimitada ou necessariamente assertiva, as possíveis formas de

interpretação são limitadas às condições objetivas tanto do cenário, quanto da posição dos atores nesse cenário. As narrativas são o arcabouço de reflexão disponível aos atores que, por sua vez, desenvolvem essa reflexão de acordo com as suas próprias condições. Além da reflexividade e dos discursos, a perspectiva configuracional considera que as instituições que configuram as sociedades antecedem e ultrapassam os atores e por isso tem efeito sobre a reflexividade individual e sobre as narrativas coletivas.

Desta forma, a perspectiva configuracional consegue apresentar o que antecede a reflexividade e as narrativas, os limites e conflitos entre essas, além de evidenciar a relação desses com as consequências do fenômeno. Ou seja, a reflexividade dentro de determinada conjuntura e as ações dos atores encontram limites e só podem alcançar algum resultado a curto e médio prazo reconhecendo esses. As narrativas, por sua vez, só são realizáveis a longo prazo se essas adaptarem-se as instituições e disposições sociais como requisito para ser assimilado paulatinamente. Esses dois indicadores são fundamentais para entendermos o sentido e o objetivo por detrás do levante. O primeiro evidencia a origem e as condições em termos de reflexividade e narrativa. Enquanto o segundo evidencia os resultados almejados pelo levante. Ambos esclarecem o perfil político-ideológico do levante.

2 QUADRO TEÓRICO

2.1 CONFIGURAÇÃO, PROCESSO CIVILIZADOR E ESFERA PÚBLICA

Neste trabalho estará em foco as características políticas, culturais, constitucionais e econômicas das conjunturas que foram experimentadas ao longo do período republicano. Também destacaremos a emergência, a trajetória e interação dos principais atores sociais de acordo com cada cenário vivido no período. Esse esforço tem três finalidades. A primeira é fazer desse primeiro capítulo (teórico/conceitual) um ponto de contraste com o restante (históricos/descritivos), o que dará mais clareza aos outros aspectos que serão investigados. A segunda, é discutir a continuidade de uma ordem e de uma solidariedade que perpassam toda a história desde a origem. Por fim, a terceira também destacada acima, é esclarecer as possibilidades apresentadas de romper com essas.

Mostrando desta forma que embora a experiência tenha sido permeada por fatores essenciais à construção e consolidação de uma ordem embasada em relações sociais modernas como, por exemplo, a evolução constitucional, as experiências democráticas, crescimento econômico e emergência de organizações sociais de setores antes excluídos politicamente, ainda assim não foi o suficiente para que uma nova solidariedade social universalizasse-se no país. Isso porque esses fatores não resistiram o suficiente para garantir a emergência de novos padrões de relações sociais que pudessem superar os padrões desde sempre estabelecidos na sociedade. Esse fracasso, por sua vez, deve-se não a incapacidade dos atores e grupos que encampavam tais transformações, mas sim à ruptura da ordem democrática vigente quando essa permitiu a experiência desse avanço.

Para isso o primeiro conceito mobilizado é o de configuração social, que é o cerne da teoria social de Norbert Elias. O autor constrói esse conceito para operacionalizar uma investigação que leve em conta uma gama de aspectos que expressam-se no tempo e no espaço com distintos graus de intensidade, mas sem deixarem de estar relacionados conforme a dinâmica social vigente. A partir desse modelo de investigação, busca-se demonstrar que os diferentes determinantes podem interferir diretamente tanto na reprodução ordinária (habitual) quanto na produção extraordinária (transformadora) do mundo social.

Toda ação dotada de sentido para as pessoas, seja individual, seja coletiva, está condicionada às relações sociais que foram estruturadas ao longo do tempo. Não é possível,

autonomamente, abster-se dessa estrutura de classes, visto que ela dá operacionalidade ao mundo pelo sentido que lhe é atribuído a partir dela. Isso não significa, porém, que as relações estejam definitivamente determinadas, como Elias deixa claro no parágrafo que segue:

A fim de entender estruturas e processos sociais, nunca é suficiente estudar um único estrato funcional no campo social. Para serem realmente entendidas, essas estruturas e processos exigem um estudo das relações entre os diferentes estratos funcionais que convivem juntos no campo social e que, com mais rápida ou mais lenta mudança nas relações de poder provocada por uma estrutura específica desse campo, são no curso do tempo reproduzidas sucessivas vezes. (ELIAS, 1993, p. 239)

O que o autor explora com esse conceito é a base da viabilidade da existência social, seja pelo processo de reprodução, seja pelo processo de ruptura da ordem, mostrando que o sentido de uma ordem é algo dividido por todos, em acordo pleno, parcial ou nem isso. Não trata-se de um processo de via única. As interações expressam, acima de tudo, as relações de dominação partilhadas entre dominadores e dominados. Tais relações não são fruto exclusivo das intenções de um grupo privilegiado, por isso são bastante vulneráveis à instabilidade e aos conflitos. Dessa forma, os conflitos, nas suas mais diversas expressões, são fatores endógenos à ordem e tendem a intensificar-se conforme a instabilidade da ordem. Essa instabilidade, por sua vez, pode ter as mais diversas origens: econômica, política, moral etc. (LANDINI & DÉPELTEAU, 2014).

A assimetria de recursos disponíveis para os diferentes estratos em disputa obviamente não é negada. No entanto, o que busca-se mostrar é o caráter dessas interações impositivas e, principalmente, que só a partir dessas interações é possível transformar e manter a sociedade. Como mostra Elias,

Da mesma forma que em todo estudo psicogenético é necessário levar em conta não só as funções “inconscientes” e “conscientes”, mas a contínua circulação de impulsos entre umas e outras, igualmente é importante, em todos os estudos sociogenéticos, levar em conta desde o início toda a configuração do campo social, que é mais ou menos diferenciado e carregado de tensões. E só é possível fazer isso porque o tecido social e sua mudança histórica não são caóticos, mas possuem, mesmo numa fase de agitação e desordem, um claro padrão e estrutura. (ELIAS, 1993, p. 239)

Outro aspecto importante nesse conceito (e concepção teórica) é sua perspectiva evolutiva, pois ele prevê uma dinâmica processual na qual, em tese, quando respeitados os princípios gerais de sociabilidade, as relações encaminham-se para a universalização da base de sociabilidade costurada por princípios e propósitos que garantam a todos uma condição de reconhecimento mútuo, entendida por todos os internos à ordem. No entanto, isso não significa que esse processo é linear. Para entender melhor essa questão, será oportuno associar o conceito

de configuração social com o(s) conceito(s) de processo (des)civilizador, o que será feito logo adiante.

A partir dessa perspectiva, é possível verificar se há regularidade ao longo da história das instituições, tanto no que diz respeito às instituições formais quanto às informais. A regularidade, as oscilações e as disputas em torno das instituições podem ajudar a esclarecer o sentido desse processo. Com esse recurso em mãos, o passo seguinte é debruçar-se sobre a história do Brasil e ver o que ela apresenta em relação a isso. Verificando se é experimentado em algum momento um processo civilizador e, se sim, em que circunstâncias tem-se esse fenômeno.

Sendo o segundo conceito mobilizado, o conceito de processo civilizador (1990, 1993) que trata-se, em um primeiro plano, como uma mudança comportamental consciente do estrato social dominante que, com o tempo, vai espalhando-se e naturalizando-se pelos demais classes da sociedade. Esse processo, entendido como um todo, não é fruto de ações que buscam um fim definitivo em longo prazo, mas, sim, é um conjunto de respostas, deliberadas e pensadas, a problemas conjunturais que vão apresentando-se ao longo do tempo. Sendo que, segundo Elias (2011), esse processo não é fruto dos instintos humanos, nem mesmo da razão abstrata pura apenas.

Desta forma, as relações constituintes da sociedade podem ser tanto de caráter violento ou de amorosidade entre os agentes envolvidos nesse processo contínuo. O autocontrole como um mecanismo internalizado pelos agentes é visto como um artifício fundante da modernidade. Todavia, dado que esse autocontrole não é capaz de regular todas as relações da ordem moderna, faz-se necessário que essas relações sejam objetivadas, regulamentadas e institucionalizadas conforme os padrões burocráticos modernos.

Processo civilizador é um conceito caro e, até certo ponto, controverso na teoria configuracional de Elias. No entanto, muito dessa controvérsia e aversão que existiu em relação ao conceito dá-se por conta de uma interpretação, que defende uma ideia de processo civilizador como uma consequência natural das interações humanas, considerado como uma constante antropológica (LANDINI & DÉPELTEAU, 2014). O que difere da definição do próprio Elias, como mostra o parágrafo abaixo.

Embora os seres humanos não sejam civilizados por natureza, possuem por natureza uma disposição que torna possível, sob determinadas condições, uma civilização, portanto uma autorregulação individual de impulsos do comportamento momentâneo, condicionado por afetos e pulsões, ou o desvio desses impulsos de seus fins primários fins secundários, e eventualmente também sua reconfiguração sublimada. [...] Dado que os seres humanos, diferentemente de muitos outros seres vivos sociais, não

possuem uma regulação nativa dos afetos e pulsões, eles não podem prescindir da mobilização de sua disposição natural rumo à autorregulação mediante o aprendizado pessoal dos controles dos afetos e pulsões, no sentido de um modelo de civilização específico da sociedade, a fim de que possam conviver consigo mesmos e com os outros seres humanos. O processo universal de civilização individual pertence tanto às condições de individualização do ser humano singular como às condições da vida social em comum dos seres humanos. (ELIAS, 2002, p. 21)

Depreende-se dessa proposição não uma ideia de progressão linear civilizadora, e sim os reflexos das trajetórias das sociedades onde os indivíduos produzem e dividem a vida, em todas as suas esferas, de forma interdependente e sem poderem desvincular-se disso, sob pena de desfazerem-se da própria condição humana e dos meios de resolução dos conflitos.

A civilização a que me refiro nunca está completa, e está sempre ameaçada. Corre perigo porque a salvaguarda dos padrões mais civilizados de comportamento e sentimento em sociedade depende de condições específicas. Uma delas é o exercício de autodisciplina, relativamente estável, por cada pessoa. Estas incluem o fornecimento de bens – ou seja, a manutenção do habitual padrão de vida. Incluem também, sobretudo, a resolução pacífica de conflitos intraestatais – isto é, a pacificação social. Mas a pacificação interna de uma sociedade também está sempre correndo perigo. Ela é ameaçada tanto por conflitos sociais quanto pessoais, que são atributos normais da vida em comunidade humana – os próprios conflitos que as instituições pacificadoras estão interessadas em dominar. (ELIAS, 1997, p. 161)

A única consequência lógica disso é que, nessa trajetória, quando está-se avançando em relação ao processo civilizador, como resultado da emancipação dos indivíduos, o que ocorre é uma contenção e um aumento da previsibilidade sobre uso da violência. Desse modo, ocorre um processo descivilizador quando observa-se a promoção do contrário, ou seja, de um uso mais desregulado e mais imprevisível da violência e uma maior submersão do indivíduo. Em nível institucional, o processo civilizador expressa-se na imparcialidade e objetividade nos fins dados aos recursos políticos, econômicos e jurídicos.

[...] não se pode entender o colapso de comportamento e sentimentos civilizados enquanto não for possível, em primeiro lugar, compreender e explicar como o comportamento e sentimento civilizados vieram a ser construídos e desenvolvidos [...] (ELIAS, 1997, p. 390)

Dentre os elementos comuns a todos os processos de civilização, assim como a todos os processos de descivilização, destaca-se sua direção. Nesse caso, basta uma seleção de critérios para o direcionamento de processos de civilização. Em uma investigação de longo alcance, descobre-se que o equilíbrio entre coações exteriores e autocoações – e, com isso, também o equilíbrio entre autocoações e coações das pulsões e o tipo de assentamento individual das autocoações no curso do processo da civilização humana – transforma-se no sentido de uma direção específica. (ELIAS, 2002, p. 23)

Após as definições e as relações entre os conceitos de configuração social e processo civilizador como pilares centrais de uma investigação, buscando esclarecer o sentido e o

objetivo do levante conservador e, após isso, o perfil político ideológico por trás do fenômeno. Importa estabelecer meios para entender-se a dinâmica de disputa narrativa e moral, e legitimação de pautas, assim como a distribuição de recursos em torno dessas. Para isso é fundamental o conceito de esfera pública.

Sendo esse o terceiro conceito mobilizado, o conceito de esfera pública que, como é tratada por Habermas (2014), consiste na dimensão em que os agentes, sejam estes públicos ou privados, colocam suas concepções e interesses em debate. Essa dinâmica busca influenciar na formação da opinião pública da sociedade civil sobre suas demandas, de modo a alcançar o governo que, por sua vez, deve responder às demandas apresentadas pela sociedade civil.

Esse conceito foi tratado sociologicamente primeiro por Habermas, mas o próprio autor afirma que ele corresponde a uma característica tradicional do pensamento ocidental e que pode ser considerada como uma constante antropológica (HABERMAS, 1993). Ou seja, cada era histórica conta com sua própria esfera pública, com suas peculiaridades. No entanto, seu estudo concentra o interesse sobre a esfera pública burguesa, que consolida-se no século XIX e cujo nascimento dá-se pela emergência de duas instituições que caracterizam a modernidade: a imprensa e o parlamento. O autor debruça-se sobre o tema em uma investigação histórico-sociológica que busca interpretar o fenômeno na modernidade e contemporaneidade em suas emergências de acordo com suas mudanças estruturais, concluindo que a esfera pública teria três subdimensões: a argumentação baseada no uso da razão e com o objetivo do consenso; a publicidade baseada na propagação e exposição dos debates com uso da razão; e a privacidade que reduz os agentes à capacidade argumentativa.

Habermas vê dois momentos da esfera pública burguesa. O primeiro deles é uma dinâmica de expansão que dá-se pela correspondência entre a complexificação social em relação à ordem pré-burguesa e a organização de grupos de interesse que buscam representar e legitimar suas pautas nas disputas, o que pode-se ser entendido como uma tendência normativa. O segundo momento é a interrupção dessa expansão devido à passagem da modernidade para a contemporaneidade, quando ocorre a mudança da esfera pública pela concentração da mídia e da representação em grupos de interesse com pautas limitadas, ou seja, nem todos aqueles com potencial de poder são representados. Segundo o autor, esse segundo momento desequilibra (perverte) a esfera pública, interrompendo a condição antropológica para a evolução normativa do processo. No entanto, mesmo que o momento de interrupção provoque algum prejuízo à esfera pública (em todas as suas subesferas), isso não pode impedi-la por completo, pois existe

uma tendência que prevalece (ou só pode prevalecer) em um processo dialético entre a tendência normativa e a sanidade da esfera pública (HABERMAS, 2014).

Desta forma, esses conceitos contribuirão, em conjunto, para entendermos a continuidade ao longo da história de uma ordem e de uma solidariedade social retrógradas. Assim como contribuirão também para entendermos os motivos para a manutenção dessas, além das possibilidades de transformação dessas.

2.2 DESDOBRAMENTOS UTÓPICOS, IDEOLÓGICOS E POLÍTICO-SOCIAIS DO SÉCULO XX E XXI

Nesta seção busca-se esclarecer as principais mudanças utópicas e ideológicas e as transformações político-sociais que dão-se ao longo do século XX e início do século XXI. Com o intuito de entender quais as consequências dessas mudanças no cenário nacional contemporâneo, a partir do processo político-social local. Ademais compreender a existência e a persistência do *habitus* ideológico de reação na sociedade brasileira. Tal *habitus* ideológico, como será visto, fia-se em condicionamentos político-sociais específicos e momentâneos, sendo o perfil da vez o cínico. Isso sem efeito no sentido e no objetivo das investidas que são condicionadas principalmente pela configuração social, o que serve como uma “jaula de ferro”. Sendo assim, é relevante o esclarecimento sobre essa disposição utópica-ideológica e esse perfil político-social, como meios para tais fins configuracionais.

Também define-se o perfil político-social dos atores que sustenta o *habitus* ideológico propriamente dito, ou seja, verifica-se, além do sentido e do objetivo implícitos na reação conservadora, os meios fenomenológicos para tal. Desta forma, é necessário entender de que maneira o debate foi estabelecido em relação aos princípios e aos propósitos que estariam na base da disputa utópica-ideológica. Considerando, pontualmente, a inserção do país em um contexto para além de suas fronteiras.

2.2.1 Aspectos Utópicos e Ideológicos na Transição da Modernidade para a “Alta Contemporaneidade”

O ponto de partida da análise é formado por estudos consagrados que debruçaram-se sobre esse processo de assimilação da nova ordem, os quais serviram de base para a confecção de muitos conceitos que foram utilizados nesta investigação. Todavia, a busca de referências nesses estudos subordina-se a uma abordagem baseada na vigilância crítica aos apontamentos dos autores, tarefa facilitada pelo fato de a grande maioria dos pesquisadores consultados distinguir com clareza o diagnóstico e o prognóstico de suas investigações. Essa condição, associada a um distanciamento histórico, possibilita um tratamento mais seletivo daquilo que pode e deve ser tomado como referência consolidada.

O eixo dessa construção contextual é o estudo de Karl Mannheim, intitulado *Ideologia e Utopia* (1976), associada a comentários de outros autores a respeito de pontos cruciais de sua obra com o intuito de complementar, reforçar ou mesmo criticar aspectos de sua reflexão. Esse arranjo ajuda a articular os conceitos que são pontos-chaves na construção de um contexto no qual o fenômeno analisado neste estudo está inserido. Em razão disso, a abordagem investigativa apresentada por Mannheim é de suma importância. Principalmente as definições de utopia e ideologia do autor, considerando seu diagnóstico sobre a contemporaneidade. Faz-se necessário, contudo, a partir de sua obra, a proposta de um terceiro conceito: o de *habitus* ideológico.

Por *habitus* ideológico entende-se a junção de dois conceitos, que faz-se necessária para, a partir das formulações particulares de cada categoria, formular uma terceira. A terceira formulação toma do conceito de *habitus* de Norbert Elias (1997) a ideia de disposição internalizada na produção da vida e de capacidade de dar sentido à sua ação tanto na reprodução de eventos ordinários, quanto diante de eventos extraordinários que possam transformar o mundo social, exercendo-se na atividade imediata do sujeito sobre o mundo. Do conceito de ideologia de Mannheim, toma-se a ideia de que essa seja capaz não apenas de levar atores a ignorar as mudanças vividas no mundo de acordo com suas representações, pela reprodução irrefletida dessas representações e pelo apego a um mundo que está transformando-se, mas também pela possibilidade de rearranjos das relações sociais que o *delay* entre as transformações e as representações do mundo promove pela ideologia.

Tratando-se das definições conceituais propriamente ditas, o conceito de *habitus* aqui utilizado, diferentemente do conceito de *habitus* apresentado por Pierre Bourdieu em *A*

Distinção (2011), “resguarda” (na intenção de superar) o dualismo entre indivíduo e estrutura, de forma que essa relação mutuamente orientada e dependente em uma perspectiva teórica histórica ajude a explicar os processos de transformação experimentados pelas sociedades. Enquanto Bourdieu vê o *habitus* como um conjunto de disposições introjetadas pela estrutura e exercidas pelo indivíduo, Elias vê o *habitus* como consequência das interações intersubjetivas e interestamentais, onde a história tem um peso constitutivo maior em termos teóricos.

Quanto mais intimamente integrados forem os componentes de uma unidade compósita ou, por outras palavras, quanto mais alto for o grau da sua interdependência funcional, menos possível será explicar as propriedades dos últimos apenas em função das propriedades da primeira. Torna-se necessário não só explorar uma unidade compósita em termos das suas partes componentes, como também explorar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros, de modo a formarem uma unidade. O estudo da configuração das partes unitárias ou, por outras palavras, a estrutura da unidade compósita, torna-se um estudo de direito próprio. Essa é a razão pela qual a sociologia não se pode reduzir à psicologia, à biologia ou à física: o seu campo de estudo – as configurações de seres humanos interdependentes – não se pode explicar se estudarmos os seres humanos isoladamente. Em muitos casos é aconselhável um procedimento contrário – só podemos compreender muitos aspectos do comportamento ou das ações das pessoas individuais se começarmos pelo estudo do tipo da sua interdependência, da estrutura das suas sociedades, em resumo, das configurações que formam uns com os outros. (ELIAS, 2011, p.78-79)

Na concepção de Elias, esse processo não é nem totalmente reflexivo, nem totalmente irracional, passando a ser exercido, ao longo do tempo, como uma “segunda natureza”. A partir da configuração social, são estabelecidas as relações interestamentais e o *habitus* prova ser pertinente ou não na reprodução da lógica de dominação. Isso dá-se pela dinâmica desse processo, que baseia-se em “absorção” e “replicação” do *habitus* dos estamentos superiores pelos estamentos inferiores.

Voltando ao conceito de ideologia em Mannheim, por sua vez, tem como primeira meta distinguir em sua concepção teórico-formal os conceitos dos quais utiliza-se: ideologia e utopia. O autor defende que seu objetivo não consiste em uma investigação histórica restrita sobre o processo e as distintas definições que esses conceitos tomaram ao longo do tempo, visto que o caráter histórico de sua investigação fixa-se na busca pelas distintas formas de utopia e ideologia. Desse modo, a busca da definição teórica dá-se não em suas singularidades, mas, sim, nas formas de expressão que tomaram corpo a partir das ações, ideias e representações na modernidade.

Ainda que não perceba a utopia e a ideologia como um empreendimento individual, Mannheim também não nega o efeito transformador do subjetivo. Para o autor, a ideologia e a utopia de uma época são o resultado de relações sociais concretas, e é nesse campo que devem ser buscadas suas definições. Negando a ideia de um solipsismo criador e motivador, que por muito tempo embasou a percepção filosófica sobre o desencadeamento das ideias, o autor busca na investigação histórico-sociológica a revelação de um processo coerente e pautado no mundo real. Para tanto, faz uso da perspectiva histórica para entender e descrever as singularidades dos contextos de emergência e disputa entre utopias e ideologias, recurso que será útil neste estudo ao tratar-se da condição utópica da contemporaneidade. A sociologia, por sua vez, possibilita um entendimento acerca das estruturas que existem por trás desses fenômenos, de modo a verificar-se o que é generalizável na dinâmica desse processo.

Partindo desse quadro, é preciso apresentar as definições de Mannheim para ideologia e para utopia, lembrando que esses conceitos servem para definir as suas referências e objetivar sua investigação. A sua interpretação sobre ideologia fixa-se conceitualmente em três fatores. O fator mais imediato ao definir-se ideologia é sua tradução em ideias da realidade dada, em que a relação entre essas ideias aparenta ser adequada e congruente para com a realidade. A ideologia também pode encarnar objetos transcendentais (sem ser subversiva à ordem), inalcançáveis pela realidade, mas que podem influenciar positivamente as ações dos sujeitos. Por fim, é comum que seus significados sejam desconfigurados ou desestimulados ao serem confrontados pela realidade, o que acaba gerando dilemas.

Uma relação desarmônica com a realidade cria um déficit ideológico, que vai ser experimentado de formas distintas, objetivando-se em mentalidades ideológicas, quais sejam: aquele que pensa e concebe, portanto, incorpora axiomas, vendo-se, assim, incapaz de perceber a incongruência entre sua ideologia e a realidade; aquele que, por interesses, sejam esses vitais ou emocionais, opta por ignorar e/ou esconder a incongruência, gerando assim uma “mentalidade hipócrita”; e aquele que tira proveito de terceiros a partir do uso da ideologia como uma mentira deliberada para o seu logro consciente.

A utopia, por sua vez, pode ser definida, a princípio, como toda orientação que busca afetar em algum grau a realidade dada, promovendo concepções e comportamentos para isso. Faz-se a denúncia de falsa aparência e incongruência entre as ideias, seus estados de espírito e a realidade. No entanto, nem toda incongruência é ideológica. A utopia é uma orientação transcendental que, diferentemente da ideologia, visa à subversão da ordem. Observa-se na

história que a transcendência toma caráter exclusivamente utópico quando ideias são tomadas e significadas por estratos ou grupos sociais emergentes.

O que, em última instância, vai determinar uma investida como utópica ou ideológica é o estágio e o grau de realidade apresentada por essas ideias e comportamentos. A partir dessa abordagem histórico-sociológica, entende-se que a orientação subjetiva dará-se, em geral, de acordo com sua posição social, fenômeno que ao longo da história da modernidade mostrou-se bastante consistente, ainda que na contemporaneidade não faça-se tão coerente ou tenha perdido potência, segundo a concepção de algumas linhas teóricas que frisam outras dimensões conflitivas e ignoram a dimensão de classe.

O contexto histórico e social é preponderante na definição do sujeito sobre o que é utópico ou não. De acordo com a situação, esse contexto afeta a noção de viabilidade na concepção utópica, de modo que o sujeito pró-ordem a tratará de uma forma negativa absoluta sem valorizar o seu empreendimento em demonstrar objetivamente a falibilidade da ordem dada, justamente por perceber essa ordem como a única que não é falsa consciência. Assim, a partir de uma concepção de inviabilidade absoluta e em prol da ordem, esse sujeito nega a inviabilidade relativa que interpreta a utopia como uma mobilização mais complexa a qual comunga tanto com pautas deslocadas no tempo, como com pautas reais emergentes. Organizações mais voltadas à promoção das pautas humanistas mostram um aparato mais conceitual, com pensamentos sistemáticos ampliados, enquanto organizações conservadoras apegam-se aos conceitos históricos que enfatizam a singularidade dos acontecimentos. Aquelas enfatizam o caráter processual da dialética social, ao passo que estas atêm-se a interpretações de eventos.

Sendo assim, o conceito de utopia é um delimitador do seu significado, com propósito e objetividade. A definição aqui trabalhada baseia-se em uma estrutura que respeita traços comuns em distintas definições e a perspectiva histórica evolutiva do termo, evocando sua relação com o plano empírico. Entende-se que o conceito deve evocar e evidenciar as forças que estruturam o fenômeno, apresentando, assim, uma definição operacional como procedimento que atribui um significado comunicável por meio de especificações de como ele é aplicável dentro de um conjunto específico de circunstâncias.

O estrato social e os grupos dominantes determinam o que é utopia, enquanto o estrato social os grupos desafiantes determinam o que é ideologia. O que evidencia um caráter negativo atribuído a esses conceitos nas disputas políticas e sociais. No entanto, essa segregação das

concepções não é plena, e isso dificulta a definição ao avaliar-se o processo histórico, pois muitas vezes as utopias dos estratos sociais emergentes consideram-se embasadas na ideologia do estrato social dominante. A utopia tem como finalidade prover uma representação da ordem dentro de uma concepção mais ampla, a partir de conceitos que possam instigar transformações em relação à realidade dada. Trata-se, portanto, de uma ferramenta revolucionária. Essa definição tem em vista justamente a disputa com o estrato social e grupos dominantes e, elaborada nessa esfera, tem como finalidade, em última instância, não a objetividade ou a representação, mas sim o desmonte da concepção ideológica.

Quadro 1- Ideologia x Utopia

IDEOLOGIA	UTOPIA
1. Tem a realidade dada como fatalidade insuperável;	1. Pretende afetar a realidade dada;
2. promove concepções e comportamentos conservadores;	2. Promove concepções e comportamentos contestadores
3. apresenta-se como adequada e congruente	3. denuncia a falsa aparência e as incongruências
4. pode ser transcendental;	4. é transcendental;
5. não subversiva;	5. subversiva;
6. possibilidade de descrédito ao ter seus significados e valores confrontados (dilemas). Tal condição pode gerar três situações diferentes, implicando uma transmutação para a mentalidade ideológica: a) aquela incapaz de ver a incongruência; b) aquela que, por interesse, opta por ignorar as incongruências; b) aquela que deliberadamente opta por tirar vantagem da situação.	6. situação condicionada ao contexto histórico, influenciando na possibilidade das investidas utópicas. a) utópico absoluto: aversão à realidade dada, propósito de subversão plena da ordem. b) utópico relativo: tomada da realidade pela subversão da falsa consciência, agenda prospectiva.
7. disposição a reforçar a realidade dada;	7. disposição a pautas emergentes e deslocadas no tempo;
8. representações restritas à ordem;	8. representações que comportam uma dinâmica de transformação da ordem no tempo;
9. ferramenta reacionária.	9. ferramenta revolucionária.

FONTE: Elaborado pelo autor (2020)

Em uma disputa aberta nessa esfera, é quase impossível distinguir o que é ideológico, o que é utópico absoluto e o que é utópico relativo. Apenas uma retrospectiva histórica pode trazer algum esclarecimento quanto a isso. No entanto, comparações nas estruturas da construção sistêmica, embora sejam falhas na descrição das singularidades em relação ao processo histórico, dão uma ideia das forças e estruturas atuantes. A ideologia passa a ser percebida como uma falsa consciência e o utópico relativo como uma tomada da realidade pela subversão da falsa consciência.

Assim, o que há por *habitus* ideológico não corresponde exclusivamente a uma ação embasada de certa forma na racionalidade para atingir determinados fins, nem exclusivamente a uma representação de mundo que justifique seu estado. O que há é também uma disposição que resguarda racionalidade e emotividade em prol de um fim ou condição, identificada em maior ou menor grau por uma destas vias. Essa disposição não está, entretanto, condicionada ao esclarecimento ou à transformação desse fim ou condição, podendo ser alterada somente com a mudança dos atores. De modo que a correspondência entre as gerações de transmissão de valores ou preconceitos que reforçam a ordem sejam questionados ou comprometidos no cenário. Sendo de fundamental importância, para uma agenda utópica, o enfraquecimento dos laços intergeracionais de valores e preconceitos que correspondam às suas pautas.

Mantendo laços intergeracionais fortes de correspondência entre os valores e a ordem, percebe-se que as mudanças pelas quais a disposição passará corresponderão mais ao caráter reminescente da história do que à sua eliminação ou ao seu enfraquecimento. Uma mudança que expresse algum efeito também na ordem social, em específico, na configuração social, passa necessariamente por significativas fissuras nos laços intergeracionais. Apenas com essas fissuras nos laços intergeracionais pode-se promover transformações na configuração social que sejam duradouras, tendo assim como consequências mudanças nas relações interpessoais de reconhecimento. Caso contrário, a ordem social, os papéis sociais e a distinção social serão mantidos e, como efeito, a própria configuração social correspondente (EISENSTADT, 1976).

Posto isso, cabe perguntar como esse processo intrageracional afeta o diagnóstico sobre a contemporaneidade. Nesse sentido, Mannheim apresenta uma interpretação da contemporaneidade e a descreve em consequência das experiências catastróficas do início do século XX, promovidas pela ideologia do livre mercado (POLANIY, 2012). Com isso, a

dinâmica das utopias vão de um distanciamento do quiliasma⁴ a uma aproximação, cada vez maior, de uma concepção conservadora esclarecida. Visão alinhada àquilo que viria dar base para a construção do sistema social-democrático no pós-guerra. Esse sistema foi sustentado pela teoria keynesiana, a qual representou uma “fusão” entre as distintas expressões utópicoideológicas em prol da manutenção da ordem.

Processo esse assegurado pela estabilidade econômica e pela vazão de pautas utópicas através de reformas e promoções de direitos e garantias inéditos. O que teve, durante sua vigência, um efeito apaziguador aos conflitos de classe. No entanto, o que experimenta-se, já no final da década de 1970, é um contínuo desmanche das medidas do pós-guerra, a partir das investidas de políticas neoliberais pró-mercado, com efeitos no cenário contemporâneo (STREECK, 2018). Isso, articulado à queda dos regimes ditatoriais no mundo periférico, teve o efeito paulatino de resgate da intensidade e do extremismo nas disputas utópicoideológicas, mas em uma roupagem um pouco distinta, emergente também no pós-guerra, a da estetização⁵ da vida (HABERMAS, 2015).

A tentativa de aproximação e apaziguamento entre as distintas utopias e ideologias, no cenário que vinha sendo construído desde antes do pós-guerra, foi paulatinamente desmontada e, com isso, houve um acirramento nas disputas utópicas/ideológicas. Em paralelo, cada vez mais essas disputas são incorporadas por movimentos que encarnam pautas mais específicas de setores e grupos sociais, mais ainda do que os próprios partidos, que não conseguem mais legitimar-se perante a população. A previsão⁶ de maturação e comunhão entre as utopias e as ideologias como consequência de uma sociedade mais integrada não fez-se realidade, e, com isso, o contrário do previsto impôs-se (STREECK, 2018).

Esse distanciamento entre as ideologias e as utopias consiste na cooptação do quiliasma pelo conservadorismo, ou seja, na emergência de uma versão do quiliasma que tem sua disposição desfeita de ceticismo. Isso representa o esvaziamento nas investidas de fundamentação moral, que são encontradas nas teorias clássicas, em prol da estetização da vida.

⁴ Conceito definido no próximo subcapítulo.

⁵ Conforme a definição do jovem-conservador definido abaixo (HABERMAS, 2015).

⁶ Teorias mais radicais que diagnosticavam a superação ou a falência da modernidade reconhecem atualmente seus equívocos. Mesmo o fim da história teve de ser adiado ou abandonado, o próprio Fukuyama reconheceu que sua teoria do fim da história estava errada (FUKUYAMA, 2015). O amadurecimento dos laços sociais não desfez as representações em nome de uma nova solidariedade, tampouco a reflexividade impera nos dias atuais, como pensava Giddens. De acordo com Clausewitz, citado pelo autor, “a guerra [ainda] é a continuação da política por outros meios” (CLAUSEWITZ apud GIDDENS, 1991).

Tal cooptação também pode ser observada no texto de Habermas (2015) sobre a “nova obscuridade”, em que são abordadas as concepções do que o autor trata como jovem conservadorismo e como neoconservadorismo. O primeiro perfil, segundo sua definição, é avesso à centralização do conteúdo moral, sem necessariamente negá-lo. Aposta no estético, na performance e na retórica, sendo hostil a qualquer concepção teórica ou entendimento técnico que pretendam-se universais; o segundo perfil, por sua vez, valoriza a técnica, tomando-a não como um meio consequente do desenvolvimento crítico e esclarecedor, mas, pelo contrário, mobiliza-a como fetiche a fim de anular a moral e promover o determinismo da técnica como um fim em si. Para outros, como no pensamento de Bourdieu (2011), esses dois perfis estão envolvidos em uma relação de continuidade em consequência dos desdobramentos históricos, em que o primeiro tende a ser substituído pelo segundo como recurso instrumental em um mundo ascético.

De qualquer forma, diferentemente do previsto por Mannheim, que aposta na emergência de uma força criadora em tal situação, acreditando na evocação da autenticidade e da franqueza cética⁷ nesses cenários, o que experimenta-se na contemporaneidade é a própria impotência utópica. No entanto, o autor chama a atenção para o perigo do fim da utopia, o que provocaria uma apatia dos sujeitos. Diante da realidade, sua concepção seria desprovida de qualquer capacidade de relação cronológica no processo de racionalização e desmitificação do mundo, deixando apenas generalizações em detrimento das investigações sobre as singularidades dos fenômenos e das épocas, alijadas do potencial de enfrentamento a tal situação, não só na esfera política, mas em outras esferas como, por exemplo, na ciência e arte. Esse quadro deveria, em tese, propiciar a emergência do ceticismo como disposição predominante e, de acordo com o autor, poderia ser benéfico, levando os sujeitos ao encontro com a autenticidade e com a franqueza. O que experimenta-se, entretanto, é o cinismo contemporâneo.

⁷ O Ceticismo é uma doutrina filosófica originada na Grécia Clássica, provavelmente com Pirro de Elis (360-275 a.C.). Posteriormente essa doutrina estabeleceu embate com a doutrina Estoica em torno da possibilidade da certeza no conhecimento. Atualmente, o termo ceticismo apresenta uma definição mais abrangente e popular, que desvia da sua definição originária.

2.2.2 Aspectos da “Baixa Contemporaneidade” e o Perfil Político-Social Dominante

As utopias e as ideologias da contemporaneidade que evocam o método quiliasta (“cinismo e ceticismo”) não são novas na história, e foram recorrentes em todo o mundo no cenário do pós-guerra. Podem ser observadas nas colônias africanas e asiáticas, na América

Latina e em parte de grupos rebeldes ou terroristas nos países centrais, tanto à esquerda quanto à direita, como, por exemplo, o IRA⁸ e o ETA⁹. Sendo que, em termos políticos, a modernidade surgiu na assimilação do quiliasma pelos estratos sociais oprimidos. Isso promoveu um confronto contra a predominância das representações de mundo e do poder político, ambos exercidos pela Igreja Católica Apostólica Romana. A ideologia da Igreja apontava para uma redenção celestial desligada do mundo real e inibia qualquer representação ou atividade que pregasse a transcendência terrena. Ao transferirem a crença da redenção celestial, do pós-vida terrena para o aqui-e-agora, os quiliastas romperam para a nova esfera de disputa utópica, que guiará a modernidade na vida terrena (MANNHEIM, 1976).

Essa é a experiência da “espiritualização da política”, que muda as disposições no contexto histórico-social e, conseqüentemente, as disputas, os meios e os fins políticos, incorporando, na modernidade, a ideia de “missão”. O fatalismo da Idade Média foi substituído pela disputa utópico-ideológica, que assimila os estratos sociais oprimidos. Desse modo, as representações utópicas e ideológicas na modernidade encarnam o dinamismo da sociedade, assim como o fatalismo na Era Medieval encarnava a estagnação.

A disposição quiliasta está voltada às condições presentes e não às possibilidades futuras. Isso fez com que ela viesse a ser uma força assimilada por toda a intenção da modernidade e possibilitou que as investidas políticas adquirissem valor em si mesmas, deixando de ser apenas meios orientados a um fim. Sem o quiliasma, as massas não teriam direção e sua experiência revolucionária tornaria-se fúria pura.

Esse perfil emergente fez com que aqueles que estavam no centro de sua promoção tivessem uma experiência que expressava-se em ambos os mundos, sentida como “fermentação espiritual” e “excitação física”, ou seja, como experiência material e espiritual pelos

⁸ IRA (Exército Republicano Irlandês), grupo paramilitar católico fundado em 1917. Tinha por objetivo a conquista da equidade de direitos religiosos, a reintegração da Irlanda do Norte à Irlanda (republicana) e sua separação do Reino Unido, lançando mão de métodos terroristas para tais fins.

⁹ ETA (Euskadi Ta Askatasuna), grupo basco paramilitar fundado em 1959 por dissidentes do Partido Nacionalista Basco. Tinha o objetivo de promover a independência do País Basco, utilizando-se, para tanto, de métodos terroristas.

camponeses (estrato social ligado à terra). Essa expressão do quiliasma, condicionada por “energias extático-orgásticas”, não foi inspirada por ideias ou teorias e sim condicionada pelo aqui-e-agora no tempo e no espaço presentes, onde a força interior é irrompida para o mundo externo, transformando-o. A memória e a expectativa do êxtase promovem o místico, que é psíquico imediato. A experiência é viva, unificada entre espiritual e sensorial por meio do prazer imediato que promove uma nova concepção. Este perfil expressa-se atualmente na sua condição “extático-orgástica” em manifestações de caráter político e cultural.

A mudança no perfil psicológico dos sujeitos é a maior transformação na passagem da Era Medieval para a Era Moderna. O elemento que deixa evidente essa mudança de perfil é a assimilação da ideia de transcendência, a possibilidade de ir além do que está dado, por todos que são parte do mundo moderno, independentemente de seu perfil utópico-ideológico. Essa mudança de perfil transformou o mundo como um todo, e não apenas a política. A partir da equalização entre o celestial e o terreno, as mazelas e as injustiças sociais transformaram-se em questões de disputas entre diferentes grupos e estratos sociais, deixando de ser vistas como meras fatalidades.

Na contemporaneidade, o método quiliasta não só manteve-se presente, mas foi assimilado pelas distintas esferas da vida social moderna como, por exemplo, a arte e a ciência. O conservadorismo não impôs-se ou desfez-se do quiliasma, como previa Mannheim, mas viu em seu método um grande aliado. A possibilidade de esvaziamento moral (ético)¹⁰ em prol do estético pode ser usada como um meio de promover a convulsão social permanente e controlada, na qual as referências com potencial esclarecedor, quando não são destruídas, estão enfraquecidas a ponto de serem incapazes de qualquer investida com a finalidade de transformar o mundo social. Resta desse quiliasma não mais a dimensão do ceticismo subversivo, mas um cinismo específico que existe como marca da contemporaneidade.

O cinismo¹¹, por sua vez, é sempre extremo em relação aos seus princípios e propósitos (SLOTTERDIJK, 2012). No entanto, esses princípios e propósitos não apresentam-se abertamente em qualquer circunstância, nem são baseados em valores fixos, pois modificam-se de acordo

¹⁰ De acordo com Hegel (2000), em sua *Filosofia do Direito*, o conceito de ética (*Sittlich*) trata de valores historicamente construídos carregados das especificidades culturais, sendo ela, portanto, limitada e interpretada conforme uma determinada cosmologia. A moral (*die Moral*), por sua vez, busca fundamentação em um ideal deontológico, de forma que não possa se submeter a qualquer princípio além da justiça como norma universal.

¹¹ O Cinismo foi uma doutrina filosófica fundada por Antístenes (445-365 a.C), discípulo de Sócrates. Para essa doutrina, o propósito da vida era viver na virtude, de acordo com a natureza. Hoje em dia, assim como acontece com o ceticismo, existe uma definição mais ampla e popular que desvia da sua definição originária de cinismo.

com as conjunturas e os interesses, com os quais misturam-se e confundem-se. Isso faz do cinismo um elemento estratégico, não pela intenção de seduzir partidários a suas pautas, mas pela necessidade de construir alegorias teóricas, segundo seus interesses, que possam violar em algum grau os referenciais estabelecidos e que também possam ser sustentadas politicamente como pautas legítimas. Melhor dizendo, a estratégia é a de promover o estresse dos princípios vigentes que, por sua vez, estão sempre inerentemente relacionados aos propósitos segundo os quais é operada tal ordem, muitas vezes de forma obscura e excludente.

Todavia o cinismo não pode ser entendido como um fenômeno contrário à racionalidade ou a viabilidade do debate, visto que ele é inerente a qualquer evolução da esfera pública por encarnar o mal-estar latente, experimentado pelos desafiantes e pelos desafiados. Podendo também ser instrumentalizado tanto para romper, quanto para reestruturar e reificar a ordem vigente. Desta forma, o cinismo pode ser utilizado ora para expurgar novos elementos e demandas emergentes no debate, ou seja, para desconsiderar e deslegitimar o novo, ora para restabelecer o debate em outras condições, impondo a consideração de novos elementos e demandas emergentes no cenário, dando visibilidade ao que era socialmente invisível ou inexistente.

Para o cinismo, é preciso evidenciar essa relação entre os princípios e os propósitos e ressignificá-la a partir de uma expressão do que seria a condição mais imediata entre estes. Sendo assim, essa estratégia só é possível de ser sustentada em longo prazo ao desvendar o adversário que possa ser reconhecido como uma ameaça comum, como eixo central da ordem, por aqueles que dividem a mesma pauta de superação do estado das coisas. A principal consequência desse procedimento, em termos teóricos, é o direcionamento do debate exclusivamente para a “doença” e nunca para os “enfermos”, visto que, na concepção cínica, não existe diferença entre estes. Em outras palavras, tudo que pode estar associado ao “mal” é o próprio “mal”.

Exemplo disso dá-se na disputa moderna entre o liberalismo clássico e as correntes desafiantes, como marxismo e anarquismo, pelos valores fundantes e objetivos. Liberdade, igualdade e fraternidade como princípios ademais sujeito autônomo como propósitos. Onde reconhecia-se como legítimos, mas competia-se pelos meios, ou seja, a estratégia para a consolidação dos princípios e a promoção dos propósitos. Nisso, assim como o cinismo foi uma ferramenta do liberalismo contra o pensamento pré-moderno até sua estabilização como ideal dominante, aos primeiros sinais de sua incapacidade de realização plena dos propósitos, o

cinismo passa a ser instrumentalizado pelas vertentes emergentes e desafiadoras da ordem. Todavia, mesmo as vertentes desafiadoras reconhecendo a legitimidade dos princípios e propósitos da ordem estabelecidos pelo liberalismo colocam como única possibilidade de realização plena da modernidade a superação do liberalismo, que passa a ser entendido como uma doença, apontando suas incongruências.

O cinismo pode ser usado também para a manutenção de uma contínua mudança de propósitos e de uma nômade fundamentação dos princípios que eles promovem, assim como para a justificação das investidas extremas como “necessárias”. Pôr em evidência o adversário, que ao mesmo tempo é difuso e singular, é fundamental para que suas investidas sejam justificáveis e, principalmente, para que tenha-se um eixo de disputa que possa ser identificado, já que seus princípios e propósitos, nesse caso, não são trabalhados como valores em si, mas como interesses que são afrontados na lúgubre relação entre os princípios e os propósitos da ordem. Sendo assim, o cínico só pode sustentar suas investidas que desafiem a ordem – mesmo as extremas – se possuir um adversário cujo repertório seja identificado de forma essencialista. Isso revela a disposição cínica como um componente e um pré-requisito em relação às investidas dos interesses das mais diversas pautas e perfis, abarcando todos os espectros ideológicos e utópicos.

Todavia, houve uma mudança nesse perfil que acompanhou o processo histórico de transição da modernidade para a contemporaneidade. Tal mudança foi estudada profundamente pelo teórico social Peter Sloterdijk (2012), autor cínico que identifica o fenômeno e alerta para essa transição:

O mal-estar na cultura adotou uma nova qualidade: agora se manifesta como um cinismo universal e difuso. Diante dele, a crítica tradicional da ideologia fica sem saber o que fazer e não vê onde haveria um lugar para a consciência cinicamente lúcida o caminho para o esclarecimento. O esgotamento da crítica da ideologia tem nela sua base real. Essa crítica seguiu sendo mais ingênua que a consciência que queria desmascarar. Em sua bem-intencionada racionalidade não participou das mudanças da consciência moderna para um realismo multifacetário e astuto. A série de formas da falsa consciência que teve lugar até agora – mentira, erro, ideologia – está incompleta. A mentalidade atual obriga acrescentar uma quarta estrutura: o fenômeno cínico. Falar de cinismo significa tentar penetrar no antigo edifício da crítica da ideologia através de um novo acesso. (SLOTERDIJK, p. 37, 2012)

O radicalismo de concepção marxista, por exemplo, integra a seu corpo teórico e político uma dimensão cínica lúcida onde os princípios e propósitos estabelecidos como universais na ordem moderna burguesa sejam levados às últimas consequências. Assim, esse radicalismo busca a ruptura dessa pelo germe gerado pela própria ordem moderna burguesa,

ceifando toda a abstração e distanciamento entre o formal e o factual. Já o extremismo de concepção cínica contemporânea prega não levar ao último nível de estresse o tecido social e moral, em relação aos princípios e propósitos universais constituintes da ordem moderna burguesa. Tendo em vista que seu objetivo é levantar bandeiras em suas especificidades, a partir de uma ética privada, desvinculando-as da base moral universal que sustenta a ordem.

Nisso, a escolha do cínico lúcido é, em um primeiro momento, quando busca visibilidade e legitimidade, reivindicar a elucidação da relação entre os princípios e os propósitos da ordem vigente (neste caso, a ordem moderna burguesa), assumindo-os como também seus, ostentando-os como inalienáveis e utilizando-os como alegorias. O cínico contemporâneo, por sua vez, entende-se como o único e legítimo dono e paladino da causa. Todavia, em algumas circunstâncias em que esses princípios e propósitos são postos à prova, a reação cínica contemporânea (diferentemente da lúcida) é a de não os levar ao último grau de estresse, optando por buscar refúgio às margens, em princípios e propósitos que não são centrais na ordem. Em muitos casos, tendem a trocar os princípios e propósitos de base moral (universal) por princípios éticos privados (e conjunturais) de interesses setoriais da sociedade. Essa práxis cínica contemporânea é compartilhada tanto pela esquerda, quanto pela direita. Todavia, somente esta última alcança a condição reacionária, na qual, muitas vezes, o que observa-se é a troca dos princípios e propósitos da ordem burguesa moderna por princípios e propósitos retrógrados e completamente avessos a essa ordem. Isso tende a levar o cínico contemporâneo a buscar abrigo em princípios e propósitos cada vez mais marginais à ordem, criando um próprio centro de referência avesso ao anterior, em um cenário em que é cada vez mais difícil sustentar suas alegorias, tendo em vista seus reais interesses.

Outra questão ligada ao cinismo contemporâneo é que, embora esse reivindique, superficialmente, as mesmas características e origens do ceticismo, ele não pode ser tido pela mesma coisa. O ceticismo sempre evoca algum pragmatismo nas suas investidas e impõe a reestabilização do debate, ou em um novo patamar, ou a partir de nova perspectiva em torno de pautas que, muitas vezes, são invisibilizadas socialmente na esfera pública. Por sua vez, o cinismo contemporâneo pode conseguir o mesmo efeito em relação à ruptura da perspectiva que está dada na esfera pública. No entanto, não consegue, por si, restabelecer ou impor o debate em uma nova perspectiva, ou um novo patamar, sobre pautas promovidas por ele próprio. Essas disputas têm equilíbrios variáveis de situação para situação, de pauta para pauta.

Sendo assim, o ceticismo é espontâneo e instantâneo, permitindo que suas disposições de ruptura sejam metabolizadas e restabelecidas dentro de um processo de racionalização das pautas, apresentando, pois, uma prospecção não teórica. Desse modo, a elaboração das pautas pode se dar para além de uma expressão de histeria ou de ideologia ou utopia, possibilitando que elas sejam assimiladas e desenvolvidas pela esfera pública. O cinismo contemporâneo, por sua vez, mantém o espontaneísmo, mas perde instantaneidade, o que perpetua sua disposição performática e sua prospecção teórica sobre o mundo. Desta forma, a metabolização racionalizadora das pautas é inviabilizada, implicando a marginalização na esfera pública, visto que as prerrogativas à assimilação das pautas nela apresentadas estariam comprometidas. Logo que, o cinismo contemporâneo e o ceticismo diferem-se em relação às características que mantêm ou afastam em relação ao quiliasma.

Quadro 2- Quiliasma

CINISMO CONTEMPORÂNEO	CETICISMO
COM pretensão teórica (afasta)	SEM pretensão teórica (mantém)
Espontaneísta (mantém)	Espontaneísta (mantém)
NÃO instantaneísta (afasta)	Instantaneísta (mantém)

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Com o avanço do neoliberalismo após o desmanche do paradigma keynesiano, a partir do final dos anos de 1970, em um mundo esvaziado de conteúdo moral (ético), todas investidas dão-se pelo cálculo econômico com pretensão à objetividade, o que, no fundo, revela uma nova ideologia mistificadora (HORKHEIMER; ADORNO, 2016). Mais do que isso, o neoliberalismo apresenta-se como uma doutrina de esvaziamento do sentido democrático, que foi defendida politicamente por Thatcher e Reagan e, filosoficamente, por Hayek e Friedman, entre outros (LAVAL; DARDOT, 2016). Como estamos em um cenário em que as utopias têm pouca influência¹² na política institucional, as divisões partidárias quase não têm relevância

¹² No cenário da contemporaneidade é que, por exemplo, inverteu-se a disposição ratificada e deturpada da utopia socialista de denúncia do caráter ideológico das outras utopias. O fracasso da URSS representa um desmanche no objetivo utópico socialista que, na esfera política, mostrou-se incapaz de voltar a si seu método de desmistificação ideológica ao longo do século XX. Salvam-se aquelas linhas teórico-intelectuais que sempre foram críticas do modelo soviético, apontando-o não como uma alternativa ao que se estabeleceu como regra na contemporaneidade, mas como reprodutor dessa regra (HORKHEIMER; ADORNO, 1985). As orientações políticas à esquerda, principalmente nas periferias, tiveram de aprender a lidar com cenários cada vez mais desorientados em termos utópicos e cada vez mais hostis em termos políticos e ideológicos.

substancial. O grande capital é o “financiador” das políticas nacionais, as bancadas dividem-se não em termos de orientações utópicas e ideológicas, mas em interesses de setores econômicos. A estratégia política é o fisiologismo, e mesmo os mais crentes em uma utopia, quando no poder, não conseguem conceber de forma minimamente clara de como orientar-se que não por pragmatismo¹³.

Outro aspecto importante dessa nova ordem está na construção, idealização e exclusão política compulsiva de um setor que é resultado da própria sociedade contemporânea: a juventude. Esse é o setor social mais vulnerável a práxis cínica contemporânea, diante das ideologias distópicas, condição potencializada pela sua exclusão na participação das tomadas de decisões sobre a vida social (PIKETTY,).

Na sociedade contemporânea, a juventude assume a condição permanente de *outsider*. Essa condição de caráter dualista a detém à margem da esfera pública, condicionando uma reação de conduta extremista em relação à ordem, a despeito do mal-estar experimentado. Ao mesmo tempo em que as investidas concretas de afrontamento à ordem são rechaçadas pelos integrantes da esfera pública, as suas estéticas e performances, muitas vezes entendidas como uma encarnação da perpétua renovação indo até a inconsequência em relação aos atos, são adotadas como meio de fuga e não de afronta do mal-estar reificado. Assim criam-se as condições para que determinado perfil comungue tanto a disposição performática, quanto o discurso de consolidação da ordem.

2.2.3 Perspectivas das Disposições Utópico-Ideológicas e do Perfil Político Dominante Atuais

Desta forma, a contemporaneidade estabelece-se no mundo ocidental, pelo menos, a partir da emergência de novos referenciais de civilidade comuns, valores ético-morais, novas pautas políticas, novas articulações, novas identidades e novos grupos. Todavia, isso por si só não garantiu meios seguros de resolução dos problemas que vinham sendo experimentados

¹³ Ao longo desse processo, o Brasil passou por regimes ditatoriais e por um avanço no campo econômico promovido por políticas de Estado. Esse avanço não foi suficiente para alterar o fato de o país ter um dos maiores níveis de desigualdade social do mundo, com uma oligarquia poderosa sem qualquer compromisso republicano e uma classe média, convertida (reconstruída) nesse processo, por vias autoritárias e excludentes. A classe média, na sua maioria, completamente alheia à sua condição social, articula-se aos valores da oligarquia a ponto de se orientar na esfera pública mais por preconceitos do que por uma agenda própria (SOUZA,).

desde os períodos anteriores. As profecias da redenção da humanidade não vingaram, assim como as do apocalipse até agora também não.

Essa condição de impasse cria uma insegurança em relação aos desdobramentos desse processo que parece encontrar limites e desafios nas mais distintas esferas. Sendo que agora não espera-se mais um jogo de cartas marcadas, nem mesmo pelos mais ingênuos. Trata-se, paradoxalmente, de um processo de construção distópico diferentemente do que aconteceu no início do século passado e no fim do anterior, quando as metateorias já tinham as resoluções prévias do projeto de modernidade.

Por fim, é oportuno evidenciar que essa imprevisibilidade também não promoveu outros meios de resolução dos conflitos experimentados, mesmo com o desenvolvimento de apostas teóricas que contaram com bastante legitimidade no mundo político e social. Nem mesmo os conflitos e os repertórios da contemporaneidade mudaram em essência ou em traços gerais, acabando por repetir os da modernidade. Assim tanto os meios de pressão política e repressão social, quanto os de legitimação e deslegitimação mobilizados pelos atores envolvidos seguem o padrão moderno. Até segunda ordem, os conflitos e distinções entre as classes sociais e suas demandas estão mantidos.

3 DA REPÚBLICA OLIGÁRQUICA¹⁴ AO GOLPE CIVIL-MILITAR

“A escravidão permanecerá por muito tempo como a característica nacional do Brasil.”

Joaquim Nabuco

Este primeiro capítulo trata brevemente da origem e do desenvolvimento da classe média desde o início do Período Republicano (1889) até o Golpe Civil-militar (1964). Em traços gerais, classe média que, após sua origem, torna-se um ator político quase invisível, mas que destaca-se em momentos de crise. Com isso, faz-se necessário considerar também o desenvolvimento e a dinâmica de interação das outras classes passando ao longo desse período por distintos regimes políticos. Para tal, serão utilizados os conceitos macrosociológicos de configuração social, processo civilizador e esfera pública, além dos conceitos de cidadania e empreendedorismo moral. Conceitos os quais perpassam toda investigação em paralelo a dados e índices, que fundamentam a interpretação da realidade nacional.

3.1 A CLASSE MÉDIA NA SOCIEDADE CIVIL DE 1889 A 1964

Em 1889, com a interrupção inesperada do Império, como afirma De Carvalho (2014), desdobrou-se uma cooperação-concorrencial entre duas visões oligárquicas sobre a república que se instalaria. Da parte do Exército, mais positivista, visava-se um Estado unificado, com o poder centralizado. Já da parte das oligarquias dominantes, mais ortodoxas¹⁵, visava-se uma federação com alto grau de autonomia das unidades componentes. Embora a primeira República (1889 à 1930) tenha sido proclamada pelo Exército, a visão sobre o país que predominou nesse período foi a das oligarquias dominantes.

Mantendo a concepção ideológica do liberalismo ortodoxo fundamentada em um ideal de vocação agrícola (FAUSTO, 2013).

¹⁴ Trata-se do conceito de oligarquia conforme a teoria política de Aristóteles, que o define como a forma degenerada do modelo aristocrático. A aristocracia, nessa concepção, é o governo de poucos, dos melhores, que exercem o poder na intenção de promover o bem da pólis, enquanto a oligarquia consiste no grupo dominante que exerce o poder com a intenção de promover seus próprios interesses, com desprezo ao bem da pólis (ARISTÓTELES, 2018).

¹⁵ Por ortodoxa entendemos a doutrina econômica que defende a política do livre mercado.

Com a Constituição de 1891¹⁶, a chefia do Poder Executivo passou a ser escolhida pelo voto regular. Esse cenário contribuiu fortemente para a política de indigência e criminalização dos pobres e, principalmente, dos negros. Após a escravidão, os negros foram relegados às favelas e à miséria sem qualquer política compensatória pelos três séculos e meio de exploração. A subcidadania¹⁷ conseguiu a transição completa para além da abolição formal da escravidão e da troca de regimes, em nome de privilégios regionais e sociais, por um garantismo que violava princípios da modernidade na qual estava inserida (SOUZA, 2018). Essa agenda obrigou a oligarquia dominante desenvolver uma estratégia pragmática aos seus interesses de modo a utilizar meios institucionais para barrar a universalização do voto, direito restrito a aproximadamente 3% da população.

Apesar disso, pela primeira vez desde a elevação à condição de Reino Unido (1815 à 1822), a esfera pública contou com avanços significativos em termo de pautas, por conta da reverberação dos conflitos que emergiram após a queda do Império. Com o surgimento de novos atores, foi gerada uma disputa em torno da representatividade, forçando um reequilíbrio nos valores e interesses em voga. Incluindo forças que teriam como objetivo exclusivo afrontar ou subverter as relações de poder e dominação estabelecidas naquela sociedade. Temos três forças sociais, messianismo, sindicalismo e tenentismo com origens e objetivos distintos que assumem esse papel, de forma a afetar o equilíbrio de poder (FAUSTO, 2013).

A primeira delas, o messianismo, cujos três casos existentes dão-se no período do republicanismo oligárquico: o caso de Canudos (1896-1897), na Bahia; o caso do Contestado (1912-1916), no Paraná; e o caso de Juazeiro do Norte (1914-1934), no Ceará. De origem rural e orientação religiosa, esses três movimentos messiânicos constituem uma reação ao descaso do Estado republicano oligárquico para com aqueles em condições de miserabilidade que, por não sentirem-se acolhidos ou pertencentes, situavam-se no vazio simbólico deixado pelo fim

¹⁶ Todavia, o direito a voto não existia para menores de 21 anos, mulheres, analfabetos, mendigos, soldados rasos, indígenas e integrantes do clero. Esse período ficou conhecido pela alcunha “voto de cabresto”. O federalismo também promoveu a provincianização dos partidos. Ainda assim, para assegurar a ordem oligárquica, era prevista a “degola”, o direito de o Estado, por meio de uma Comissão de Verificação do Poder Legislativo, invalidar qualquer eleição que entendesse ter algum equívoco, barrando a posse do eleito. A oligarquia dominante tinha como prioridade a manutenção do poder, e não a promoção do que estava previsto constitucionalmente (pois, tratava-se apenas de um verniz de civilidade), tampouco a abnegação de privilégios em ordem de garantir a estabilidade político-econômica. Isso gerou uma constante instabilidade no pacto oligárquico em uma sociedade que se transformava (BENAVIDES; ANDRADES, 2004).

¹⁷A definição desse conceito se dá de acordo com a definição do estudo “subcidadania no Brasil” (SOUZA, 2018)

do Império ademais não preenchido pelo modelo de republicanismo que o substituiu (BARROS, 1986). Sendo assim, a marginalização também passava a ser experimentada simbolicamente, em conjunto com a permanência da configuração social oligárquica e de solidariedade escravocrata e do fatalismo. Sem margem para o reconhecimento desses sujeitos pelo individualismo de uma sociedade que pretendia-se moderna, eles acabaram vendo como saída a fuga do terreno pela orientação de um líder carismático que lhes apontasse algum sentido, mesmo que extraterreno (ROSSI, 2002).

Outras forças e interesses, como o sindicalismo revolucionário e o tenentismo, também não foram contemplados ou percebidos como mais do que perturbações e inconvenientes. Ademais, a única resposta possível pela República Oligárquica era, em geral, a violência desmedida e extraconstitucional. Segundo De Oliveira (2018), as ideias revolucionárias difundiram-se entre o movimento operário brasileiro em um contexto de efervescência e mobilizações na virada do século. Em particular, o sindicalismo revolucionário¹⁸ ganhou protagonismo, e nele, os anarquistas desempenharam um papel de relevância tanto na formulação das linhas estratégicas de atuação e organização, quanto na agitação.

A difusão dos ideais revolucionários intensificou-se através da atuação de imigrantes, principalmente italianos, os quais ocupavam posições em fábricas, entendiam bem as relações de interdependência entre trabalho e capital ademais integravam redes internacionais revolucionárias. O surgimento da Confederação Operária Brasileira (COB), inspirada na francesa Confederação Geral do Trabalho (CGT) foi obra de anarquistas. O sindicalismo revolucionário acabou por tornar-se a principal estratégia de atuação dos trabalhadores, ao mesmo tempo que materializa-se como um dos meios de propagação desses ideais. Desse modo, o anarquismo influenciou indiretamente na mobilização dos trabalhadores. Não necessariamente como um projeto com um programa claro, mas como um conjunto de valores, princípios e aspirações, às vezes mais claros, às vezes mais embaçados, confundidos entre as

¹⁸ Uma estratégia desenvolvida pelos trabalhadores na França que apregoava a criação de organizações de massas, sem distinção política entre seus componentes, ou seja, que não excluía trabalhadores de uma ou de outra filiação político-ideológica, que se organizava por princípios amplos (como federalismo, independência de classe, ação direta), objetivando lutas concretas de curto prazo (como melhores condições de trabalho, aumentos salariais, diminuição dos turnos, etc.). Assim, os sindicatos, dentro da concepção do sindicalismo revolucionário, não eram exclusivos de anarquistas. As diferenças ideológicas eram postergadas para serem resolvidas no futuro, o intuito era aglutinar o máximo possível de trabalhadores para agir numa direção revolucionária. Para uma discussão mais aprofundada, ver Corrêa (2011).

diferentes concepções de “socialismo”, “comunismo” e “revolução” que formavam o léxico dos trabalhadores da época.

A hegemonia do anarquismo como força motriz do movimento operário não perdurou além de meados de 1920. Nesse período, essa orientação ideológica foi fundamental para conquistas civilizadoras no país, lutando contra a repressão desmedida aos trabalhadores. Promoveram a maior greve da história do país, em 1917, que mobilizou mais de 100 mil trabalhadores durante dois meses. Como consequências dessa mobilização, pode-se arrolar a redução da jornada de trabalho, que chegava a 16 horas diárias, a proibição do trabalho infantil, a proibição do trabalho feminino noturno, o aumento do salário e a criação de sindicatos modernos no país, além da promoção de lideranças sindicais e intelectuais com origem na classe trabalhadora e de mídias próprias como, por exemplo, o jornal *A Plebe*. O que teve um efeito significativo na esfera pública.

Todavia uma série de fatores levaram a um refluxo do anarquismo, desde o surgimento de sindicatos “amarelos” colaboracionistas para disputarem o sindicalismo, à repressão desencadeada pelo Estado, após os episódios de 1917. Promovendo o avanço de posições diretamente ligadas às concepções leninistas de sindicalismo, após o sucesso da Revolução Russa. Com efeitos também na fundação do Partido Comunista Brasileiro, aos moldes bolcheviques¹⁹, o qual passa a ter maior influência sobre o movimento operário.

Já a terceira força social a emergir nessa conjuntura foi o tenentismo, que teve origem dentro do Estado, mais especificamente dentro do Exército e da Marinha. Tratava-se de uma força política corporativista com origem na classe média a qual revoltou-se contra o pacto republicano oligárquico diante das crises do período. Movimento calcado em um moralismo que apontava o Estado centralizado como possível redentor. Isso abriu precedentes para articulações nacionais de disputas futuras dentro do Estado Republicano oligárquico por modelos distintos de desenvolvimento. Posteriormente, essa disposição moralista de classe média seria revertida de uma concepção política reformista, para uma concepção política reacionária (REZENDE, 1990).

Esses levantes tiveram efeitos profundos e permanentes na sociedade a ponto de servirem de referência para outras transformações significativas no cenário nacional, exemplo disso é a Arte Moderna, com início em 1922, que modificou a esfera artística do país e criou

¹⁹ Já que antes de 1922 já haviam sido criados outros Partidos Comunistas, com concepções libertárias e pluralistas. (cf. DE OLIVEIRA, op. Cit.)

uma identidade nacional e estética, refletindo na intelectualidade as questões sobre o gênio brasileiro e o seu desenvolvimento (FRAGOSO; FLORENTINO, 2001). A “antropofagia” de referências artísticas externas e a autofagia do folclore e das características sociais foram os pilares centrais dessa identidade, que reivindicava-se miscigenada e considerava-se fruto de um processo próprio em que os padrões culturais dos países centrais eram apropriados e ressignificados em solo nacional. Sua originalidade em relação a outros movimentos estéticos, que anteciparam ou intensificaram processos políticos nacionais, é que essa experiência buscou uma identidade na base social, ignorando o protagonismo da classe social dominante, e, portanto, sendo mais condizente com uma ordem social que está comportada na periferia do mundo e com uma configuração social oligárquica e de solidariedade social escravocrata ainda persistente, mas que pretendia-se moderna à sua forma.

A consequência dessa perspectiva foi a promoção e a manutenção de um mito bastante peculiar para os padrões modernos, como afronta ao projeto da oligarquia, na qual os “atores populares” eram os heróis e também eram representados em suas mazelas, e não pela representação do mito de um grupo dotado, inequivocamente, de valores superiores. O maior expoente dessa identidade forjada, em um primeiro plano, esteticamente é *Macunaíma* (ANDRADE, 2017). Por fim, Arte Moderna não foi o primeiro movimento voltado a essa finalidade em nosso território, mas foi o único até então a desvencilhar-se da dimensão regional e alcançar, ou melhor, impor-se, em dimensão nacional. Isso foi relevante e indiretamente apropriado na superação do regionalismo dominante da política nacional. Sendo mobilizada legítima ou ilegitimamente nas investidas de ruptura com a ordem oligárquica e na articulação das distintas classes e grupos em torno de um mesmo propósito.

Diante das constantes crises econômicas e dos acontecimentos políticos e sociais no Brasil, a viabilidade do regime instaurado na República Velha estava comprometido. Muito devido as diretrizes tomadas que faziam do país excessivamente dependente do cenário internacional, o que também gerava vulnerabilidade social. Isso, por sua vez, tinha implicações políticas diante da emergência dos novos atores e dos fracos laços oligárquicos da república.

Isso tem reflexos nos conflitos, nas instituições e, mais especificamente, nas disposições incorporadas pelas instituições. A dificuldade de promoção desse regime refletiu no núcleo oligárquico: na primeira situação de instabilidade mais grave, o pacto político pela sucessão no poder, pela ordem imposta, foi rompido. Essa instabilidade possibilitou a reação de grupos

aristocráticos regionais que sentiam-se marginalizados pela política do café com leite e resguardavam alguma capacidade de intervenção (FAUSTO, 2013).

Essas disputas poderiam ter outra resolução dos levantes, já que a nova Constituição foi uma realização formalmente positiva que tinha mecanismos de intervenção sobre os conflitos existentes. Todavia, nada disso pôde ter evoluído para padrões aceitáveis na prática devido à dinâmica econômica e à estrutura sociopolítica de poder, que basicamente anularam o processo civilizador. Apesar da emergência de atores e turbulências que reverberou em momentos posteriores nas disputas estratégicas.

A história das políticas econômicas e o desempenho da economia brasileira entre o limiar do século e a revolução de 1930 pode ser dividida em períodos demarcados, basicamente, por alterações no comportamento da economia internacional: a do longo ciclo de crescimento com endividamento da década anterior a 1914, a do funcionamento anômalo da economia mundial durante a Primeira Guerra Mundial, e a do choque, reconstrução e colapso dos anos 20. (FRITSCH, 1990, p. 37)

Uma política com tais características mostrou-se inviável em longo prazo no Brasil devido sua instabilidade e alto grau de dependência. Essa inviabilidade refletiu, antes de tudo, no processo civilizador, barrado pela desigualdade que remete à escravidão. O que limitou qualquer processo calcado no reconhecimento, isto é, qualquer processo de modernização dependente de um referencial institucional fixo, garantido pela estabilidade democrática. Levando, desta forma, à uma ruptura.

No cenário pós ruptura manteve-se o privilégio da oligarquia ruralista com o eixo de uma política desenvolvimentista, baseada na industrialização, tendo foco na indústria de base, e modernização do Estado. Criando base com promoção de direitos sociais inéditos vinculados e condicionados ao propósito doutrinário de desenvolvimento e modernização (DOS SANTOS, 1979). Sendo que, a Constituição dessa ordem (1934)²⁰ dialoga tanto com propostas democráticas modernas, quanto com propostas autoritárias.

Diante da dificuldade de comungar distintos interesses em um contexto no qual as hostilidades vinham intensificando-se, o governo deu um golpe em si, concentrando mais poder e aproximando-se ainda mais das classes emergentes, de forma autoritária, mediante o controle dos sindicatos e a promoção de direitos e garantias sociais. Em seguida, o governo outorgou a

²⁰ Dentre suas disposições destacam-se a possibilidade de emenda (desde que não modificada a estrutura política do Estado: uma cláusula pétrea); a declaração de direitos; a legislação social e classista; a instituição do mandado de segurança e da ação popular. Além disso, o texto instituiu o Tribunal Superior Eleitoral, os Tribunais Regionais Eleitorais, o voto feminino e o voto secreto, o que fez do processo eleitoral amplo, transparente e idôneo.

Constituição de 1937²¹ mantendo o cerne desse processo, o que possibilitou uma unidade em torno de um propósito nacionalista, percebido como comum e manteve-se além do período autoritário, mas não exclusivamente.

Nisso, a aristocracia temporariamente vencedora reafirma a promoção uma concepção de poder que foi dada dentro de um plano que visava um programa de mudança da matriz econômica, mantendo sempre em vista o princípio da acumulação primitiva. Voltada para um programa conservador de desenvolvimento e modernização. Isso possibilitou a parte da classe baixa acesso à cidadania, ainda que dentro de um regime autoritário e na mesma estrutura social estratificada, com conquistas como a CLT²².

Enquanto a nova classe média já tinha garantidos, pelo Estado, relativos “privilégios”. A cidadania alcançou parte da classe social, usada como componente político do projeto de modernização e industrialização do país. Mesma cidadania condicionada e regulada pelo desenvolvimentismo até o fim do período autoritário. Com o fim desse período, o que observa-se é a capacidade pragmática de articulação e pressão da classe baixa, organizada em torno da pauta sindicalista (DOS SANTOS, 1994).

Wanderley Guilherme dos Santos (1994) mostrou a conturbada e peculiar origem da cidadania no Brasil, partindo de uma investigação acerca das teorias do poder e da elite para, então, destilar seu conceito de cidadania regulada. Segundo o autor, a cidadania no Brasil nasce dentro de uma condição conjuntural de troca de oligarquia no poder, em consequência de conflitos internos, o que acarretou também uma troca de propósitos no exercício desse poder e desse projeto de nação pela parte momentaneamente vencedora. A emergência desse conceito de cidadania experimentado no país está diretamente relacionada tanto ao conflito quanto ao controle existentes naquele momento. A cidadania permitida nasce dependente de um propósito que vale-se das demandas expressas popularmente, mas não as realiza plenamente, e sim as submete a esse propósito, portanto, regulando-as. Foi a partir dos arranjos institucionais e das condições materiais, além, das disputas políticas e das mudanças socioestruturais (natalidade,

²¹ Essa previa, entre outras coisas, eleições indiretas, esvaziamento do poder judiciário, garantia de ações do governo em estado de emergência ou em estado de guerra sem qualquer prejuízo legal, proibição de greves (colocando o interesse nacional acima do trabalho e do capital), nacionalização formal da economia, direitos e vantagens trabalhistas.

²² Para mais informações sobre a CLT, ver Moraes Filho e Siqueira Neto (disponível em: <http://www.fgv.br/Cpdoc/Acervo/dicionarios/verbete-tematico/consolidacao-das-leis-do-trabalho-clt>) Acesso em: 02 jul. 2019.

urbanização, industrialização, entre outros), condicionadas à dinâmica de desenvolvimento experimentado, que permitiu-se a cidadania.

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras, são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei (SANTOS, 1979, p. 75).

Embora tenha sido uma origem restritiva, essa não foi a fronteira final das possibilidades. O fato de a cidadania, mesmo regulada, constar entre as possibilidades, ou simplesmente ser a única possibilidade apresentada para aqueles que até então estavam excluídos do jogo, mudou as disposições. Os excluídos tinham algo a ambicionar e um referencial para suas investidas, uma utopia possível.

[...] malgrado o discurso apologético de justificação do regime varguista, a legislação trabalhista e social terminou por instaurar, no ambiente em que incidiu, um campo legítimo de disputa por sua própria faticidade, cuja matriz de legitimação era o próprio Estado. Com isso, o horizonte da luta por direitos tornou-se, legitimamente, o horizonte da luta de classes no país. A “cidadania regulada”, nesse sentido, tornou-se a forma institucional da luta de classes entre nós: uma luta por efetividade dos direitos existentes; uma luta por extensão dos direitos a novas categorias profissionais; e uma luta por novos direitos. Isso quer dizer, ademais, que, se os direitos sociais e do trabalho (e os serviços sociais de saúde e educação) precisaram ganhar faticidade por meio da luta regulada de classes, então a “cidadania regulada” precisou ser conquistada pelos candidatos a ela, tanto individual quanto coletivamente. Tendo ou não sido outorgada por Vargas (discussão que tantas energias consumiu dos estudiosos do trabalho no Brasil), o fato é que, no processo de tornar-se real no mundo, a legislação social foi apropriada pelos trabalhadores, e a “cidadania regulada” não era outra coisa senão o modo dessa apropriação em seu processo mais miúdo, mais cotidiano (CARDOSO, 2010, p. 791-792).

José Murilo de Carvalho usa as três formas, definidos por Marshall (1986), em que cidadania traduz-se em direitos.

Tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuíssem apenas alguns dos direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam os não cidadãos. Esclareço os conceitos. Direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei. Eles se desdobram na garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar e da correspondência, de não ser preso a não ser pela autoridade competente e de acordo com as leis, de não ser condenado sem processo legal regular. São direitos cuja garantia se baseia na existência de uma justiça independente, eficiente, barata e acessível a todos. São eles que garantem as relações civilizadas entre as pessoas e a própria existência da sociedade civil surgida como desenvolvimento do capitalismo. Sua pedra de toque é a liberdade individual.

É possível haver direitos civis sem direitos políticos. Estes se referem à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício é limitado a parcela da população e consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de

votar, de ser votado. Em geral, quando se fala de direitos políticos, é do direito do voto que se está falando. Se pode haver direitos civis sem haver direitos político, o contrário não é viável. Sem os direitos civis, sobretudo a liberdade de opinião e organização, os direitos políticos, sobretudo o voto, podem existir formalmente mas ficam esvaziados de conteúdos e servem antes para justificar governos do que para representar cidadãos. Os direitos políticos têm como instituição principal os partidos e um parlamentar livre e representativo. São eles que conferem legitimidade à organização política da sociedade. Sua essência é a ideia de autogoverno.

Finalmente, há os direitos sociais. Se os direitos civis garantem a vida em sociedade, se os direitos políticos garantem a participação no governo da sociedade, os direitos sociais garantem a participação na riqueza coletiva. Eles incluem o direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria. A garantia de sua vigência depende da existência de uma eficiente máquina administrativa do Poder Executivo. Em tese eles podem existir sem os direitos civis e certamente sem os direitos políticos. Podem mesmo ser usados em substituição aos direitos políticos. Mas, na ausência de direitos civis e políticos, seu conteúdo e alcance tendem a ser arbitrários. Os direitos sociais permitem às sociedades politicamente organizadas reduzir os excessos de desigualdade produzidos pelo capitalismo e garantir um mínimo de bem-estar para todos. A ideia central em que se baseiam é a da justiça social (DE CARVALHO, 2014).

Essa modernização, vista como projeto político de desenvolvimento e industrialização, possibilitaria a promoção e ampliação da classe média. A qual atuava em atividades burocráticas e intelectuais institucionalizadas, que refletiam diretamente nos rumos do país, estendendo sua relevância política para além dos quartéis, promovendo sua concepção moralista e integrando essa a interesses de setores distintos da sociedade. O que renderia à classe média um status social diferenciado na ordem, acima dos trabalhadores braçais, mas abaixo da oligarquia. Em um primeiro momento de experiência democrática, isso resultou em autonomia política semelhante à que já era apontada em determinados setores dessa classe.

Dentro desse cenário houveram mudanças relevantes na configuração social e na estrutura da esfera pública, abrindo precedentes para o avanço sustentável inédito de um processo civilizador. Assim, em 1945 o país entrou em sua primeira experiência democrática de fato, impulsionada por transformações externas e apoiada na Constituição de 1947²³ Quatro presidentes eleitos pelo voto, em um período democrático que perdurou até 1964.

A redemocratização no Brasil coincide com o pós-guerra. Período que alcançou, seja pelo esclarecimento, seja pelo terror das relações, um patamar de organização social ademais

²³ Essa tinha como base tanto o ideal liberal quanto o ideal social, e dispunha sobre a abolição da pena de morte, o direito de greve, as garantias sociais e o parlamentarismo. As mulheres puderam votar pela primeira vez em 1945, mesmo tendo o direito garantido desde 1932.

de direitos e garantias aos indivíduos inédito na história (JOAS, 2012). Observou-se um grande avanço da democracia em todo o Ocidente, o que é ilustrado pela criação dos direitos humanos e pelas garantias políticas e econômicas básicas. O Brasil foi signatário em todos os tratados internacionais que visavam à promoção da civilidade após 1945. Esse período

(1945-1975), associado a um crescimento inédito, ficou conhecido como os “anos de ouro do capitalismo” (HOBSBAWM, 1995).

A doutrina desenvolvimentista e de modernização do Estado estava articulada com a aristocracia industrial emergente, que, em última instância, era a desafiante da ordem oligárquica ruralista. A experiência de ascensão dessa elite industrial, em contraste com o declínio da oligarquia ruralista, fiava-se na normalidade institucional e na estabilidade democrática como meio de buscar paulatinamente um propósito comum. A classe trabalhadora articulada com o sindicalismo e simpática ao desenvolvimentismo, conseguiu sustentar seus interesses diante dos conflitos na ordem democrática. Os esforços entre os adeptos do desenvolvimentismo era comungar este com a democracia²⁴.

O nacionalismo anterior a 1930 confundia-se com o nativismo ou com o patriotismo. E somente a partir dos anos 1950, quando o processo de industrialização brasileira já deixara de ser um projeto para se transformar em realidade, quando os empresários industriais já se constituíam em um grupo suficientemente forte para sustentar uma ideologia que sensibilizaria todo o país, é que o nacionalismo se transformou em desenvolvimentista e fez a crítica do cosmopolitismo ou da dependência das elites locais e do imperialismo dos países ricos ou desenvolvidos. A tese desenvolvimentista central era que o Brasil, que até 1930 fora um país semicolonial dominado pela aristocracia local aliada servilmente ao capitalismo internacional encontrava, naquele momento, condições para se tornar um país independente, uma verdadeira nação. Graças à industrialização, as elites nacionalistas brasileiras, intelectuais e empresariais, já tinham condições de criticar as recomendações e pressões que vinham do Norte e que eram veiculadas, localmente, pelas elites locais liberais e cosmopolitas – teses que na verdade interessavam aos países ricos, não ao Brasil. (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 169170)

O desenvolvimento do período provocou uma realocação desigual das pessoas entre o campo e a cidade e levou o país à uma transformação descoordenada, de uma condição rural-

²⁴ Partido Social Democrata (PSD) concentrava parte da oligarquia ruralista e da oligarquia industrial.

Partido do Trabalhador Brasileiro (PTB) concentrava trabalhadores sindicalizados urbanos alinhados com o desenvolvimentismo.

Unidade Democrática Nacional (UDN) concentrava a classe média que ocupava funções burocráticas e liberais, também parte da oligarquia ruralista.

Partido Comunista Brasileiro (PCB) concentrava trabalhadores sindicalizados independentes.

agrícola para uma condição urbano-industrial. Como consequência também da concentração de recursos, outro fenômeno socialmente catastrófico foi a migração das regiões e estados mais empobrecidos para as regiões e estados mais ricos. Essa migração interna muitas vezes era forçada pela miséria. Problemas que eram denunciados por figuras como Josué de Castro (2001), em consequência da insensibilidade da doutrina desenvolvimentista vigente às vulnerabilidades mais imediatas da população.

Quadro 3- Taxa de urbanização (%)

	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro Oeste
1940	31,24	27,75	23,42	39,42	27,73	21,52
1950	36,16	31,49	26,4	47,55	29,5	24,38
1960	44,67	37,38	33,89	57	37,1	34,22

Fonte: IBGE (2007).

Esse processo acabou centralizando não só os recursos, mas também os conflitos. Foi só a partir de então que teve-se uma concepção de unidade do país, centralizada e elitizada, e, conseqüentemente, uma visão mais estratégica em relação aos meios de disputa e dominação. A mobilização de representações e ideias tornou-se fundamental nesses embates e, com isso, universidades, institutos de pesquisa e, principalmente, a imprensa tornaram-se instituições estratégicas. Em um primeiro momento da corrida, quando tinha-se alguma equidade na disputa, essa mobilização teve como consequência uma dinâmica de desenvolvimento inédito da esfera pública no país. Apontava-se para o modelo burguês de esfera pública que garantiria alguma diversidade (WERNECK SODRÉ, 1990).

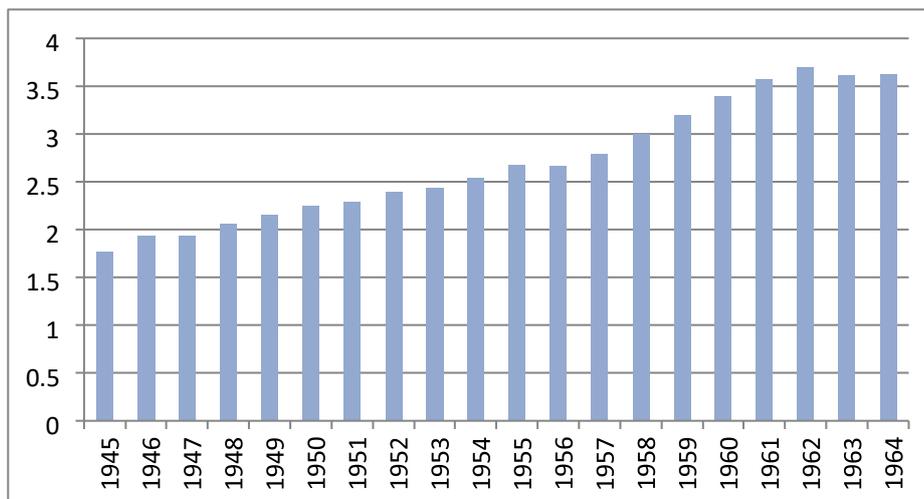
No cenário democrático, enquanto a classe baixa, principalmente a parte urbana e organizada, tende a reforçar sua independência e a reafirmar pautas de reformas progressistas que atendam a seus interesses (em última instância promovendo o processo civilizador), a elite cindida entre oligarquia rural e aristocracia industrial fazem a defesa de seus interesses através do uso de recursos como a mídia e pacto com as demais classes. Enquanto a aristocracia industrial (desafiante) vinha compactuando com a classe baixa em prol da doutrina desenvolvimentista no intuito de tornar-se a classe dominante, a oligarquia rural passa compactuando com a classe média. Muito por essa classe média não conseguiu na redemocratização uma identidade e agenda política própria que, diferentemente da classe baixa, ao desvincular-se da doutrina desenvolvimentista e arrebanhar-se a doutrina ortodoxa em cenários de crise como meio de defesa daquilo que entendia como ameaça. Sendo esse o arranjo

social até o Governo Kubitschek (1955 à 1960) quando o processo desenvolvimentista passa a ser paulatinamente reestruturado na aliança entre as oligarquias articula-se com o capital estrangeiro (DREIFUSS, 1981)

Observa-se que o país mudou institucional e economicamente sem transformar significativamente sua configuração social, nem sua esfera pública. O Brasil passou por um processo de industrialização e modernização que manteve excluída grande parte da população, diferentemente do que aconteceu nos países desenvolvidos. Esse fenômeno fica ainda mais claro quando investigam-se outros fatores interseccionais que causam o agravamento da desigualdade e da exclusão como, por exemplo, o fator étnico (BRESSERPEREIRA, 2016 e FERNANDES, 2008). Todavia, a despeito desse modelo de processo de modernização calcado na assimetria, percebe-se que nos lapsos históricos em que houve relativa prosperidade, estabilidade democrática e normalidade institucional criou-se uma capacidade de organização e pressão da classe baixa em prol de pautas civilizadoras, o que obviamente a favoreceu em termos políticos e pragmáticos.

As consequências desse processo foram extremamente positivas em termos civilizadores, pois o país mostrou-se capaz de construir um pacto nacional a partir de um projeto de desenvolvimento e modernização institucional que tinha claro efeito social integrador. Situação que não entrava em contradição com a possibilidade de o país promover-se a uma situação mais privilegiada no circuito do capitalismo global que estabeleceu-se no pós-guerra, o que percebe-se no gradual crescimento econômico (DREIFUSS, 1981). Assim como mostra o gráfico a seguir:

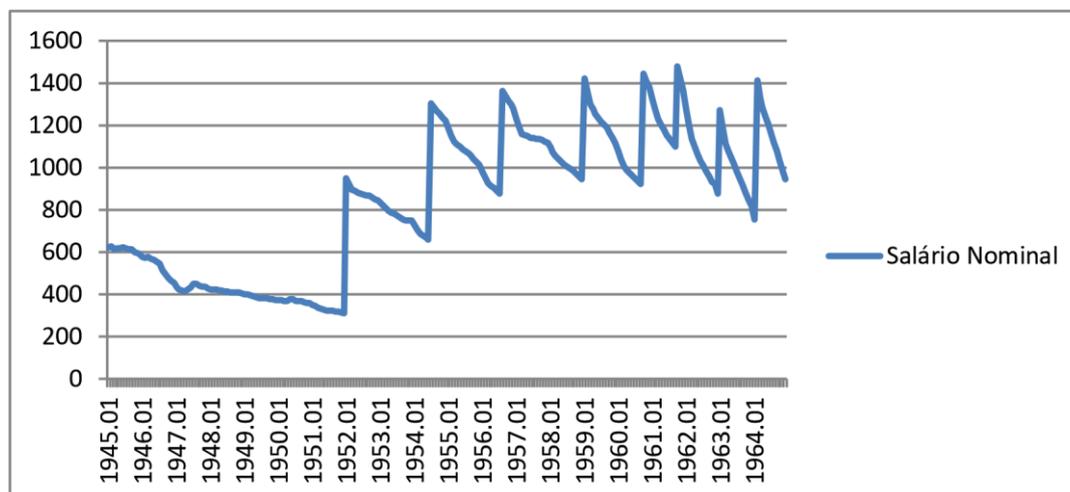
Gráfico 1- Per capita em US\$ de 2013 (mil)



Fonte: Ipeadata. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

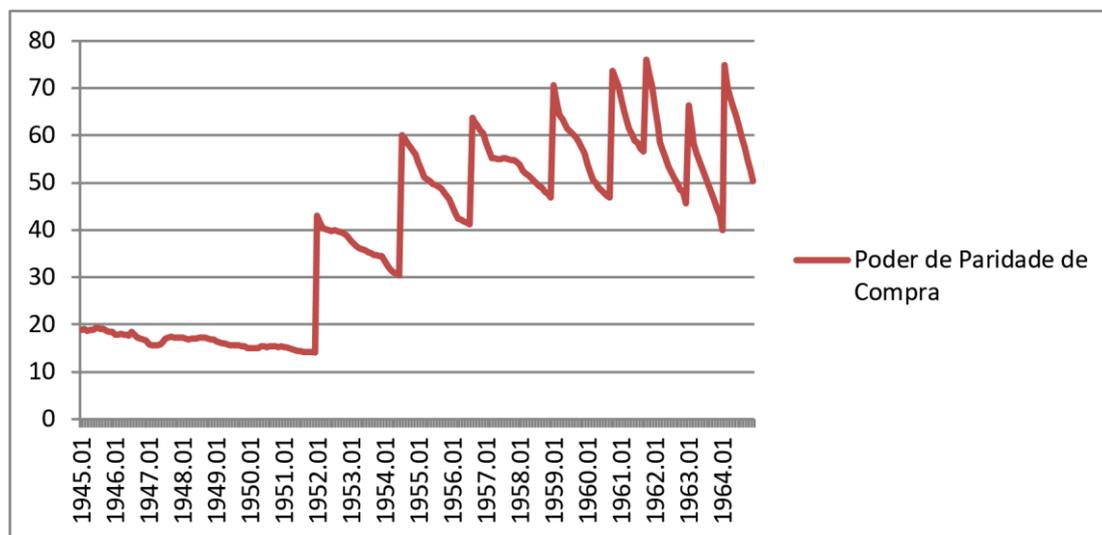
Esse gradual crescimento da renda vinha acompanhado, ainda, de um paulatino ganho salarial, como mostra o gráfico:

Gráfico 2- Salário nominal (em US\$)



Fonte: Ipeadata. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2019

Gráfico 3 - Poder de paridade de compra (em US\$)



Fonte: Ipeadata. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

Em consequência desse cenário de crise estendida, observa-se com maior nitidez as diferentes mobilizações e motivações por parte das classes em conflito. A classe média tende a se mobilizar pela retórica moralista resgatando uma ideologia, supostamente embasada em valores superiores. Desta vez tendo como alvo a classe baixa, na intenção de promover a “ordem” e garantir a permanência do status quo. Seu discurso é apresentado, em um primeiro momento, de forma desorganizada, explicitando valores e preconceitos que o fundamentam e, ao longo do processo, vão sendo metabolizados e racionalizados pela mídia. Com o efeito de condicionar esses valores e preconceitos a pautas genéricas e digeríveis como, por exemplo, a luta contra a corrupção (DREIFUSS, 1981).

Todavia, não é simples entender as motivações desse discurso, pois o modelo político de desenvolvimento desse primeiro lapso democrático mantinha algum controle social sobre a base, ou seja, não haveria uma afronta tão explícita à ordem enquanto os ganhos sociais fossem submetidos à dinâmica de crescimento econômico. Isso fez com que as propostas de reformas do governo Jango, apresentadas como meios de superar a crise e retomar o desenvolvimento, fossem bem vistas pela população de forma geral, como mostra a pesquisa:

Quadro 4- Pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizada entre 20 e 30 de março de 1964, com base em 950 entrevistas

Em relação às reformas de base desejadas pelo presidente João Goulart, o sr(a) acha que elas são:	Absolutamente necessárias, e com urgência	Necessárias, porém com moderação, sem pressa	Não são necessárias	Não sabem
São Paulo	40%	39%	7%	14%
Araraquara	39%	24%	7%	30%
Avaí	52%	17%	6%	25%

Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth.

Isso acontecia em paralelo à crescente sensação da ameaça comunista devido às disputas distributivas que intensificam-se diante da crise, como mostra a pesquisa:

Quadro 5- Pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) realizada entre 20 e 30 de março de 1964, com base em 950 entrevistas

O Sr(a) acha que o comunismo para o Brasil representa:	Um perigo imediato	Um perigo futuro	Não é um perigo	Não sabe
São Paulo	32%	36%	19%	13%
Araraquara	37%	26%	15%	22%
Avaí	37%	24%	9%	30%

Fonte: Arquivo Edgard Leuenroth.

Aqui evidencia-se a contradição vivida até então pela população em geral, que em parte era entusiasta dos avanços promovidos pelo desenvolvimentismo, a ponto de apoiar reformas estruturais. Ao mesmo tempo em que, diante das dificuldades vividas por causa da crise, verifica-se um acirramento crescente nas disputas entre as classes sociais. Isso fica ainda mais evidente quando analisam-se as instituições e organizações que estão por trás dessas disputas no cenário, o que nos dá uma ideia nítida do perfil das pessoas que estavam mobilizadas, dos discursos levantados e dos interesses em jogo.

Do lado desenvolvimentista havia grupos e movimentos sociais organizados em torno de pautas reformistas, partidos de esquerda, intelectuais (identificados ou não partidariamente),

sindicatos e estudantes. Já do lado reacionário havia grupos e instituições que alocavam predominantemente pessoas da classe média, com valores e preconceito retrógrados em torno de pautas reacionárias, ou seja, contra transformações sociais. Entre essas organizações estavam a OAB (Organização dos Advogados do Brasil), as “marchas da família com Deus pela liberdade”, o CNBB (Conselho Nacional dos Bispos do Brasil), os partidos de direita, com apoio e incentivo de grupos e organizações da oligarquia como a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e as empresas de comunicação. Essas últimas sendo fundamentais para comungar, racionalizar e direcionar as investidas públicas da classe média (DREIFFUS, 1981).

As empresas de comunicação legitimaram o levante reacionário, como o representante dos valores superiores em detrimento dos opositores, além de o atribuírem uma falsa identidade popular e democrática. Quando, na prática, suas intenções eram antipopulares e antidemocráticas (WERNEK SODRÉ, 1990). Tais disposições exercidas pelas classes no momento de ruptura são as mesmas historicamente naturalizadas em suas relações intersubjetivas. Isso fez com que essas disposições ficassem mais intensificadas e delineadas, aglomerando seus partidários, os organizando e os inflamando ideologicamente.

A ruptura foi instigada pela oligarquia nacional que, aliada aos interesses do capital estrangeiro, pressionou o legislativo e o judiciário ademais promoveu os militares ao poder como referência de estabilidade. Isso representou uma vitória da estratégia (dos meios) da oligarquia industrial, mas uma derrota em termos ideológicos e políticos (dos princípios e propósitos) para a oligarquia ruralista, o capital financeiro e o capital estrangeiro. O que vinha desenhando-se desde o Governo Kubitschek. Foi um movimento de fora para dentro, onde os grupos de interesses, extra-institucionalmente, impuseram-se à política constitucionalmente legitimada (DREIFFUS, 1981).

4 DO GOLPE CIVIL-MILITAR AO FIM DA NOVA REPÚBLICA

“Sempre que o Brasil real – o Brasil da imensa maioria de despossuídos – levanta a cabeça, o Brasil oficial vai lá e corta essa cabeça.”

Ariano Suassuna

“Entre nós tudo é inconsistente, provisório, não dura.”

Lima Barreto

As disputas no cenário levaram à ruptura promovida em 1º de abril de 1964, encabeçada pelos militares, incitada pela oligarquia ruralista ademais apoiada pela classe média e mídia. Quanto a disputa, colocou-se marcada ideologicamente entre esquerda e direita, concepções a época muito influenciadas pela conjuntura externa. Após o fracasso ortodoxo dos primeiros anos do golpe, buscou-se um modelo de inserção no circuito do capitalismo global alinhado com as potências ocidentais sem afetar a configuração social oligárquica, o que gerou um desenvolvimentismo peculiar. Socialmente, o que vê-se é a exclusão da maioria da cidadania e a promoção do que ficou conhecido como *american way of life* entre oligarquia e pela classe média via mercado. O gráfico mostra como a tendência é invertida entre o período democrático (1945 à 1964) e o período autoritário (1964 à 1985), de desconcentração para concentração de renda. Deixando claro que o regime autoritário tinha como propósito a promoção de uma aristocracia industrial, além da consolidação de um mercado interno.

4.1 A CLASSE MÉDIA E A SOCIEDADE CIVIL DE 1964 A 1985

Com o golpe civil-militar de 1964, o instável e implícito pacto entre as classes sociais pela doutrina do desenvolvimentismo inclusivo acabou. Disso restou o ufanismo e o retorno à configuração social de ordem oligárquica e à solidariedade social escravocrata. Ademais o que era imposto, da ponta da pirâmide social para a base, era a inércia social que tinha de submeter-se à repressão física e simbólica, expressa no *slogan*: “Brasil, ame-o ou deixe-o”.

Já a mobilização da classe média deu-se pelo *slogan* “Deus, pátria e família”. Essa classe reivindicava superioridade moral, intelectual e cívica, tentando fazer contraste, segundo sua concepção, com aqueles que queriam perverter e atacar à ordem em uma suposta revolução comunista. Mesmo que tais valores e preconceitos fossem descabidos, ou até fruto de devaneio,

ainda serviam como campo de ação. Em última instância, esses tinham a função de “ideia força”, ou seja, uma concepção ideológica real que embasava sua práxis política (MANNHEIM, 1976). Adaptando-se ao moralismo do combate à corrupção na fase avançada da ruptura, tudo servindo de “véu da ignorância” para as verdadeiras motivações da classe média.

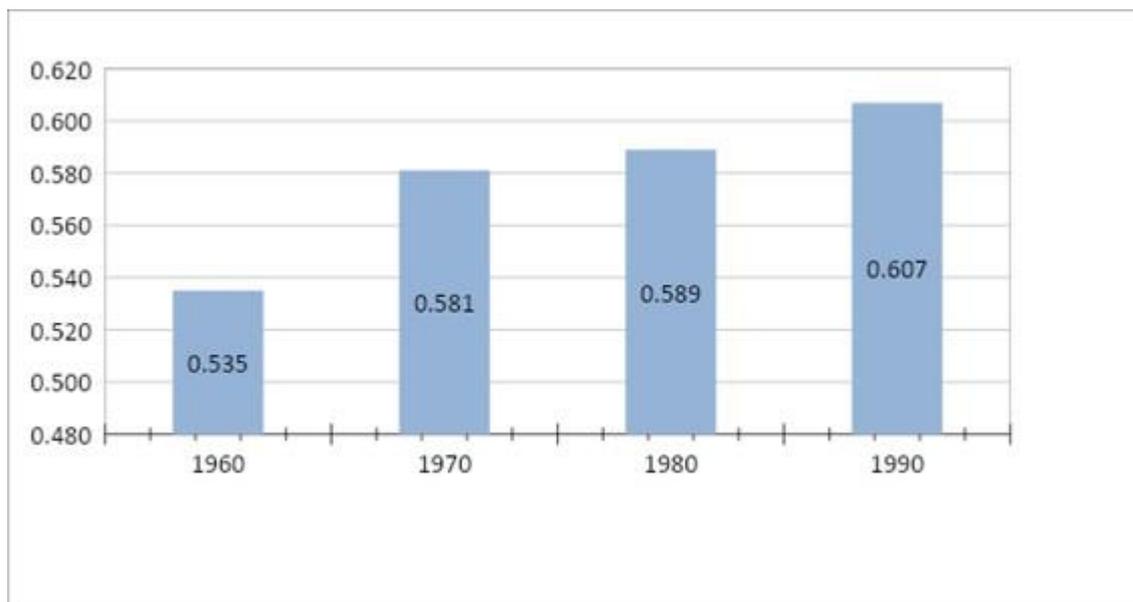
A recompensa veio com a grande concentração de renda em favor dos interesses e privilégios econômicos da oligarquia e da classe média, em detrimento dos direitos sociais que atenderam a classe trabalhadora (DO LAGO, 1990). Isso reforçou a falsa autoimagem de superioridade nutrida pela classe média, defensora de que suas conquistas seriam consequência de esforços pessoais, supostamente desligados do poder público.

Com o ganho aquisitivo da classe média, abriu-se à ela um mercado com condições de consumo inéditas, principalmente de bens duráveis, como carros e geladeiras (BRESSERPEREIRA, 2014). Além disso, o regime ditatorial civil-militar também teve o cuidado de abrir espaço para o mercado de serviços, o qual atendia a demanda da classe média em prejuízo da qualidade do serviço público. Exemplo disso é o ensino básico que, durante o regime ditatorial, experimentou a migração da classe média do sistema de ensino básico público ao sistema de ensino básico privado e a depreciação da qualidade do primeiro (ROMANELLI, 2014). Essa intensa concentração favoreceu principalmente o setor privado de serviços, que apoiou-se não na própria capacidade de prover as demandas, mas sim nos subsídios dos recursos públicos, criando distorções entre o consumo e os direitos sociais, assim como aconteceu com a área da saúde. Essas distorções vão reforçar e aprofundar a autoimagem de distinção da classe média em relação a classe trabalhadora, agora pelo acesso a determinados bens e serviços.

Essas grandes vantagens experimentadas pela classe média em detrimento das condições da base social fazem com que ela, juntamente com a oligarquia, apoiasse o regime autoritário até o ponto em que não fosse politicamente viável. Mais do que isso, é nesse

cenário de exclusão social que a classe média começa a germinar sua “nobre fé” na meritocracia. Assim, são patentes as transições de cenários com diminuição extensiva da desigualdade para cenários de crescimento intensivo da desigualdade, como mostra o gráfico a seguir:

Gráfico 4- Visão de Longo Prazo da Desigualdade 1960-1990 (Índice de Gini)



Fonte: IBGE (Pnad)

O gráfico acima mostra claramente o efeito negativo ao processo civilizador que o país vinha experimentando. Isso não em consequência de fatores externos, mas, sim, como consequência de uma política consciente que persistiu ao longo do regime, que contou com apoio incondicional das classes favorecidas. Desta forma, pode-se apontar a quebra do processo civilizador e também a promoção do seu inverso, o processo descivilizador. Sendo o objetivo dessa ruptura com a estabilidade democrática e a normalidade institucional, a recuperação de uma configuração social oligárquica de solidariedade escravocrata. Além do grande retrocesso da esfera pública que tem consequências negativas para a estabilidade democrática e normalidade institucional até os dias de hoje.

A resistência a esse processo veio pelo levante cultural populista, o qual surgiu no início do período ditatorial. Esse movimento, representado pela Tropicália, resgatou o gênio brasileiro das décadas anteriores, dessa vez desfeito de qualquer teleologia, sem apostar em nada além da manifestação espontânea das artes populares. Isso criou uma disposição que comungou o ceticismo com o cinismo lúcido que, por sua vez, apostou em um agir quiliástico como meio de afronta, deslegitimação e transformação da ordem autárquica estabelecida. A Tropicália foi integrada pelos grupos progressistas nas suas diversas pautas. Nessa interação eram assimilados os princípios que alcançaram desde manifestações artísticas à militância política da época. Embora sua repercussão tenha ido muito além, por meio das mídias de massa que a vendiam

como puro entretenimento. Esse movimento denunciava os valores e preconceitos que possibilitaram e sustentaram o golpe de 1964 (DUARTE, 2020).

O tropicalismo ainda teve o efeito equalizador entre as disposições socioculturais nacional e internacional, ou seja, ele conseguiu captar e traduzir culturalmente as transformações nas pautas e nos conflitos sociais do mundo pós-guerra, como aconteceu com os movimentos culturais populistas nos países centrais, a exemplo do movimento Hippie e do Punk. Além do ceticismo e do cinismo, restavam também a distopia como ideologia e, em proporção menor, o saudosismo como utopia das milícias que viam como meio de transformação política e social a guerrilha e o terrorismo. Essas investidas dos movimentos culturais deram respaldo para uma maior inserção subjetiva e para pautas identitárias emergentes as quais, embora só viessem a tomar relevância política posteriormente com a retomada da democracia no Brasil, já eram assimiladas culturalmente (DE CARLI; RAMOS, 2017).

Nesse processo, emerge a indústria cultural de massa (HORKHEIMER; ADORNO, 2016) que transformaria-se no principal meio de disseminação de valores no país. Ademais, teria como símbolo a nova tecnologia televisiva a qual, desde sua gênese, foi comprometida com a ordem oligárquica e por ela privilegiada, já que todas as concessões públicas adquiridas no período tinham um compromisso tácito com o regime. Todavia, a cultura populista nacional não foi passiva nesse processo: a televisão e o rádio foram ocupados pelos festivais de música, os impressos eram ocupados pela sátira e a denúncia explícita do autoritarismo e da censura do regime, o Cinema Novo já vinha colocando em evidência as consequências sociais perversas da manutenção de uma ordem social oligárquica e de uma solidariedade social escravocrata. Essa disposição cultural chegou à maior parte da classe média e à oligarquia por meio da importação de bens culturais. Em parte, menor, replicado com sua proposta original, exemplo, o Rock brasileiro. Em parte, maior, replicado na versão esvaziada de qualquer cinismo lúcido ou ceticismo, servindo como uma nova roupagem apenas. Sendo que a última versão é a que predominaria no cenário nacional.

A parte da expressão cultural que guarda seu caráter de cinismo lúcido ou cético, foi o grande ponto de resistência social ao reacionarismo imposto pela ditadura civil-militar, além dos grupos armados. O populismo cultural teve sua relevância por criar o contraste que denunciava e colocava em evidência o caráter oligárquico e retrógrado do regime, as suas consequências sociais perversas e as justificativas imorais que acreditavam legitimar a ordem.

A denúncia contra o autoritarismo não seria tão forte sem o repertório construído por essa expressão cultural populista.

O fim da censura, em 1978, não fez com que a grande mídia projetasse esses valores propriamente. Pelo contrário, ela vendeu-se, posteriormente, como o grande paladino da democracia a ponto de “confundir” seus interesses financeiros e políticos com a garantia do regime democrático. A propósito, a posição retrógrada da mídia manteve-se sem qualquer abalo diante da ruína do regime autoritário, mantendo-se alinhada com os mesmos grupos de interesse e com os mesmos propósitos. O que tornou ainda mais relevante esse movimento que influenciou a resistência diante das investidas contra a memória e as manifestações populares emergentes diante a queda do regime. Investidas reacionárias que expressam-se em eventos marcantes como, por exemplo, a cobertura das manifestações²⁵ em São Paulo pelo direito ao voto direto para presidente, movimento conhecido como “Diretas já”, em 1983, após anúncio do fim da ditadura.

A cautela da oligarquia aumentou ainda mais diante da capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores sindicalistas do ABC paulista. Organização essa que juntamente com intelectuais, estudantes e setores progressistas da igreja, representando uma grande base popular, deu origem em 1980 ao Partido dos Trabalhadores, que tornara-se a principal oposição organizada ao *status quo*, estendendo-se para além do combate à ditadura²⁶.

No entanto, diante da falência inerente do regime autoritário, que apostou na desigualdade socioeconômica, no autoritarismo político e em uma agenda que feria os princípios norteadores do desenvolvimento sustentável, foi realizada uma transição gradual ao regime democrático; do desenvolvimentismo autoritário e excludente para uma agenda neoliberal. Isso acontecia enquanto manifestações populares aumentavam nas ruas, o que forçou um processo de democratização largamente estendido à população, com uma Constituição moderna e social, embora não tivessem sido regulamentados os pontos estruturais em relação à promoção de uma nova solidariedade social. Esse processo construiu meios

²⁵ A grande mídia atuou cobrindo o evento como comemoração pelo aniversário da cidade, anulando o caráter político e democrático da manifestação por mudanças. Em 7 de outubro de 1984, destaca-se, ainda, o editorial elogioso do jornal Globo ao regime, assinado pelo proprietário das Organizações Globo, evidenciando a dimensão do empenho civil da cúpula ditatorial.

²⁶ O trabalhismo foi resgatado politicamente em duas frentes partidárias no fim da ditadura civil-militar. Sob a liderança de Brizola, o Partido Democrático Trabalhista (PDT) tentou reeditar o modelo varguista de personificação, juntamente com a pauta da educação. Sob a liderança de Lula, o Partido dos Trabalhadores (PT) resgatou o trabalhismo sindicalista mais organizado e burocratizado com outras pautas que vinham emergindo em diferentes esferas sociais.

objetivos para transformar a ordem estabelecida. Entretanto, contou com o aceite da oligarquia, que a entendia estrategicamente na sua legitimação, visto que a desigualdade tinha alcançado níveis excessivamente elevados, mesmo para padrões de subdesenvolvimento, e vinha sendo fortemente denunciada (HOFFMAN, 1995).

No processo de abertura diante da ameaça inerente do caos econômico e social vividos no governo Sarney (1985 a 1990) mobilizou-se amplos setores da sociedade, esperançosos em relação às medidas de estabilização econômica. No entanto, o entusiasmo inicial com os planos adotados não justificaram-se. Isso serviu para o avanço da agenda neoliberal, a despeito do fracasso das medidas impostas pelo FMI ao país. Ainda assim, a pauta trabalhista voltou com força em torno do salário e avançou, embora aquém do pretendido. Tal movimento encontraria resistência da oligarquia, a mesma que reivindicava o protagonismo na luta pela democracia e o caráter civilizador da Constituição de 1988 (DELGADO; DELGADO, 2017).

Saindo desse processo, paralelo à redemocratização do país, encontra-se uma sociedade ainda excepcionalmente desigual para os padrões contemporâneos (HOFFMAN, 1995). A instabilidade econômica, a violenta miséria e a extrema desigualdade eram as questões centrais diante da insatisfação apresentada pela parte organizada da classe baixa, sendo a primeira delas evidenciada pelos fracassos das saídas de cunho neoliberal apontadas, que tiveram o efeito de piorar a crise no fim da ditadura civil-militar, e as demais pela profunda vulnerabilidade social em que encontrava-se grande parte da população. Isso acabou por influenciar a formulação da Constituição de 1988, que prevê a atuação direta do poder público no combate a essas mazelas. Todavia, aquilo que estaria previsto nessa Constituição não necessariamente viria a ser regulamentado, visto que a possibilidade ou não de realização da Constituição de 1988 ficou submetida às disputas políticas e sociais posteriores (DELGADO, 2019).

O processo de abertura conclui-se nas condições políticas e sociais que esboçavam-se desde o fim da ditadura civil-militar, ainda que relativamente estabilizadas. Apesar das perturbações econômicas que atravessaram todo o período do governo, impossibilitando a orientação estrutural em longo prazo, as demandas mais imediatas da classe trabalhadora foram parcialmente assistidas, justamente com o intuito de evitar que a crise fosse aprofundada. O governo Sarney tornou-se símbolo, com todas as suas idiosincrasias, do processo garantista de transição do regime ditatorial para um regime democrático, encerrando-se com a primeira eleição direta para presidente, mas sem uma estrutura institucional definida como estava previsto na Constituição.

4.1 A CLASSE MÉDIA E A SOCIEDADE CIVIL DE 1989 A 2018

O governo Collor (1990 a 1992) foi o primeiro eleito diretamente, dentro da Constituição de 1988, também foi o primeiro a opor-se aos princípios e propósitos constitucionais. Fernando Collor de Mello tratava-se de um desconhecido para a grande maioria do eleitorado e colocava-se como candidato da antipolítica, do novo, com uma campanha eleitoral embasada em sua imagem e suposta envergadura moral. Pode-se dizer que a candidatura Collor foi o primeiro “*Think Tank*”²⁷ neoliberal do Brasil pós-ditadura.

Socialmente, chegou-se à beira do caos com o confisco da poupança como meio de enfrentar o crescimento acelerado da inflação, agravado pela ausência de respaldo constitucional para tal medida. Dessa forma, esprou-se a instabilidade da esfera econômica para as demais esferas em uma crescente de conflitos.

É interessante perceber que os conflitos entre classes sociais foram, com dificuldades, estabilizados durante os governos Sarney e Collor, e, embora as consequências tenham sido distintas, os motivos guardam paralelos. Em ambos os casos, os conflitos sociais encontravam representação político-partidária; a nível institucional, contudo, era quase unânime o entendimento de que o problema de primeira ordem era a instabilidade econômica. Isso não significa que esse período foi isento de conflitos; eles existiram, mas a referência da Constituição, que era amplamente aceita como instituição mediadora, os orientou levando-os a fixarem-se muito mais em relação a pontos específicos das leis e resoluções políticas práticas para os problemas do que em relação a sua legalidade e legitimidade aconteceria posteriormente.

Em paralelo a isso, com a abertura do regime, o caráter cínico lúcido e cético seria reencarnado em novas expressões culturais populistas, agora com origem na base social, como

²⁷ Conforme Paulo Flores (2017), o relatório publicado anualmente pela Universidade da Pensilvânia sobre a qualidade dos think tanks no mundo os classifica como organizações de pesquisas sobre políticas públicas capazes de apresentar recomendações a atores políticos. O papel das think tanks, segundo o mesmo relatório, é preencher lacunas de conhecimento para aprimorar as políticas públicas em áreas importantes para o bem-estar coletivo, como meio ambiente, imigração, pobreza, economia e saúde pública. Para influenciar decisões políticas e a opinião pública, think tanks reúnem especialistas que elaboram estudos sobre determinados temas e publicam os resultados. Sua atuação pode tanto ser mais técnica, buscando isenção nas recomendações, como assumir pressupostos religiosos ou ideológicos – sejam eles liberais, conservadores ou social-democratas. A expansão do acesso à internet possibilitou que think tanks criassem sites e passassem a disseminar suas ideias para o público geral com mais facilidade.

são os casos, por exemplo, do Mangubeat, em Pernambuco, e do Hip Hop, em São Paulo, expressões que nasceram e popularizaram-se no país todo ainda nos anos de 1990. Em ambas as manifestações, apresentavam-se pautas identitárias, ainda que enraizadas na pauta de classe. Em ambos os casos observa-se a influência da Tropicália como paradigma, visto que elas estruturam-se no espontaneísmo da manifestação da identidade popular e na abertura cultural. Tal abertura nada tem a ver com a versão cosmopolita e submissa da oligarquia, já que busca valorizar a cultura nacional por meio de um intercâmbio com o resto do mundo em pé de igualdade.

Nota-se que essa onda de novas expressões pode ser entendida como a ponta final de um processo de desalienação do país em relação a sua condição, no sentido de que a crítica das condições sociais passa progressivamente da ponta da pirâmide social para a sua base. O que teve origem pela oligarquia, na primeira onda, com a Arte Moderna, passando pela classe média com a Tropicália, na segunda onda, chegou à base social com o Hip Hop e o Mangubeat. Todavia, nessa terceira onda o movimento, diferente da primeira, não fixa-se em uma narrativa teleológica, e, diferente da segunda, busca construir algo além do cinismo lúcido e do ceticismo. Ele busca a ampliação e participação ativa na esfera pública da base social, na construção plena da cidadania (PERLATTO, 2019), apostando política e partidariamente contra a experiência neoliberal dos anos de 1990.

Diante do fracasso e escândalo do Plano Collor, os quais ameaçavam a frágil estabilidade do cenário político e social, foi construído o processo de desmanche do governo através de negociações que formariam o governo Itamar (1992 a 1994). Governo que, em tese, deveria servir apenas como transição, mas que, na prática, conquistou a estabilidade econômica através do “Plano Real”, bastante questionado pela oposição na época. Estabilidade econômica pela qual desdobraram-se os conflitos político-partidários e sociais que caracterizariam a nova república. Todavia, o plano conseguiu promover o controle inflacionário, e o governo Itamar logrou realizar um crescimento de 10% do PIB e de 6,78% da renda *per capita*. Socialmente, o governo não teve grande aprovação.

O governo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) fixou-se economicamente na consolidação do “Plano Real” e na Lei de Responsabilidade Fiscal (o tripé macroeconômico). Criou um amplo programa de privatização de empresas públicas e apostou na poupança externa (investimentos) como meio de desenvolvimento, com um discurso que passou a associar a doutrina desenvolvimentista ao autoritarismo. Socialmente, o governo FHC compreendeu a

efervescência no país de pautas, a saber: negra, feminista, LGBT e ambiental, que até então tiveram um processo diferente do ocorrido em países centrais, além de retardatário. Embora desde 1950, principalmente nos anos de 1960 e 1970, existissem grupos representantes dessas pautas, influenciados pelas referências externas no período, os mesmos tinham uma atuação pontual. Vindo a tomar corpo e relevância nos anos 1990, com assimilação pela esfera político-partidária (BOTELHO; SCHWARCZ, 2013).

Essa assimilação, bem como a participação na Constituinte, possibilitaram maior organização e mobilização por parte de determinadas pautas, sendo que, nesse processo, elas também orientaram-se por questões de classe. Somente nos anos 2000, com maior relevância e legitimidade conquistadas, essas tomaram o caminho contrário, buscando maior autonomia em relação aos partidos. Isso deu-se em maior proporção pelo movimento feminista do que pelo movimento negro, justamente pela questão de classe que envolve essas pautas. A questão feminista, nas suas diversas versões, seria assimilável como uma pauta mais identitária que de classe, dependendo do caso, possibilitando a existência de um feminismo para cada classe. A questão negra, por sua vez, estaria necessariamente ligada à questão de classe, radicando-se na escravidão e em sua permanência pela segregação, inexoravelmente atrelada a exploração do trabalho (BOTELHO; SCHWARCZ, 2013).

Já movimento ambientalista no Brasil tem sua origem atrelada às demandas dos camponeses e extrativistas ademais em seus conflitos com os latifundiários, em razão da expansão da agricultura e da pecuária, apresentando um caráter majoritariamente de classe. Todavia, a pauta tomou corpo no país não pelos conflitos de classe e demandas dos trabalhadores do setor, mas devido à influência externa. Tendo em vista a crescente relevância e centralidade do Brasil nas relações diplomáticas ligadas à questão ambiental, considerando a profusão de suas riquezas naturais e a chegada de grupos ambientalistas internacionais no período de redemocratização. Muitas das pautas que eles defendiam, contudo, estavam fora de sintonia com a realidade brasileira, pois sua origem e referencial baseavam-se em realidades de países desenvolvidos, sem muitos dos problemas sociais brasileiros. Dessa forma, sua radicalidade de costume encontrou respaldo apenas em grupos específicos, concentrados na classe média e até na oligarquia, onde as questões sociais não tinham grande relevância em seu comprometimento político (ACSELRAD, 2004).

Por fim, mesmo sendo a mais recente das pautas, a LGBT foi a primeira a tomar corpo como movimento social autônomo no país, ou seja, fora do escopo partidário. Tal mobilização

e organização deu-se inicialmente em decorrência da vulnerabilidade social desse grupo, posteriormente por sua assimilação como meio de propagação bem sucedida de políticas públicas na área da saúde. Além de ser a última pauta a traduzir-se para os conflitos partidários, é a que mais mantém-se cética em relação à esfera político-partidária, mantendo suas maiores e mais relevantes organizações na condição apartidária. Mantendo-se a pauta mais vulnerável às investidas reacionárias moralistas e com menor representatividade política, ainda é difícil defini-lo em relação à questão de classe. Entretanto, é importante frisar que a vulnerabilidade dos membros da população LGBT varia de acordo a condição socioeconômica, isso ocorre independentemente do avanço das reivindicações²⁸ (BOTELHO; SCHWARCZ, 2013).

Em paralelo, o trabalho como pauta manteve-se relevante nas disputas sociais desde 1917 e o seu poder de influência deve-se à capacidade de organização e mobilização de uma grande massa. O que ocorreu tanto no campo quanto na cidade, muito devido ao processo histórico nacional que submeteu a cidadania ao trabalho. Diferentemente do que aconteceu nos países centrais do pós-guerra, onde a cidadania foi promovida como um valor autônomo. No entanto, desde a redemocratização criou-se uma situação dúbia, onde está previsto constitucionalmente a centralidade social do trabalho na ordem política e econômica, enquanto políticas neoliberais desde 1989 colocavam o trabalho à margem da ordem política e social. Ainda assim, esse mantém uma influência indireta na disputa político-partidária, buscando um alinhamento maior com partidos identificados como parceiros (DE CARVALHO, 2001).

Isso expressou-se nas políticas sociais e nas mediações do governo FHC tendo efeitos positivos e negativos. Enquanto isso, pautas e manifestações de caráter identitário ganharam espaço em prejuízo das pautas de classe. O trabalho foi colocado em suspenso como movimento central das disputas e da ordem e foi deslocado como eixo de disputas exclusivas das esferas econômica, assim como aconteceu na Europa ocidental do pós-guerra. Em relação às questões sociais, o governo avançou com a criação de programas com efeitos pontuais.

²⁸ É importante atentar que, embora tenha sido retardatária, em comparação aos países centrais, e tenha sofrido – e ainda sofre – repressão, a emergência dessas pautas no país se deu, em parte, devido à transformação cultural pela qual o Brasil vinha passando desde os anos 1960. Em comparação com outras experiências em que se tenha visto transformações importantes em diversas esferas da vida, que não foram acompanhadas por transformações significativas na esfera cultural, o que se verifica é não só a forte tendência de haver preconceito contra grupos identitários, mas também a representação de suas pautas como perversões. Essas disposições contrárias a elas estão incorporadas objetivamente em instituições como o Estado, minando a emergência dessas pautas como ocorre, por exemplo, na Rússia.

O efeito disso foi a adaptação conjuntural do avanço no processo civilizador, que vinha sendo experimentado desde a redemocratização, independente das oscilações políticas e econômicas pelas quais o país passou. A transformação da esfera pública em que as “novas” pautas estavam sendo apresentadas ocorreu em um processo no qual a dimensão identitária das pautas sobressaíram-se, enquanto a luta de classe foi subjugada na ordem neoliberal, e, na prática, não teve grande efeito no equilíbrio de poder entre as classes. Assim, contribuiu-se mais para a manutenção da configuração social do que para sua superação a despeito das transformações experimentadas.

As medidas tomadas pelo governo, em decorrência das crises diversas com que deparou-se, mostraram o seu comprometimento com a agenda ortodoxa neoliberal, apostando no capital externo especulativo de curto prazo (*hot-money*) como meio de financeirização do desenvolvimento, o que fazia com que, diante das crises, ocorresse grande e abrupta fuga desses capitais. A aposta dava-se na tentativa de manter uma sobrevalorização da moeda doméstica, o que mostrou-se inviável já no primeiro governo FHC, quando a sobrevalorização diante do dólar foi assegurada por meio do câmbio fixo. Tendo em vista sua aprovação diante da opinião pública e aprovação da lei da reeleição presidencial pelo Congresso, FHC conseguiu ser reeleito. No entanto, no primeiro ano de seu segundo mandato, em 1999, sua gestão abandonou o câmbio fixo e adotou o câmbio flutuante, fazendo o real ter uma forte desvalorização e, assim, minando o poder de compra do consumidor. No fim do seu segundo mandato (2002), deu-se a eleição do partido de oposição de centro-esquerda.

O governo Lula (2003-2010) que apostou em outra política de desenvolvimento, sofreu resistência do mercado e era visto com suspeita pelos grupos de interesses da oligarquia. Por isso, buscou legitimar-se diante dessa por meio da “carta aos brasileiros”, na qual garantia a permanência da estrutura político-econômica adotada pelos governos anteriores, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (ou tripé macroeconômico), o que demonstrava o poder de vida e morte do setor financeiro não apenas sobre a economia, mas também sobre a democracia no país. Assim, Lula conseguiu formar um governo de coalizão de classes, a qual só poderia ser sustentada em uma condição de crescimento econômico contínuo. Para isso pode contar com um mercado de *commodities* aquecido, que possibilitou a promoção de políticas de inclusão social bem-sucedidas sem enfrentar os interesses e os privilégios da oligarquia. No entanto, nesse jogo de “ganha-ganha”, a classe média viu-se desfavorecida com seus ganhos relativamente menores (CARVALHO, 2018). Ainda mais quando percebe a integração da

classe baixa em espaços e no consumo de bens e serviços, que antes eram seus monopólios e meios de distinção. De acordo com o processo de formação e configuração social brasileira, essa condição explicitou em seu medo todos os seus valores e preconceitos, colocando em xeque as ideias de que o Brasil era um país integrado, de democracia social, entre outras. Contudo, essa situação manteve-se em níveis não tão bárbaros até o fim do ciclo de ganhos.

O aquecimento econômico que garantiu o baixo desemprego, o aumento real do salário, e as políticas sociais de distribuição de renda ensejaram o efeito de reciprocidade entre demanda e oferta, uma condição inédita do mercado nacional até então. Isso possibilitou a elevação do padrão de consumo da base social, o que antes só era possível para a oligarquia e a classe média. Tal modelo de desenvolvimento levou à aproximação das classes baixa e média, devido à ampliação do acesso a bens e serviços, e acabou perturbando a percepção da ordem. O que gerou um mal-estar por parte daqueles que sentiram-se afrontados nessa circunstância, intensificando a disposição (*habitus* ideológico) pela manutenção a ordem oligárquica e da solidariedade social escravocrata.

Avanços na esfera pública vinham sendo experimentados em um cenário de relativa prosperidade e mobilização social, no qual classes eram privilegiadas de formas distintas.

Nessa condição, a classe baixa passou a ser percebida como agente de interesse e não apenas como um problema. O mesmo ocorreu com as “novas” pautas que, a partir da redemocratização, passaram a ter representatividade na esfera pública. Esse fenômeno expressou-se também na mídia tradicional, por meio de alterações na publicidade e na programação de entretenimento, que passou estrategicamente a dar maior dimensão às pautas identitárias em detrimento das classistas. O que contribuiu para um reequilíbrio da legitimidade na esfera pública.

Nisso a classe média passou a ser uma peça chave no conflito de classe, antes mesmo da crise que romperia o pacto. Com um discurso exposto primeiramente nas redes sociais da internet o qual reclamou tanto da presença em espaços, quanto do consumo de bens e serviços, que antes eram experimentados como meios de distinção. Curiosamente, esse discurso não apelaria ao “mérito” pessoal, mas à falta de etiqueta e/ou honrarias dos emergentes. A expressão maior disso materializou-se na inconformidade da classe média diante das políticas de cotas sociais e raciais nas universidades públicas ademais de financiamento nas universidades privadas, assim como do acesso popular às viagens aéreas, shoppings e ao consumo de marcas famosas.

Essa disposição da classe média passou a intensificar-se paulatinamente desde meios restritos, onde o anonimato estaria assegurado, passando por eventos específicos, nos quais seus valores e preconceitos eram compartilhados, até chegar às situações cujos esses, supostamente, justificariam-se como uma legítima revolta pública. Dinâmica que acompanhou a estabilidade do cenário econômico e político mantendo a pontualidade das manifestações até as crises no país, que aprofundaram e expandiram o descontentamento. A saber, descontentamento que passou a contar com o voluntarismo de atores institucionais, os quais podiam violar regras em nome da causa.

O governo Dilma (2011 a 2016) inicia neste cenário social que já desenhava-se hostil, tendo de lidar também com as mudanças internas decorrentes da economia global que estava em uma profunda crise. As intenções demonstradas e as medidas tomadas pelo governo mostravam-se politicamente insustentáveis com suas dificuldades diante do congresso e do próprio eleitorado. A preocupação recorde com a corrupção, por sua vez, teve um papel importante na percepção popular do cenário, sobretudo com a mídia ligando o governo à corrupção, e esta como a causa da crise (MESQUITA; MOISÉS; RICO, 2013). Mudança na percepção popular que faz parte de um quadro de preocupações, como mostram os dados:

Quadro 6- Principais preocupações da população durante os Governos FHC, Lula e Dilma

		Governo FHC (1995-1998 e 1999-2002)	Média	Governo Lula (2003-2006 e 2007-2010)	Média	Governo Dilma (2011-2014 e 2015-2016)	Média
Desemprego	1	33% à 49%	39,5%	27% à 49%	38,6%	4% à 11%	6%
	2	31% à 53%	38,4%	9% à 23%	19,1%	6% à 11%	8,7%
Saúde	1	14% à 16%	15%	6% à 17%	10%	31% à 48%	39,7%
	2	7% à 12%	10%	11% à 34%	28%	16% à 26%	21,7%
Violência/ Segurança	1	2% à 5%	3%	11% à 18%	13,7%	10% à 20%	16,4%
	2	6% à 21%	12,5%	15% à 31%	22,6%	7% à 14%	9%
Fome/ Miséria	1	5% à 8%	7%	8% à 22%	13%	1% à 7%	3,1%
	2	5% à 15%	8,3%	3% à 7%	5,8%	1% à 2%	1,5%
Educação	1	7% à 10%	8%	3% à 9%	4,6%	9% à 13%	10,4%
	2	4% à 7%	5%	7% à 11%	10,1%	8% à 10%	9,2%
Corrupção	1	1% à 4%	2,2%	1% à 6%	2,2%	3% à 14%	8,9%
	2	1% à 7%	2,9%	3% à 7%	5,8%	21% à 34%	24,5%

Fonte: DATAFOLHA PO813824, 25 e 26/11/2015

O que vinha da esfera econômica continuou a ser refletido nas esferas política e social, inclusive eleitoralmente. Diante desse cenário, as bases do partido e os movimentos sociais foram críticos tanto ao governo, quanto às suas escolhas de composição ademais à sua política econômica no fim do primeiro mandato, que ia contra o próprio programa. Todavia, diante da crise a oposição, que passou a apoiar-se na narrativa reacionário de cruzada contra os pervertidos, conseguiu fortalecer-se elegendo o Congresso Nacional mais reacionário da história democrática do país, até aquele momento. Nesse cenário, a narrativa moralista ganhou centralidade.

4.2 A SEGUNDA REAÇÃO OLIGÁRQUICA E A CLASSE MÉDIA

Logo após a eleição em segundo turno, que favoreceu a situação, a oposição demonstrou não ter aceito os resultados da eleição. Dava como certa a sua vitória, em um cenário de crise, contando com amplo apoio tanto dos grupos oligárquicos de interesses, quanto do levante reacionário. Com o agravante de que a parte eleitoral derrotada via-se legitimada e instigada a questionar, se não a violar, a disputa democrática. A derrota nas urnas já não era mais o limite das disputas eleitorais, pois reivindicava-se, sem receio, a distinção entre os esclarecidos e os pervertidos. Como fica claro nos trechos da fala de Aécio Neves, em 2015, quando reeleito presidente de seu partido, o PSDB:

Uma das heranças da presidente Dilma nós já conhecemos: meia década perdida. Ao final de seu governo, que não sei quando ocorrerá, talvez mais breve do que alguns imaginem, os brasileiros estarão mais pobres.

[...]

Esse grupo político que está aí caminha a passos largos para a interrupção do seu mandato. A oposição não se omitiu, não esmoreceu, vem lutando muito, e está cada vez mais sintonizada com o sentimento amplamente majoritário na sociedade brasileira.

[...]

Convivemos hoje com o dramático aparelhamento da administração federal, tomada de assalto por ativistas e amigos do poder. Com o compadrio que se estabeleceu como norma básica de conduta e funcionamento da máquina pública. Com a corrupção endêmica, que grassa no serviço público, gerando escândalos em série, intermináveis e vergonhosos, como os revelados quase diariamente pela Operação Lava-Jato. Convivemos com o uso de truques contábeis, as chamadas "pedaladas fiscais", para fechar as contas do governo. Uma prática que pode levar a Presidente da República a ter suas contas rejeitadas.

[...]

Não perdemos a eleição para partido político, e sim para uma organização criminosas que se instalou no seio do Estado nacional.

[...]

A nossa unidade é o mais valioso instrumento para colocar fim a esse perverso ciclo do PT. (NEVES apud BRAGA, Isabel; KRAKOVICS, Fernanda, 2015)

Com isso, a disputa eleitoral desdobrou-se imediatamente na disputa pelo *impeachment* da presidenta recém-eleita. Esse conflito estendeu-se até o ano de 2016, passando por várias etapas e apelando para várias narrativas, articuladas independentemente da validade de suas justificativas, da veracidade dos fatos e da legalidade dos meios utilizados para tal processo. Em última instância, o conjunto da obra e a emergência de reformas demandadas pelos grupos oligárquicos de interesses, justificavam os meios.

Com a vitória do “centrão” nas eleições para a presidência da câmara, estabeleceu-se a estratégia de vetar ou dificultar as propostas do governo com origem em seu programa, conjugada à imposição paulatina das propostas do programa da candidatura derrotada e das “pautas-bomba”, que mostravam-se como uma agenda própria do “centrão”. Buscando, desta forma, minar a popularidade do governo com o aprofundamento da crise, que instalou-se e persistiu até a ruptura da democracia depois da estagnação e de recuos do governo na articulação com o Congresso. Sendo no dia 2 de dezembro de 2015, aceito por Eduardo Cunha, então presidente da Câmara dos Deputados, o pedido de *impeachment* fundado em supostas violações ora da lei orçamentária, ora da lei de improbidade administrativa, o que depois mostrou-se infundado.

Em 11 de abril de 2016, o relatório da comissão especial foi aprovado por 38 votos contra 27. Levado a plenária em 17 de abril de 2016, foi aprovado por 367 votos contra 137, sendo imediatamente encaminhado ao Senado. Na comissão especial do Senado, o *impeachment* foi votado no dia 12 de maio de 2016 e aprovado por 55 votos contra 22, o que implicou no afastamento imediato da presidenta até o encerramento do processo. No dia 31 de agosto de 2016, o *impeachment* foi votado em plenária no Senado e, por 61 votos contra 20, a presidenta foi afastada em definitivo, o que aconteceu de forma no mínimo peculiar, visto que não lhe foi cassado o direito de exercer cargos públicos, como prevê a Constituição.

Embora tenha sido bastante acelerada para os padrões de um processo de *impeachment*, a ruptura democrática de 2016 foi bastante demorada em comparação às formas tradicionais de ruptura. Essa demora deu-se pela necessidade de manutenção das aparências constitucionais e fez com que o processo de *impeachment* passasse por todos os ritos previstos, mesmo sem base jurídica para tal (conforme DCR nº 1, de 2015, na origem). Assim, os agentes que conduziram o processo esperavam que, com o repasse do poder, asseguraria-se a estabilidade política. Essa

ruptura foi promovida pelo núcleo político fisiocrático, e deu-se entre esses, os derrotados nas eleições para o executivo, o chamado “centrão” e os grupos de interesses²⁹.

O processo foi promovido por um núcleo político que englobava a maioria dos parlamentares, alguns ministros e a maior parte dos partidos políticos, implicados em investigações sobre corrupção, não encontravam meios de defender-se dessas acusações, nem encontravam apoio da presidência para esse fim. Com isso, uniram-se políticos e partidos da base do governo e da oposição com a finalidade de “estancar esta sangria”, buscando apoio também fora do poder político institucional – no capital financeiro, na grande mídia, nas bancadas do boi, da bíblia e da bala, no Judiciário e nas Forças Armadas – para promover uma ruptura e colocar um governo de coalizão com o propósito de defesa desses que viam-se vulneráveis às investigações. Também contaram com entusiasmo da classe média que extremava-se ao longo do processo.

Esse acordo expressou-se claramente não só na defesa dos ameaçados, mas também na forma como foi constituído o governo da ruptura democrática. Ademais, expresso nas pautas impostas, a despeito da vontade popular. O governo não compôs-se por frações político-partidárias, que ocupavam os postos ministeriais de acordo com a agenda apresentada e votada nas eleições. O governo compôs-se por grupos oligárquicos de interesses, ou seja, os postos foram ocupados por representantes (políticos e personalidades financiadas) de determinados nichos empresariais e financeiros. Foi a falta de um eixo que possa disciplinar e traduzir em programa de governo esses interesses o que evidenciou a orientação do mesmo, fundamentada em incoerências entre os discursos da presidência e dos ministérios³⁰.

²⁹ O processo foi levado adiante pelos grupos de interesses através narrativa “oficial” de promoção da responsabilidade administrativa e fiscal e da recuperação da confiança dos investidores, o que colaborou para a narrativa do levante reacionário de identificação da origem da suposta ingerência, da crise, da corrupção do governo e da perversão do eleitorado na administração das políticas sociais. Essa ruptura foi construída de forma incerta e paulatina, acelerando-se progressivamente de acordo com o avanço das investigações contra a cúpula política fisiocrática, como bem mostram os trechos dos áudios vazados à época por Sérgio Machado, presidente da Transpetro até 2014, de uma conversa sua com Romero Jucá, ex-ministro, senador e presidente do MDB (OUÇA..., 2016) G1, 23/05/2016 17h38). A necessidade de articular o grupo político, que se sentia cada vez mais pressionado pelas investigações, com outros grupos de interesses se apresentava como meio de garantir a estabilidade e a legitimidade após a ruptura da democracia, além de possibilitar uma atuação mais enfática desse grupo político no processo de impeachment, tendo o aval dos grupos de interesses. Isso aparece em outro trecho vazado por Sérgio Machado, agora de uma conversa sua com Renan Calheiros, ex-presidente do Senado (CARDOSO et al, 2016).

³⁰ Isso demonstrou nos primeiros meses a inconsistência política dos bastidores e a incapacidade da presidência em se fazer valer da liderança que lhe era atribuída, além da imposição da agenda política, econômica e social derrotada nas urnas em 2014 a partir da articulação dos grupos de interesses que compactuaram pela ruptura democrática. A reforma trabalhista, por exemplo, foi redigida nos computadores da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP).

As medidas da agenda, derrotada eleitoralmente em 2014, foram apresentadas pelo governo pós-*impeachment* com o título de “ponte para o futuro” e avançaram, mas não obtiveram os resultados esperados. Os grupos oligárquicos de interesses não demoraram em apontar, como causa da permanência da crise, a parcimônia nas reformas estipuladas necessárias. A crise econômica, as reformas impopulares e a sensação de impunidade, diante dos escândalos políticos, acabaram por aumentar o descrédito por parte da população em relação às instituições do país, com exceção daquelas ligadas à repressão. Para a população, não existia mais entre os participantes do jogo alguém confiável, pois todos eram traidores, corruptos, quando não comunistas. O descrédito era o discurso mais forte e englobava quase todos.

Na classe média houve um agravante, pelo fato desta não conseguir os resultados esperados e/ou prometidos com o avanço do processo descivilizador, mesmo após servir como ponto popular de apoio à ruptura da democracia, ao acreditar que suas investidas fixavam a sua “superioridade” intelectual, moral e cívica. Sentindo-se traída, a mesma seguia convicta na representação de si, que foi construída juntamente com os grupos oligárquicos de interesses para fins políticos, de forma a camuflar veias extremistas, antidemocráticas e reacionárias. Além de exaltar valores abstratos, tais como o patriotismo, para fins de distinção e sem efeitos práticos, já que esse sentimento não embasava qualquer uma das pautas. O levante reacionário encontrou-se, pois, em uma condição onde sua atuação era medida e legitimada mais pelos fins desejados, segundo os grupos oligárquicos de interesses, do que pelos meios utilizados, sendo justamente o oposto do que acontecia com aqueles que eram considerados como seus inimigos. Essa atitude foi reforçada pela superioridade natural que reivindicavam em relação a esses inimigos, caracterizando-se como o último bastião contra a perversão total. Para que esse extremismo germinasse, soma-se, ainda, a crise econômica e a deslegitimidade da política perante a opinião pública, além do descaso, da desesperança e da revolta de outras partes da sociedade que expressaria-se nas eleições.

As eleições de 2018 seguiram o mesmo roteiro escrito desde a redemocratização, mas com um apelo mais extremista do que em 2014. Fernando Haddad, candidato à presidência pelo PT, apelava à esperança, voltado para classe baixa, e tentava recuperar uma memória dos anos dos governos do seu partido. Jair Bolsonaro, candidato pelo PSL, apelava tanto à classe média, quanto aos grupos que sentiam-se afrontados por quem consideravam pervertidos. Apelando para o medo de uma “provável” perversão definitiva da ordem, este candidato apresentou-se

como uma força *outsider*, capaz de recuperar um passado mítico de valores ilibados que teriam sido roubados. Desenhou-se, assim, a perversão que estava a ponto de concretizar-se em definitivo.

A disputa foi muito concentrada seja em sentimentos, seja em discursos figurados como identidades políticas. Em tal cenário, onde as instituições estavam quase todas desacreditadas, o foco em personagens por parte dos eleitores era uma saída esperada. No entanto, isso não tornaria menos obrigatória a responsabilidade ou a sanidade dos grupos oligárquicos de interesses (econômicos, midiáticos e políticos) com condições de interferir nos bastidores eleitorais. Essa intervenção ocorreu, mas não de forma responsável ou sã. Desde as disputas de 2014, tais grupos vinham extremando os meios de promoção dos seus interesses políticos nas disputas eleitorais. Isso na intenção de instigar medo e pânico no eleitorado e aproveitar-se do levante reacionário³¹.

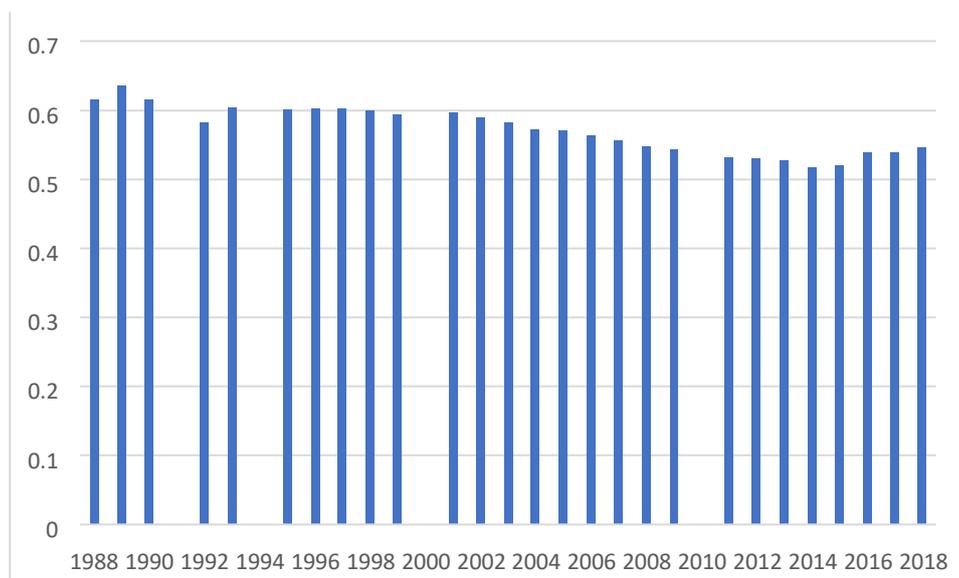
O posicionamento desses atores contribuiu para o avanço de uma narrativa que defende e/ou ignora os meios violentos, considerados necessários para pôr fim aos perversores da ordem. Nesse sentido, não existe mais limites ou o reconhecimento da legitimidade de atores, nem regras institucionais como mecanismos de regulamentação e limitação das disputas políticas. Todos os meios para um determinado fim valem, sendo a medida moral estabelecida no “nós”, enquanto a legitimidade e o direito de existir politicamente do “eles” era cada vez mais questionada (LEVIRSKY & ZIBLATT, 2018).

Mais uma vez ressalta-se o contraste entre os cenários de estabilidade democrática e normalidade institucional (desta vez entre 1989 e 2016) com o cenário pós-ruptura democrática, instaurado, neste caso, a partir 2016. A aptidão democrática novamente foi muito bem-sucedida em termos civilizadores e, novamente, esses princípios não estavam em consonância com os interesses da oligarquia, nem com a solidariedade escravocrata que persiste no país, a despeito dos avanços nas diversas esferas da vida. Tanto que experimentou-se efeitos socioeconômicos similares aos que foram experimentados pelos países centrais nas décadas pós-guerra. Mesmo a persistência da articulação política na base social não pode impedir que conflitos, decorrentes das mudanças paulatinas na configuração retrógrada, desembocassem em outra ruptura. Sendo

³¹ Essas investidas não serviam apenas para deslegitimar um lado da disputa política, mas também para legitimar ações por parte de atores institucionais que extrapolavam suas competências, tudo em nome da luta contra a corrupção. Corrupção essa que é representada como manifestação exclusiva de umas das partes da disputa eleitoral, valendo mais uma vez a máxima em que os maus feitos pelos adversários políticos são interpretados como a expressão de sua doutrina perversa, enquanto os maus feitos de seus aliados são vistos como desvios de figuras específicas.

o mal-estar da classe média e os interesses da oligarquia, mais uma vez, a causa. Assim, o país transita novamente de um cenário de extensiva diminuição da desigualdade para um quadro de crescimento intensivo da desigualdade, como mostra o gráfico a seguir.

Gráfico 5- Visão de Longo Prazo da Desigualdade 1990-2017 (Gini)



Fonte: IBGE (Pnad).

Com isso pode-se demonstrar, a partir de uma perspectiva sociológica configuracional, que os processos das rupturas democráticas estão fortemente condicionados (correlacionados) à dinâmica dos avanços experimentados nos breves períodos de exceção, durante os quais verificou-se algum avanço do processo civilizador na história nacional. Isso significa que as rupturas não apenas restabelecem a ordem oligárquica quando essa percebe seus privilégios ameaçados, mas também indicam que a ameaça a esses privilégios vem da base social. Configuracionalmente, à uma ordem oligárquica de solidariedade escravocrata, apresentando uma esfera pública em uma condição pervertida ou quase inexistente aos moldes modernos que, ao longo da história, foi fundamental para a manutenção dessa ordem. O processo descivilizador era a regra, intensificado sempre que surgia uma ameaça aos privilégios da oligarquia, independentemente do regime político em vigor. Sendo a classe média o fiel da balança nesses processos de ruptura, dando materialidade à reação e sustentando a narrativa.

Assim, é possível observar um forte paralelo entre as rupturas democráticas que foram desencadeadas nos anos de 1964 e de 2016. Essas rupturas dão-se em situações nas quais os

pilares centrais que sustentam os privilégios da oligarquia são colocados em xeque por serem incompatíveis com os princípios de uma ordem moderna. A revisão desses privilégios dá-se ou por meio de propostas de reformas estruturais (ou reformas de base), como deu-se com o Governo Jango, ou por meio de arranjos conjunturais em relação à política financeira, como deu-se com o Governo Dilma. Tais investidas pela ruptura são estratégicas e valem-se de cenários de crise que em parte são reais e em parte são artificiais. Isso significa que, embora seja um componente real dos cenários, as crises são agravadas política e socialmente em articulações que contam com a atuação de setores da sociedade que estão orientados pelos mesmos valores e preconceitos, partilhando de uma mesma finalidade. Outro fator que reforça o paralelo entre essas rupturas democráticas são as consequências sociais e políticas que foram desencadeadas.

5 O PROCESSO

“O verdadeiro patriotismo é o que concilia a pátria com a humanidade.”

Joaquim Nabuco

Nas primeiras partes deste trabalho buscou-se demonstrar histórica e conceitualmente que o país, a despeito de todos os eventos e transformações relevantes nas mais diversas esferas, manteve constante uma configuração social oligárquica de solidariedade escravocrata. Mesmo passando por muitos regimes e perturbações das mais diversas, o país manteve essa condição intacta, tendo a classe média cumprindo um papel fundamental nos cenários de crise e ruptura. Este capítulo será dedicado a entender a dinâmica que levou a classe média “tomar o protagonismo” no levante reacionário da nova república.

Para isso, precisamos entender que essa ordem sustenta-se, em traços gerais, da seguinte forma: a minoria dominante, a oligarquia, por regra, está acima da cidadania, ou seja, é um grupo intocável pela lei que tem garantido seus privilégios como estrato social dominante, independente do custo que isso apresenta à civilidade (SOUZA, 2017). Existe também outra parte minoritária, a classe média, que, embora esteja abaixo da oligarquia na hierarquia social, tem privilégios em decorrência de sua condição de operador da ordem (SOUZA, 2018). Essa condição articula-se com o seu afastamento em relação à base social, a qual experimenta a condição de vulnerabilidade cidadã que lhe é imposta historicamente (SOUZA, 2017).

Isso faz com que a classe média entenda sua condição como natural, já que não conhece outra situação em que a base social possa, de forma sustentável, participar legitimamente das disputas políticas e da esfera pública em defesa de seus interesses. Essa condição garante à classe média não apenas uma superioridade econômico-material em relação à base social, mas também, e principalmente, uma superioridade de status, já que são os membros desta classe os responsáveis pela garantia do funcionamento da ordem, ocupando posições de destaque. Sendo assim, a classe média brasileira está imbuída da missão “*jus natural*” de desfazer qualquer ameaça à ordem, inclusive qualquer transformação que coloque em xeque seu status, visto que é dele que origina-se sua autoridade e aquela que seria a ordem natural das coisas.

Também demonstrou-se que houve dois lapsos na história do país em que essa ordem foi afrontada. Observamos que isso dá-se para além de revoltas pontuais quando estão garantidas a estabilidade democrática e a normalidade institucional. Constatou-se que tal

afronta à ordem oligárquica não é fruto imediato de avanços de natureza econômica, cultural, etc., sendo fruto, antes, das garantias democráticas e institucionais, que, por sua vez, viabilizaram a promoção de um processo civilizador. Em consequência disso, foi possível o estabelecimento de uma arena política e social em que foi garantido o direito e as condições de organização e mobilização das partes nas disputas de interesse. Em tese, não havia qualquer barreira ou estigma pré-estabelecidos em relação às pautas disputadas, o que proporcionava, em geral, maior moderação e reconhecimento da legitimidade entre as partes que escolhiam fazer o jogo institucional.

Por outro lado, a pequena expressão de uma esfera pública subdesenvolvida e as barreiras impostas de forma não democrática permitiam o jogo do extremismo das partes que estavam fora do jogo institucional. Isso porque as pautas ou não eram reconhecidas ou eram colocadas em suspeita, abrindo espaço para teorias conspiratórias sobre o suposto perigo iminente em tolerar as demandas da base social. Essa reação assumiu uma forma paranoica, dando respaldo para o mal-estar sentido e agravado paulatinamente pelas mudanças na configuração social oligárquica, em que a solidariedade de uma sociedade escravocrata é afrontada pela possibilidade de organização e mobilização de pautas que contemplam os interesses da base social.

Demonstrou-se que a consolidação do extremismo que está na base das articulações dos processos das rupturas democráticas é promovida pelo oportunismo dos operadores da ordem e do Estado em engajar-se nessas pautas, já que percebem a oportunidade de cooptar a opinião pública a seu favor, em articulação com grupos de interesses. Essa cooptação não encontra grandes obstáculos para legitimar posições extremistas e paranoicas, o que acaba por fortalecer uma sempre aflorada disposição que foi cunhada, e nunca superada, pela escravidão. Esse processo dá-se em uma dinâmica de correspondência entre avanço do processo civilizador, identificado com os avanços dos propósitos humanistas, e o radicalismo das ações e das ideias, que opõe-se a tal avanço.

Nesta parte, pretende-se delinear o perfil político-ideológico por trás das mobilizações que atuaram a favor da ruptura democrática, contando, para tanto, com a discussão desenvolvida ao longo das duas primeiras partes. Essa investida funda-se no perfil socioeconômico das manifestações, no posicionamento histórico de seus agentes nos processos de metástase, metamorfose e ruptura, nos discursos articulados pelos grupos organizados e em suas estratégias de mobilização em relação às pautas e adversários.

Sendo assim, faz-se necessária uma investigação acerca da ascensão, organização e mobilização dos grupos envolvidos para, só então, entendermos como esses grupos conceberam-se no espectro ideológico conservador no Brasil. Ou seja, é necessário primeiro estabelecer os paralelos entre as organizações de ambos os espectros para depois entender-se o que os distingue. A investigação sobre a organização e mobilização dos grupos de reação dá-se em dois tempos: a metástase, que busca esclarecer o percurso e os percalços experimentados pelos grupos e membros (perfil) desde a redemocratização até transformarem-se em uma força política relevante; e a metamorfose, que busca esclarecer os eventos e tipos de intervenção que possibilitaram a expressão mais extrema desse levante reacionário. Além de mostrar a forma, o proveito e as consequências da ação do grupo que encabeçou esse levante nos últimos anos.

5.1 A METÁSTASE

Com o processo de redemocratização iniciado a partir de 1985, o país viveu uma intensa dinâmica de organização e mobilização de movimentos sociais e grupos de demanda por políticas públicas, que foram sendo promovidas em decorrência desse evento. Tudo isso foi respaldado constitucionalmente, servindo como estímulo a um processo civilizador que, nas sociedades contemporâneas, sempre tem como consequência a aproximação entre a classe média e a base social. À época, era comum identificar-se em geral como liberal ou socialdemocrata, o primeiro em relação aos costumes e o segundo em relação ao papel do estado no que diz respeito às políticas econômica e social.

Todavia, o “liberalismo” que os grupos de reação defendiam nada tem a ver com o liberalismo-humanista, sendo, em verdade, o seu contrário. Isso explicita-se por meio do seu não comprometimento com quaisquer ideais que busquem a superação da condição dada, visto que os ideais mobilizados pelos grupos de reação são reivindicados e interpretados de acordo com as circunstâncias e a capacidade que têm de afetar a disputa em favor dos seus interesses imediatos, reificando valores e preconceitos que possam-lhes respaldar. Assim, esses “liberais” não compactuam em nada com os princípios do liberalismo-humanista, disposição que fica evidente quando articulam meios de oposição às bases filosóficas e ao histórico político desse perfil no momento em que ele apresenta-se nas disputas. Para entender melhor a distinção entre ambos os perfis, contudo, faz-se necessário definir conceitualmente o liberalismo-humanista.

Para Mannheim (1976) o liberalismo-humanista³², como o quiliasma, surge no conflito primeiro com o irracionalismo e, posteriormente, com a ordem oligárquica absolutista. Sua arma mais contundente eram as ideias, e elas estavam no centro da utopia liberal-humanista. No entanto, era uma ideia que não comungava com a concepção platônica e estática, visto que, na utopia liberal-humanista, a ideia é experimentada como um dispositivo projetado como regulador, fazendo com que a realidade possa ser racionalmente interpretada. A ideia seria, portanto, uma unidade de aferição racional sobre o mundo, capacitando uma avaliação objetiva e formal sobre esse mundo.

A utopia liberal-humanista exalta a cultura e a ética, e, em sua concepção, os adventos históricos inspiram-se nas ideias e objetivos espirituais do vir-a-ser. São os ideais que orientam as ações pela consciência moral, e esses ideais acabam sobrepondo-se à modernidade pela esfera política, espalhando-se por todas as esferas da vida. E é pela falibilidade na mesma esfera política que a utopia liberal-humanista começa a fragilizar-se.

Essa utopia surge nos estamentos sociais da monarquia absolutista e da burguesia emergente em um momento marcado pelo conflito desses estamentos com o estamento clerical-teológico. Ao longo do processo, essa utopia vai sendo assimilada nas esferas política e cultural, e tornando-se monopólio da burguesia e vindo a ser por ela mobilizada contra a monarquia absolutista, que irá orientar-se pela representação teocrática. Mais adiante, o estrato social proletário irá buscar na esfera cultural burguesa, ou melhor, na superação de sua filosofia idealista, a sua emancipação da compactação inconsciente e a sua redenção.

A utopia liberal-humanista traz um comportamento intelectualista sobre o mundo como reflexo de um estrato social médio (burguesia) e de uma classe intelectual. Isso implica a busca por redenção em duas frentes, contra o visionarismo realista quiliasta e contra o conservadorismo vinculado ao tempo e a terra. A Razão tomou o status mais elevado na utopia liberal-humanista, enquanto a materialidade e o imediatismo foram negados. Segundo essa utopia, só a Razão aponta para o eterno e o sublime, seja em relação às regras e aos padrões encarnados pela natureza, seja pela arte.

No ápice da utopia liberal-humanista, suas representações esvaziaram-se de substância, assim como as experiências e atividades orientadas por ela. É provável que isso tenha

³² Estende-se aqui liberalismo-humanista, humanista, luta por reconhecimento, cidadania como conceitos associados. Sendo os dois primeiros voltados a definir o perfil político-utópico dos atores, enquanto os dois últimos voltados as definições das pautas dos atores.

acontecido propositalmente, o que, juntamente com a percepção de linearidade, gerou a concepção de progresso e evolução inequívocos. Isso implicou maior ênfase na forma vazia dos conceitos para compensar a falta de concretude.

O conceito de progresso na utopia liberal-humanista é uma compensação do *delay* entre o ideal liberal e a realidade, visando uma contínua aproximação entre a racionalidade e o mundo. Assim, a maturação das ideias revela não uma falibilidade lógica, mas uma trajetória por percalços históricos. A concepção de progresso era atribuída a essa evolução inequívoca da Razão, rumo ao vir-a-ser e à plena redenção a partir da tomada da consciência pura através do desenvolvimento da cultura, da fé nas instituições e do poder de transformação da política e da economia.

A mentalidade normativa da utopia liberal-humanista percebia mudanças qualitativas nos distintos períodos históricos, identificando adventos passados com um grau de consciência que, por sua vez, sempre eram inferiores à sua consciência atual. Isso fez com que não percebessem, em sua ascensão, que o que garantia o poder dos estratos dominantes era, em última instância, o uso da violência indisfarçada.

Essa utopia emana dos anseios e valores de um estrato social que, dotado de uma nova perspectiva ética e cultural da intelectualidade, prometia a redenção terrena pelo esclarecimento. Essa força de apelo a ideais abstratos e indeterminados foi produtora para a utopia liberal-humanista, que tirou proveito no recurso à vontade livre, explorando-a como a maior virtude. Todavia, esse caminho levou-a para sua própria ruína.

Os princípios e propósitos da utopia liberal-humanista ganham um novo fôlego durante a reconstrução no pós-guerra, a partir do questionamento do ideal de progresso, da emergência das novas pautas e da falência da experiência soviética. No Brasil, embora houvesse ensaios a partir do primeiro lapso democrático, iniciado em 1945, isso só pôde ser metabolizado na redemocratização a partir de 1985, em consequência do atraso imposto pelo regime ditatorial civil-militar.

Tendo em vista a formulação histórico-social de Mannheim sobre os pilares em que o liberalismo-humanista ascendeu e sempre sustentou-se, pode-se ter clara a inexpressividade desses ideais na atuação dos reacionários brasileiros, que, em tese, reivindicaram-nos no combate aos desafiantes. Esse posicionamento vai ao encontro da história política e social do país, na qual os desafiantes da ordem quase nunca tiveram as garantias mínimas para participarem das disputas de forma legítima, enquanto a classe média, na parte mais

significativa de sua história, serviu ao *status quo*. Sendo assim, o processo de emergência e consolidação dos ideais liberal-humanistas no país deve-se às pautas ligadas principalmente à base social. A relação desses ideais com os reacionários, no caso brasileiro, dá-se por estes estarem preocupados com a aparência moderna e cosmopolita do perfil liberal-humanista, embora suas práticas demonstrem sua oposição aos princípios que fundamentam esse perfil (BRESSER-PEREIRA, 2014).

Assim manteve-se de forma idiossincrática a classe média ao longo do conturbado processo de redemocratização, passando pela estabilização econômica, a partir de 1994, até a chegada da crise após 1998. Sua postura foi expressa nas pesquisas de intenção de votos nesse período:³³

Quadro 7- Pesquisa de intenção de votos (1989): escolaridade em percentual (%)

	Analfabeto/primário incompleto	1º grau incompleto/completo	2º grau incompleto/completo	Superior incompleto/completo
Lula	35,9	47	57,9	58,3
Collor	61,9	48,7	33,4	31,6
Nenhum/Branco/Nulo	2,2	4,3	8,6	10,1

Fonte: OPINIÃO PÚBLICA, 2002

Quadro 8- Pesquisa de intenção de votos (1989): renda em salários mínimos (S.M.)

	Até 2 S.M.	De 2 a 5 S.M.	De 5 a 10 S.M.	De 10 a 20 S.M.	Mais de 20 S.M.
Lula	42,1	50,2	52,5	54,3	47,7
Collor	55	43,9	40,8	39,4	43,8
Nenhum/Branco/Nulo	3	5,9	6,6	6,3	8,5

Fonte: OPINIÃO PÚBLICA,

Quadro 9- Pesquisa de intenção de votos (1994): escolaridade em percentual (%)

	Analfabeto/primário incompleto	1º grau incompleto/completo	2º grau incompleto/completo	Superior incompleto/completo
Lula	23,6	22,5	26,9	33,6
FHC	50,2	54,1	48,9	40,4
Outros	20,2	18	17,2	20,2
Nenhum/Branco/Nulo	6	5,5	7	5,8

Fonte: OPINIÃO PÚBLICA, 2002

³³ Apesar de possuírem fontes e métodos diferentes, essas pesquisas cumprem com o objetivo de mostrar uma tendência, corroborada por ambas.

Quadro 10- Pesquisa de intenção de votos (1994): renda em salários mínimos (S.M.)

	Até 2 S.M.	De 2 a 5 S.M.	De 5 a 10 S.M.	De 10 a 20 S.M.	Mais de 20 S.M.
Lula	23,2	25,8	26	25,5	25,9
FHC	53,5	49,3	48,8	50,1	52,9
Outros	18,2	19,6	18,8	18,5	16,5
Nenhum/Branco/Nulo	5,1	5,3	6,4	5,9	5,7

Fonte: OPINIÃO PÚBLICA, 2002

Quadro 11- Pesquisa de intenção de votos (1998): escolaridade em percentual (%)

	Analfabeto	1º grau	2º grau	Superior
Lula	25	27	28,4	31,6
FHC	56,9	53,6	49,9	45,3
Ciro	5,9	7,9	11	12,8
Outros	6,3	5,3	4,7	3,4
Nenhum/Branco/Nulo	6	6,1	6	6,9

Fonte: OPINIÃO PÚBLICA, 2002

Quadro 12- Pesquisa de intenção de votos (1998): renda em salários mínimos (S.M.)

	Até 2 S.M.	De 2 a 5 S.M.	De 5 a 10 S.M.	De 10 a 20 S.M.	Mais de 20 S.M.
Lula	27,9	26,6	29,8	28,2	20,6
FHC	51,7	54	51	51,3	56,9
Ciro	7,5	8,6	8,7	10,5	12,6
Outros	6,3	5,1	4,4	4,4	3,4
Nenhum/Branco/Nulo	6,6	5,7	6,1	5,5	6,4

Fonte: OPINIÃO PÚBLICA, 2002

Durante o período de estabilização e de estabilidade, eram defendidas posições e narrativas liberais-humanistas por parte da oligarquia e da classe média. Aceitava-se, até certo ponto, ganhos pontuais da base social, desde que a ordem oligárquica e a solidariedade social escravocrata não fossem desafiadas. Todavia, em consequência da crise, não foi possível manter esse curso, o que levou a uma guinada eleitoral na virada do milênio.

Quadro 13- Pesquisa de intenção de votos (2002): escolaridade em percentual (%).

	Fundamental	Médio	Superior
Lula	62	69	64
Serra	38	31	36

Fonte: DATAFOLHA, 26/10/2002 (véspera do segundo turno).

Quadro 14- Pesquisa de intenção de votos (2002): renda em salários mínimos (S.M.)

	Até 5 S.M.	De 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
Lula	64	69	64
Serra	36	31	36

Fonte: DATAFOLHA, 26/10/2002 (véspera do segundo turno).

Em decorrência dessa guinada política, houve uma maior abertura para o avanço de pautas liberal-humanistas, muitas de interesse exclusivo da base social, o que levou a uma quebra da idiosincrasia da oligarquia e da classe média. Essa situação foi ficando mais marcante eleitoralmente no decorrer do tempo, podendo ser claramente identificada uma distinção crescente de voto de acordo com as características dominantes de cada classe, o que é ilustrado pelos quadros a seguir:

Quadro 15- Pesquisa de intenção de votos (2006): escolaridade em percentual (%)

	Fundamental	Médio	Superior
Lula	67	59	47
Alckmin	33	41	53

Fonte: DATAFOLHA, 26 e 27/10/2006 (véspera do segundo turno).

Quadro 16- Pesquisa de intenção de votos (2006): renda em salários mínimos (S.M.).

	Até 2 S.M.	De 2 a 5 S.M.	De 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
Lula	69	59	49	44
Alckmin	31	41	51	56

Fonte: DATAFOLHA, 26 e 27/10/2006 (véspera do segundo turno).

Quadro 17- Pesquisa de intenção de votos (2006): cor declarada em percentual (%)

	Branca	Parda	Preta	Indígena	Amarela
Lula	52	67	74	70	68
Alckmin	48	33	26	30	32

Fonte: DATAFOLHA, 26 e 27/10/2006 (véspera do segundo turno).

Quadro 18- Pesquisa de intenção de votos (2010): escolaridade em percentual (%).

	Fundamental	Médio	Superior
Dilma	61	53	44
Serra	39	47	56

Fonte: DATAFOLHA, 29 e 30/10/2010 (véspera do segundo turno).

Quadro 19- Pesquisa de intenção de votos (2010): renda em salários mínimos (S.M.)

	Até 2 S.M.	De 2 a 5 S.M.	De 5 a 10 S.M.	Mais de 20 S.M.
Dilma	61	54	49	48
Serra	39	46	51	52

Fonte: DATAFOLHA, 26 e 27/10/2010 (véspera do segundo turno).

Quadro 20- Pesquisa de intenção de votos (2010): religião declarada em percentual (%).

	Católica	Evangélica Pentecostal	Evangélica não pentecostal	Espírita Kardecista, espiritualista	Não tem religião nenhuma
Dilma	57	52	50	47	59
Serra	43	48	50	53	41

Fonte: DATAFOLHA, 26 e 27/10/2010 (véspera do segundo turno).

A partir das pesquisas fica evidente a superficialidade do comportamento da defesa liberal-humanista do início do segundo lapso democrático, o que viria a tornar-se mais claro com o abandono de sua retórica. Portanto, da mesma forma que dá-se com a filosofia do “Humanitismo” de Quincas Borba, a postura desses “liberais” não representa uma adaptação ou avanço do ideal humanista, mas, sim, a expressão da antítese de seus ideais, que servem menos como uma doutrina filosófica e mais como uma justificativa para o estado das coisas. Isso é o que acontece com os princípios e propósitos liberal-humanistas, que, quando evocados pela classe média e pela oligarquia, são mobilizados como mera alegoria, instrumentalizados e pervertidos de acordo com o cenário político e social (KHEL, 2018).

Além de ostentar a aparência moderna e cosmopolita que justifica a identificação com os “povos civilizados” e com os estereótipos culturais que admiram, como os franceses, no século XIX, e os estadunidenses, hoje, esses grupos desprezam aqueles que entende como perversos, como fazem com próprios os brasileiros (KHEL, 2018). A evidência maior de que a relação desses grupos com os ideais liberal-humanistas é meramente alegórica, é o fato de que nem mesmo na retórica eles sustentam esses ideais diante do primeiro desafio, restando, para fins de identificação e legitimação, certa versão de uma retórica superficial que apela para um sentimentalismo vazio nos valores e nas práticas: o patriotismo.

Tendo em vista que os princípios do liberalismo-humanista só podem persistir quando paulatinamente associam-se aos propósitos dos estratos desafiantes da ordem, juntamente com a revisão dos meios políticos usados. No caso do Brasil, como viu-se, pode-se até mesmo ver um abandono desses princípios no discurso ao longo do processo, mesmo que esses princípios

nunca tenham transcendido o plano alegórico. Uma postura que reivindicava-se alinhada a uma doutrina liberal-humanista, “instintivamente” opõe-se a ela ao perceber o alinhamento desta com as pautas dos desafiantes.

A postura alegórica liberal-humanista, que foi sustentada do final do período ditatorial à estabilização da democracia, e do final dos anos de 1990 ao início dos anos 2000, vem sendo paulatinamente abandonada em favor de uma postura que agora reivindica o conservadorismo como doutrina. Isso deu-se quando, ao longo do processo, foi percebida uma maior proximidade dos desafiantes em relação princípios e propósitos do liberalismo humanista do que a reivindicada pelos reacionários.

Essa aproximação também foi sentida por meio da promoção e da disputa pelos mesmos bens e serviços. Quando concentrada no mercado, essa disputa poderia ser, em grande medida, contornada indiretamente pela superioridade no acesso à renda e ao crédito por parte da classe média. No caso de bens e serviços promovidos e subsidiados pelo Estado, entretanto, esses privilégios eram garantidos pelo alcance quase exclusivo que a classe média possuía em razão da exclusão da base social, como, por exemplo, o caso da educação superior. Sendo assim, os conflitos concentraram-se e intensificaram-se em torno de políticas afirmativas que contavam com uma atuação mais substancial e direta do Estado na virada do milênio, que, por proporcionar à base social algum usufruto desses bens e serviços, geraram um mal-estar em relação ao jogo democrático para os desafiados da classe média (SOUZA, 2018).

Com a crença da classe média de que seu status social fora abalado pela perversão por parte dos desafiantes da ordem, a retórica do pós-ditadura civil-militar de comprometimento com os valores modernos de liberdade, igualdade e fraternidade não sustentava-se mais. Os princípios liberal-humanistas que vinham sendo reivindicados e ostentados por amplos setores dessa classe no início do processo de redemocratização, raramente associados a propósitos práticos ou à promoção do progresso social, começaram a ser abandonados enquanto verniz de civilidade. Apresenta-se, pois, uma relação semelhante ao ocorrido nas crises anteriores vividas pela ordem em decorrência de qualquer perturbação, seja essa de natureza social, política, econômica ou mesmo a experiência de algum avanço no processo civilizador.

A crescente aproximação entre as camadas sociais mudou bastante a forma como a classe média coloca-se em relação a políticas públicas e à função do Estado, pois, aquilo que antes era entendido como troféu e consagração de sua “natureza” superior passou a ser fonte de perversão social; o que antes era entendido como mérito passou a ser entendido como

assistencialismo e cooptação. Essa mudança de percepção acabou por acionar na classe média a disposição a reestabelecer a ordem oligárquica que ainda lhe é persistente.

Como foi dito acima, as mobilizações reacionárias começaram a ser acionadas pela “espontaneidade” estimulada pelo *habitus* ideológico ao primeiro mal-estar. Primeiro, por meio da internet, disseminada a partir dos anos 2000, com os mesmos objetivos de denunciar o que eles acreditavam ser as más intenções por parte de tais políticas e de seus beneficiados, quando ainda reclamavam a função de defensores dos ideais liberal-humanistas contra os perversores. Suas pautas eram construídas a partir de referenciais superficiais e sensacionalistas provenientes da cobertura das denúncias dos escândalos de corrupção, contando também com teorias da conspiração que envolviam espões da KGB, articulações internacionais mulçumanas, alianças internacionais “gayzistas”, o Foro de São Paulo, médicos cubanos, revolução comunista, Pepsi Cola e aborto, geocentrismo e até o príncipe Charles da Inglaterra - isto é, qualquer coisa que pudesse justificar seus preconceitos e valores retrógrados contra os desafiantes.

O acompanhamento desse processo desde o primeiro momento do levante reacionário, assim como suas origens sociais e como suas partes foram comportando-se na metástase até o momento de integração entre elas. Para que possa-se entender como foi possível o estabelecimento dessa força no cenário político-social do país hoje.

A primeira parte, a espontaneísta, não organizou-se programaticamente, atuando de maneira dependente às articulações de grupos de interesses políticos e econômicos que concentram mais poder (a exemplo das chamadas televisivas das manifestações *próimpeachment*). Suas investidas também foram debilitadas por falta de clareza estratégica, parcimônia e racionalidade, sendo fiadas exclusivamente em preconceitos, valores retrógrados e teorias da conspiração (SOLANO [org.], 2018).

Sua contribuição no levante corresponde à reação às mudanças estruturais que dão-se em consequência do avanço do processo civilizador experimentado. O que não significa uma visão profunda e complexa sobre a realidade nacional, mas um reflexo do *habitus* ideológico que é desafiado pela transformação vivida na redemocratização do país. Essa parte do levante experimenta um mal-estar que não consegue tratar racionalmente, dependendo dos grupos oligárquicos de interesses com maior capacidade estratégica para orientar sua atuação e dar vazão a esse sentimento. Quando não consegue esse apoio, a atuação dessa parte tende a ser subversiva e “desafiadora da ordem”.

Em razão de seus membros e simpatizantes terem, em geral, antecipado as mudanças culturais vividas mais intensamente na redemocratização, ou por apenas repudiá-las, essa parte não distingue as pautas identitárias, das de classe. Todas são apontadas como formas de perversão moral da ordem, todas são como frutos do que seria o “marxismo cultural”, cuja função seria promover o rompimento com a ordem e a moral, levando-se em consideração que a hierarquia e o respeito aos valores dos grupos dominantes são o que a classe média entende como as bases da ordem e da moral.

A outra parte desse levante reacionário, representada pelos institutos de disseminação da doutrina neoliberal, começava a organizar-se em torno de narrativas mais racionalizadas, mas ainda com o mesmo propósito dos grupos espontaneístas. Sua retórica agressiva apontava o fracasso inerente do modelo de desenvolvimento que foi estabelecido constitucionalmente na redemocratização e atacava as políticas afirmativas como fonte da perversão e fruto do autoritarismo, mesmo que essas medidas tenham respaldo naquilo que entendiam como referencial teórico liberal (GROS, 2003). Se, no primeiro grupo, a distinção entre verdadeiro ou falso era irrelevante, neste segundo grupo, o que seria certo ou errado em suas teses do ponto de vista teórico-doutrinário também não importava mais diante do seu empreendedorismo moral. Ainda que ambos evoquem a primazia da verdade e da ciência como monopólio dos seus, o que importa é o combate ao inimigo. A Razão, o progresso social ou a utopia de construir-se o novo são diametralmente opostos aos seus propósitos, sendo combatidos em formas personificadas (SOLANO; ROCHA, 2019).

Os institutos de disseminação da doutrina neoliberal, no entanto, têm uma atuação que orienta-se performaticamente, buscando articular discursos pseudocientíficos que sejam coesos com sua doutrina. Esse esforço exigiu também coerência em relação às mudanças culturais vividas mais fortemente na redemocratização, fazendo com que a orientação e atuação dessa parte do levante fixasse-se muito mais nas ambições particulares dos atores do que na ordem propriamente.

Suas articulações, apresentadas de forma mais racional e independente em relação aos grupos de interesses tradicionais, tomam como referência questões pontuais contingentes. Atuavam produzindo material de propaganda, disseminados pelas redes sociais, e promovendo eventos sobre questões que destacassem-se no cenário (GROS, 2003). Mesmo sendo uma produção sem valor acadêmico por conta de suas fragilidades teóricas e metodológicas, esses materiais e eventos atraíam os mais jovens, contando com uma atuação mais sistemática nas

redes sociais que possibilitava a construção de redes de articulação entre os atores independentemente dos meios tradicionais. Isso cria um descompasso em relação aos meios com a parte do levante que articulou-se em torno do discurso que reivindicava hierarquia e moral, já que sua doutrina inicial tinha como dogma e eixo interpretativo o *selfmade man*, desfeito de qualquer prerrogativa política, socioeconômica e moral.

No primeiro momento, anterior as jornadas de 2013, não houve um estabelecimento de laços estratégicos que unisse as partes do levante reacionário em uma aliança, embora ambas atuassem paralelamente, direcionadas a combater as políticas afirmativas que acusavam como meio de favorecer pervertidos e preguiçosos, cooptando-os para tirar proveito eleitoral disso. Entretanto, tais políticas foram resultado de longas investidas de organizações que buscavam levar adiante pautas ligadas aos interesses populares e grupos identitários, o que caracteriza uma participação ativa e não passiva por parte dos grupos de demandas e movimentos sociais, diferentemente da interpretação do levante reacionário.

Essa manifestação reacionária não passou sem sofrer críticas, visto que organizações e figuras de destaque na sociedade saíram em defesa das lutas por reconhecimento do espectro humanista. A partir dessas investidas, quando não podia-se mais evitar os conflitos diretos, do lado do levante reacionário formulou-se um discurso no qual estava na condição de vítima, já que seria ele o pilar central de sustentação, política, econômica e inclusive moral de uma ordem que, segundo alegavam, começava a ruir em decorrência da carga excessiva que estariam carregando. O outro passo que estruturou essa metástase foi o confronto direto identificando discursos, pautas e personagens como inimigos, tendo como consequências uma crescente postura antipolítica e anti-intelectualista. Ambas as partes do levante adotam esse posicionamento desde o princípio, assegurando que todas as interpretações que diferem de seus propósitos decorrem da perversão e dos interesses de acadêmicos, intelectuais e artistas em aproveitar-se da situação, em um discurso ainda muito personalista.

Ao longo do processo, essas partes do levante reacionário foram atuando em paralelo, sem disputas ou cooperação direta. A convergência entre elas dava-se espontaneamente nos períodos eleitorais - foi assim em 2006 e em 2010. Em decorrência da intensificação do malestar vivido pela classe média, novos grupos e lideranças foram aparecendo, dando os primeiros passos na articulação entre as narrativas das partes e construindo meios de interação com um público, que foi sendo cativado. Isso persistiu até a virada de 2013, quando grupos oligárquicos de interesses com grande influência viram potencial nessas articulações.

A partir das manifestações das jornadas de junho de 2013, iniciadas pelo lado liberalhumanista, que estava encabeçado por grupos como Passe Livre, entre outros, e empenhado em uma pauta concreta, o transporte público, possibilitou-se a articulação do levante reacionário. Manifestações essas que, paradoxalmente, não passariam sem ser questionadas sobre seus métodos e sobre a legitimidade de suas pautas pelos participantes e simpatizantes do levante reacionário, que, desde o princípio, identificaram-nas como orientadas partidariamente, alinhadas a interesses corporativos, embasadas em motivações vis e, portanto, merecedoras de repressão em nome da garantia da ordem.

Isso deu-se mesmo que, na prática, os comitês organizadores que iniciaram as manifestações esforçassem-se em rechaçar as participações partidárias e/ou corporativistas, o que foi entendido como positivo, a despeito da primeira narrativa construída sobre as manifestações. Contribuindo para a assimilação em massa de pessoas e grupos que repudiavam a política, vendo nela a origem de todos os problemas do país, as manifestações acabaram integrando grupos de oposição ao governo, às políticas afirmativas e às pautas sociais, consideradas como origem da perversão.

Os princípios e propósitos iniciais que orientavam as manifestações começaram a esfacelar-se perante o seu aumento repentino e descoordenado, experimentado tanto em termos populacionais quanto em termos de pautas e reivindicações. As pautas e reivindicações que pareciam ser de âmbito particular e puramente ideológico ou moralista não eram incomuns, o que contribuiu, a partir de certo ponto, para a incapacidade de organização por parte dos comitês, fazendo com que as manifestações deixassem de operar por reivindicações em termos de políticas públicas.

Quando percebeu-se tal aumento descomunal, houve, em resposta imediata, duas articulações distintas. A primeira, por parte do poder político que, no âmbito do Executivo, tratou com o comitê organizacional original das manifestações, cuja pauta era voltada para a melhoria do transporte público. No que essa articulação não foi aceita pelo comitê organizacional, que classificou as medidas tomadas pelo governo como insuficientes, o governo defendeu-se dizendo que o transporte público não era uma questão da União, mas que, ainda assim, estava disposto a abrir um conselho ligado diretamente à presidência para tratar do tema, mantendo, nesse conselho, a representação dos grupos interessados.

Também por parte do Legislativo houve reflexo das manifestações que, em 20 de junho de 2013, chegaram às “vias de fato”, com o uso da violência como meio político, em um

episódio bem emblemático em que o ataque ao Congresso foi impedido no último momento pela guarda do Planalto, que só conseguiu desviá-lo para o prédio vizinho, o Itamaraty. A medida tomada como resposta imediata e entendida como obrigatória pelo Congresso foi o desengavetamento de propostas de interesse popular há muito pleiteadas. Entretanto, tal medida foi boicotada assim que percebeu-se o enfraquecimento das manifestações pela falta de objetividade na qual elas caíram.

O segundo movimento foi o de grupos oligárquicos de interesses ³⁴que atribuíam a si o poder de legitimar ou não as investidas. Percebendo a perda de controle dos comitês organizadores e a falta de orientação que dominou as manifestações, a dispersão das pautas, as reivindicações vagas e sem coesão, em associação ao fortalecimento da narrativa de criminalização da política, esses grupos passaram a pautar as manifestações. A primeira investida nesse sentido partiu da mídia tradicional, que, contradizendo a orientação editorial apresentada até então, passou a caracterizar como nobres, ordeiras e pacíficas as manifestações que há pouco haviam julgado como vis, anárquicas e violentas. A narrativa que até então evocava atitudes enérgicas por parte das autoridades, passou a exigir o seu resguardo em benefício do exercício cívico. Nessa nova narrativa sobre as manifestações, o crime deixou de ser a regra e passou a ser a exceção.

Assim, as manifestações, que eram de fato anárquico-libertárias no sentido de não submeterem-se à hierarquização e à uniformização, passaram a apresentar cada vez menos esse teor. Os comitês de organização que mobilizaram-se em torno de uma pauta concreta e comum começaram a esvaziar as ruas, não antes de serem assediados pelos grupos oligárquicos de interesses, que colocavam como pauta das manifestações, por sua conta, a luta contra a corrupção. Justamente com a saída dos comitês, permitiu-se uma uniformização das manifestações em torno de uma pauta de luta contra a corrupção, em um pacto entre os manifestantes e os grupos oligárquicos de interesses. Embora houvesse outras reivindicações, a luta contra a corrupção passou a ser a principal pauta daqueles que passaram a identificarse massivamente como conservadores/liberal-conservadores.

Todavia, aquilo que entendem como conservadorismo/liberal-conservadorismo e reivindicam como doutrina, seja de forma pura, seja de forma híbrida, não pode ser tratado

³⁴ Por grupos oligárquicos de poder entende-se setores da elite econômica e política que articularam-se no intuito de tirar proveito da situação de instabilidade que instalou-se. Entre esses estão a grande mídia, o mercado financeiro, a chamada bancada do boi, da bala e da bíblia, etc.

assim em comparação aos referenciais históricos e teóricos. Tendo como orientação crescente uma posição antiliberal-humanista, esse levante passou a organizar-se em torno do propósito de romper o processo civilizador, unindo e possibilitando o trânsito livre de ícones e lideranças entre as partes. Esse comportamento viria a expressar-se em suas táticas eleitorais, a despeito de algumas de suas diferenças doutrinárias serem, em tese, intransponíveis.

Essa metástase, que crescentemente identificou-se por uma concepção do que o levante reacionário trata como conservadorismo/liberal-conservadorismo (e será abordado mais adiante), foi responsável por tirar os valores e preconceitos da condição de convicções pessoais e de seu circuito restrito a rodas de conversas entre amigos próximos. Esse fenômeno possibilitou a criação de organizações que chegam a agregar milhões de pessoas nas redes sociais, materializando-se em manifestações gigantescas. O núcleo duro que viria a eleger a maior força no Congresso e o presidente da república, em 2018, não surgiu à toa, nem de forma repentina. Ele estruturou-se nas ideias e ações dos participantes, no *habitus* ideológico destes, fazendo, ainda, uso dos recursos disponíveis e sendo impulsionado pelos grupos oligárquicos de interesses, que viam nessa metástase uma possibilidade real e controlável de retomar o controle direto do poder.

O processo de estruturação desse levante reacionário é bastante peculiar, desafiando de maneira aguda as teorias clássicas sobre organizações e mobilizações sociais, o que não atesta a superação dessas teorias, mas, sim, exige um esforço para adaptá-las de forma que possam cobrir o objeto em estudo. Para tanto, faz-se necessária uma abordagem que confronte essas teorias entre si e contra o fenômeno aqui estudado a fim de que possamos ver quais descritores sustentam-se nesse caso e em quais condições isso dá-se.

Sendo assim, esta parte do trabalho trata de uma análise aplicada ao fenômeno deste levante no Brasil a partir das principais matrizes teóricas vigentes. Essa leitura abarca descritores gerais, não estendendo-se para uma abordagem sobre o histórico dessas distintas matrizes teóricas. Embora esta investigação não tenha a pretensão de apresentar uma história das mobilizações sociais faz-se necessário um resgate breve e comparado dos traços das principais matrizes teóricas sociológicas das organizações e mobilizações sociais. Como nenhuma dessas matrizes contempla a abordagem pretendida, o que, de fato, nunca foi seu propósito. Pretende-se, em primeiro plano, definir o perfil político-ideológico do objeto de estudo a partir de seu *habitus* ideológico, o qual é interpretado como um reflexo da configuração social constituída no processo histórico nacional.

Mapear as matrizes das teorias clássicas sobre organizações e mobilizações sociais e destacar aspectos e descritores capazes de ajudar na identificação das disposições dos grupos, tendo em vista que o objeto aqui investigado guarda inúmeras especificidades não contempladas pelas teorias desenvolvidas até então. Sendo assim, não trata-se de um resgate e discussão da teoria das organizações e mobilizações sociais, mas uma tentativa de organizar os referenciais teóricos de forma que possa-se contemplar esse novo fenômeno. As matrizes utilizadas neste diálogo distinguem-se, pois, em dois aspectos: 1º) abordagem, em que coexistem duas matrizes principais, divididas em Pragmatismo Americano e Pragmatismo Francês; 2º) objeto, em que coexistem correntes sobre organizações humanistas e sobre organizações reacionárias.

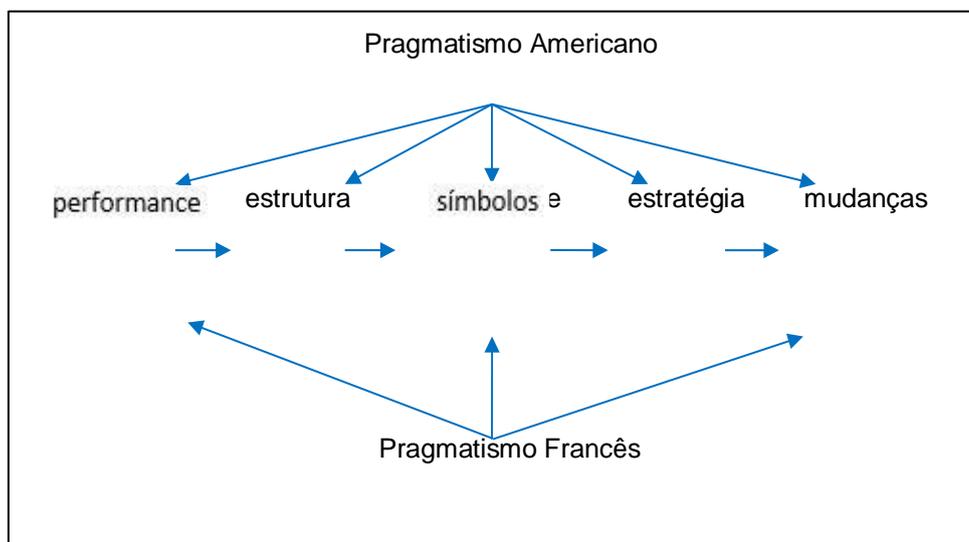
Em relação à abordagem, a maior distinção entre as matrizes são os aspectos destacados por elas em suas reivindicações e o modo como elas são pautadas. Não trata-se aqui de distinção na definição dos aspectos que essas compartilham, nem de apontar qualquer arbitrariedade ou equívoco por parte de uma dessas, mas, sim, de destacar diferenças de perspectivas que colocam em evidência determinados aspectos, estabelecendo dinâmicas de relações distintas entre eles, de acordo com cada matriz. As diferenças de perspectivas e referenciais serão discutidas aqui, mas, por ora, o que precisa ser colocado são os aspectos abordados por essas perspectivas.

Sendo assim, enquanto o Pragmatismo Francês - cuja maior referência é Alan Touraine (2012) - coloca em destaque três aspectos dessa dinâmica, o Pragmatismo Americano - cuja maior referência é Sidney Tarrow (2009) - coloca cinco. Todavia, todos os aspectos descritivos apresentados pela primeira perspectiva condizem com os apresentados pela segunda, que acaba somando-os a outros dois. É oportuno reforçar que isso não é fruto do acaso ou da arbitrariedade por parte de algum dos autores, mas, sim, acaba por expressar uma disputa epistemológica entre as matrizes contemporâneas.

Os aspectos destacados pelo Pragmatismo Francês na dinâmica das mobilizações são a performance, os símbolos e as mudanças, sendo que as dimensões performática e simbólica dos conflitos são as mais determinantes. Esse modelo é oriundo de uma teoria que primeiro concebe a contemporaneidade em cisão com a modernidade, principalmente em seu projeto intelectual, e opõe o racionalismo instrumental predominante na modernidade ao sujeito dotado de dimensões não abarcáveis pela experiência utilitária. Os aspectos colocados em destaque pelo Pragmatismo Americano, por sua vez, são as performances, a estrutura, os símbolos, a estratégia e as mudanças. Esse modelo é oriundo de uma teoria que concebe um contínuo entre modernidade e contemporaneidade, considerando que essa transição requer uma reorientação

estratégica nos conflitos. Como dimensões mais determinantes nos conflitos, destacam-se os materiais (estrutura e estratégia).

Figura 1- Pragmatismo Americano x Pragmatismo Francês



Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

A matriz francesa fixa-se no esteticismo das pautas, ou seja, destaca a efervescência, o transe. Suas referências são as manifestações e pautas eclodidas após os anos 60, principalmente as do movimento estudantil, que, por sua vez, implicou uma interpretação própria da sua condição, além dos conflitos nas áreas marginais que, segundo sua concepção, recorrem a recursos simbólicos não modernos em suas investidas. Essa linha teórica sempre acaba buscando a singularidade dos determinantes. A corrente americana, por seu turno, fixase nas estratégias e articulações das pautas na relação com as estruturas de poder. Suas referências são historicamente e geograficamente indiscriminadas, tratando-se da modernidade como um todo, já que buscam a universalidade dos determinantes.

Essas abordagens nos fazem entender de formas distintas os embates sociais, ou melhor, os conflitos travados por grupos que reivindicam reconhecimento e mudanças. Enquanto a primeira fixa-se no grupo, a segunda busca interpretar a arena; enquanto a primeira é voltada ao momentâneo (efervescência), a segunda busca a dinâmica do cenário e o que o promoveu; enquanto a primeira busca os referenciais simbólicos contingentes, a segunda busca referenciais estruturais; enquanto a primeira enfatiza a dimensão pessoal/identitária (histeria) da pauta, a segunda enfatiza a dimensão social (ideologia).

O Pragmatismo Francês fixa-se nas representações do ideal de ética (*Sittlichkeit*) de valores específicos e culturais de cada grupo, limitando-se à interpretação de determinada cosmologia. O Pragmatismo Americano, por sua vez, fixa-se na moral (*Moralität*), buscando a fundamentação em um ideal deontológico compartilhado por todos, de forma que não seja possível submeter-se a qualquer princípio além da justiça como norma universal, tal qual estabeleceu-se na modernidade³⁵.

Isso implica uma distinção no entendimento sobre os conflitos experimentados, visto que, tratando-se de movimentos sociais, o que os definem são suas reivindicações e o modo como elas são pautadas. O que observamos, então, é um embate teórico que dá-se em torno de perspectivas distintas empregadas na construção de narrativas. Enquanto o Pragmatismo Francês foca no grau de emancipação subjetiva da contemporaneidade, o Americano foca nos remanescentes estruturais das relações de poder no processo histórico. Isso acaba por implicar, por parte do primeiro, a interpretação de uma dinâmica que apresenta-se iminente simbólica, tanto na sua emergência e disseminação quanto no seu esgotamento. O segundo, por sua vez, concentra sua perspectiva na construção do próprio cenário; os conflitos só podem fazer sentido dentro de um processo em torno de interesses que têm suas origens em relações de dominação e exploração social.

Enquanto a primeira disputa teórica entre as matrizes concentra-se na abordagem de grupos e de pautas orgânicas, a segunda disputa teórica dá-se pelo objeto. No primeiro caso - cujas referências principais são Alan Touraine e Sidney Tarrow -, o objeto e suas pautas estão organicamente ligados aos princípios liberal-humanistas, ou melhor, buscam meios de (re)construção desses. No segundo caso - cuja referência principal é Mayer Zald (2017) -, o objeto é não orgânico, e as pautas não possuem, *a priori*, qualquer comprometimento com os princípios liberal-humanistas. No primeiro caso a teoria está voltada para as organizações comprometidas com as demandas sociais, já no segundo a teoria está voltada às demandas de grupos de interesses políticos e econômicos, articulados com o *lobby* - e quase sempre por ele orquestrados - em torno de sua pauta.

Na primeira perspectiva teórica sobre o objeto, os conflitos são reflexo permanente nas disputas de interesses inerentes a qualquer ordem, por isso os objetos demandantes de mudanças

³⁵ As distinções entre ética e moral colocadas aqui faz uso das definições de Hegel na obra *Princípios da Filosofia do Direito* (2000). Nesta ele aponta para o caráter particularista da primeira e universalista da segunda, e o que isso implicava para o pensamento Moderno. Onde defende que a segunda é fruto da filosofia de Kant.

tendem a uma orientação subversiva. Na segunda perspectiva teórica, os conflitos são interpretados como contingentes, e a perturbação à ordem abalada orienta-se pelo o restabelecimento do *status quo*. A representação dos grupos de demanda, na primeira perspectiva sobre o objeto, é direta e as lideranças são peças orgânicas dos grupos. Já as representações, na segunda perspectiva, são intermediárias entre grupos e pautas que atendem interesses de terceiros.

Existe uma relação direta entre o núcleo da organização e a militância, na primeira perspectiva teórica sobre o objeto, visto que as demandas, as táticas e os repertórios são a base comum entre eles. Já na segunda perspectiva teórica sobre o objeto, o núcleo é apartado da militância e reivindica um controle tático sobre esta. Nesse caso, o núcleo ainda é responsável por organizar conforme cada situação as demandas e os repertórios das investidas, o que nem sempre funciona e os choques constantes podem romper a legitimidade do núcleo em relação a sua base. Ainda na primeira perspectiva teórica sobre o objeto, as pautas são organizadas politicamente sob uma chave de interpretação populista de disputas entre oprimidos e opressores, enquanto, na segunda, a chave de interpretação é elitista, opondo, nas disputas, “honrados” e “perversores da ordem”. No primeiro caso, o referencial de controle sobre as pautas e sobre a militância é panóptico, ou seja, existe um referencial central que serve como orientação comum de prospecção a todos. No segundo, por sua vez, o controle sobre as pautas e sobre a militância é disperso, sinóptico, ou seja, não existe um referencial central que serve como orientação comum de prospecção a todos. O que importa, nesse caso, são os ganhos nas investidas, e não os meios utilizados, sendo premiados o voluntarismo, o sacrifício e o “heroísmo” contra os inimigos.

Por fim, enquanto na primeira perspectiva teórica sobre o objeto as pautas organizam-se com base em interesses associados ao perfil político, econômico e social dos grupos demandantes, na segunda perspectiva, por sua vez, as pautas estão dissociadas ou são dissociadas do perfil político, econômico e social dos grupos demandantes. Além de não estarem atreladas às demandas inerentes da classe, também não se tem uma relação lógica consequencial entre conquistar o objetivo desejado e sanar a demanda principal, fazendo com que essas pautas possam servir exclusivamente a interesses de terceiros.

Partindo do processo empírico, pode-se ver que as peculiaridades históricas do país, além da singularidade do fenômeno por si só, contribuem para que a experiência do levante reacionário seja complexa. As mudanças que ele apresenta ao longo do processo de

redemocratização, acompanhadas por uma escala crescente de mobilização e organização, ajudam a entender a correlação entre o avanço de suas pautas e o retrocesso do processo civilizador.

Embora a origem do levante reacionário remonte aos conflitos de natureza estrutural, ou seja, de classe, suas primeiras mobilizações orientam-se em torno de conflitos contingenciais, isto é, de casos interpretados isoladamente. Atuam sobre revoltas espontâneas e sobre a histeria daqueles que sentem-se desafiados, de forma não estratégica, sem canalizar seus esforços prospectivamente para influenciar políticas públicas, atuando no varejo.

A atuação desses movimentos orienta-se pelo momentâneo da disputa, pelo que está em voga em determinada situação, performatizando o “cidadão de bem” contra os “outros”, seja lá o que isso signifique. Nesse caso, esses agentes ainda não são capazes de cooperar com pautas para além das apresentadas pelos grupos oligárquicos de interesses tradicionais, e o “eles” ainda está restrito aos que demonstram oposição aberta a essas pautas ou que são tidos como desviantes. No decorrer do processo, a reiteração cada vez mais forte da narrativa

do “nós” contra o “eles” fez com que a referência de uma moral universal calcada nos princípios liberais-humanistas e ostentada alegoricamente fosse paulatinamente abandonada em nome de uma ética privada e pragmática dos grupos.

Com a intensificação das disputas, em consequência do avanço no processo civilizador, há uma transformação na atuação do levante reacionário a partir da aderência contínua às jornadas de junho de 2013 e da possibilidade de organização do levante promovida pelo pacto com os grupos oligárquicos de interesses. Com os conflitos que experimentaram dentro das manifestações, ficou claro que o caráter socioestrutural (de classe) das disputas configurou-se como eixo central. A partir disso, o levante reacionário identificou de maneira mais precisa os seus adversários, que, conforme origem, identidade e pauta, assumiam o lugar de oponentes ideológicos, enquanto, paralelamente, identificava seus parceiros a partir das similaridades que guardavam em relação à sua situação e à sua concepção de mundo.

Essa distinção em relação aos então vistos mais claramente como adversários, e a aproximação entre os antipáticos às pautas liberal-humanistas, emergentes no decorrer das manifestações, possibilitaram a organização de grupos de atuação. Mais coesos, uniformizados e mobilizados, esse levante elaborou de forma mais clara a sua atuação na dinâmica da arena, identificando aliados por necessidade e pragmatismo, e inimigos pelo filtro ideológico. Essa estratégia possibilitou condutas subversivas que desafiassem a ordem na promoção de suas

demandas, contando muitas vezes com o aval ou a negligência de autoridades, o que exigiu controle e hierarquia para uma conduta mais orientada estrategicamente. Isso, por sua vez, também ajudou a mudar paulatinamente sua atuação para um estado prospectivo nas disputas por (ou melhor, contra) políticas públicas, atuando no atacado.

Desta forma, sua agência não só passou a ser pensada em relação à arena, mas sua própria narrativa extrapola o grupo. Nessa narrativa, o “eles” não está mais delimitado a um grupo ou perfil, mas alcança a todos que afrontem os seus propósitos. A atuação do levante reacionário passa a ser propagandeada através dessa cruzada como uma “moral universal” maniqueísta que prega a necessidade de abolir os perversos em nome da redenção. No entanto, essa não é outra coisa que não a legitimação e a normatização da sua ética privada pragmática contra todos que não são o “nós”.

Quadro 21- Touraine x Tarrow

PERFORMÁTICA	ESTRUTURAL
Performática (abordagem)	Estratégica (abordagem)
Cenário momentâneo	Dinâmica da arena
Sujeito (histeria)	Sociedade (ideologia)
Contingente	Estrutural
“Apresenta” o espontâneo da pauta	“Apresenta” a orientação subversiva
Fixa-se no grupo	Fixa-se na arena
Base ética	Base moral

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Sem dúvida, pode-se encontrar paralelo entre o levante reacionário e mobilizações sociais do espectro liberal-humanista, de acordo com as distintas matrizes teóricas, em relação a seus processos históricos de emergência e à natureza de seus conflitos. No entanto, o mesmo não acontece em relação aos meios utilizados e aos propósitos desses diferentes espectros, o que faz com que suas definições como objetos de investigação sociológica sejam distintas.

O levante reacionário surge a partir de um mal-estar sentido em decorrência do processo civilizador instalado na redemocratização do país e é paulatinamente expresso como histeria, sem estratégia no primeiro momento. Portanto, guarda organicidade nesse estágio por corresponder imediatamente ao mal-estar vivido. Sua atuação está no espectro antihumanista, atuando pontualmente contra os avanços dessas pautas, e mantém-se assim mesmo quando mobilizado e organizado. Origina-se na parte da sociedade desligada das pautas liberal-humanistas, sem qualquer propósito além de barrar o avanço dessas, mas só consegue

organizar-se e mobilizar-se mais estrategicamente com o pacto de pautas com os grupos oligárquicos de interesses.

Esse levante reacionário trata-se de um reflexo dos conflitos sociais de ordem classista e identitária, representando, inicialmente, o mal-estar percebido pela classe média, até começar a ser pautado pelas investidas dos grupos oligárquicos de interesses, tornando-se seu intermediário. O extremismo subversivo existiu como ameaça quando esses atores chegaram às ruas, mas o pacto com os grupos oligárquicos de interesses operou uma mudança nesse teor. Se por um lado fragilizou bastante a condição subversiva do movimento, restando desse aspecto apenas a retórica extremista, visto que suas ações foram reorientadas para o favorecimento do *status quo*, por outro lado esse pacto possibilitou que lideranças desse levante ascendessem aos poderes institucionais, impulsionadas por essa mesma retórica. Se no princípio do levante as relações entre os núcleos e os “militantes” era direta, houve, em um segundo momento, uma ampla e rígida hierarquização dos grupos em decorrência de sua mobilização e organização.

É oportuno notar, ainda, que o levante reacionário nunca esteve integrado ao campo populista, tendo sua origem em uma orientação antipopular desde o princípio e tornando-se elitista a partir do pacto em favor das pautas dos grupos oligárquicos de interesses. No princípio, os olhos do levante reacionário eram voltados principalmente aos perversos e aos pervertidos, na intenção de denunciar os seus desvios. Logo após o pacto, eles passaram a observar principalmente o “heroísmo” daqueles que buscavam atrair atenção e tornar-se exemplo ao sacrificarem-se em nome da causa. Assim, o mal-estar do levante reacionário, que tinha uma base “natural” calcada nos conflitos de classe e identitários, portanto, antipopular e anti-humanista, passou a ter, após o pacto com os grupos oligárquicos de interesses, uma base “artificial” calcada nas pautas desses grupos e desligadas dos interesses originais da classe média.

Quadro 22- Objetos das teorias sociais da organização e mobilização social.

MOVIMENTO SOCIAL (Tarrow & Touraine)	MOVIMENTO DE REAÇÃO (Zald)
Pauta orgânica	Pauta encomendada
Progressista (Humanista)	Conservador (não-Humanista)
Demanda social e movimentos sociais	Demanda de grupos (político-econômicos)

Permanente (reflexo de conflitos sociais)	Contingente (investidas de interesses)
Representação direta	Representação intermediária
Tende à orientação subversiva	Tende a orientar-se pelo status-quo
Relação direta (núcleo militante)	Relação indireta (núcleo militante)
Populismo político	Elitismo político
Panóptica (referencial)	Sinóptica (referencial)
“Natural”	“Artificial”

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Ao mesmo tempo em que colocava-se em oposição ao tradicional e ao institucional, essa conduta cínica contemporânea que embasou o levante reacionário encontrou maneiras de propagar-se por esses mesmos meios. Isso deu-se pela integração de atores institucionais na difusão de valores e preconceitos retrógrados através do seu ativismo, reconhecido e exaltado pelo levante. Com isso, as investidas do levante começaram a ser cada vez mais extremadas, implicando uma ruptura real com meios reconhecidos de fazer-se política.

Os novos meios para a promoção das pautas do levante reacionário consolidam-se com a assimilação dessa conduta a cargos públicos, o que deu-se de três formas e em momentos distintos. No primeiro momento, houve a participação de atores institucionais em atos de “heroísmo” que desafiavam as regras do jogo, das quais seriam representantes, em nome da causa, ao mesmo tempo em que criticavam e condenavam representantes e grupos que eram vistos como inimigos, os “perversos”. O segundo momento deu-se com as nomeações, por intermédio de atores institucionais, de membros do levante para cargos públicos, nos quais eles, quase nunca qualificados, atuavam mais para fins publicitários. Por fim, o terceiro momento dá-se com a eleição direta de membros do levante a cargos eletivos, com campanhas que reivindicavam sua liderança nas manifestações e seu “heroísmo” no combate aos perversos. Assim a metástase chega a um ponto crítico.

5.2 MBL

O MBL (Movimento Brasil Livre) é um dos diversificados frutos das jornadas de 2013, mas que só foi propriamente construído durante o processo eleitoral de 2014 e passou por muitas oscilações em relação a suas orientações, desde então, ainda que seus membros não reconheçam

isso. Outro ponto importante é que mesmo colocando-se no mesmo lado e compactuando com grupos conservadores que preservam valores, preconceitos e condutas retrógradas, o movimento acredita sustentar uma distância em relação a esses no que diz respeito a suas referências e pautas. Afirmam que distinguem-se por serem mais prospectivos; no entanto, o que observa-se no resgate do breve histórico sobre esse grupo e seus principais líderes é justamente o inverso do que declaram (DA SILVA, 2020).

O MBL alega nascer, segundo os próprios coordenadores, a partir da demanda por ideais liberais na sociedade brasileira. Segundo eles, existe um déficit de doutrinas liberais no cenário sócio-político brasileiro, e alguns de seus idealizadores são oriundos de institutos que já dedicam-se a essa tarefa de divulgação de doutrinas liberais. No entanto, o MBL, diferentemente desses institutos, nasce com a proposta de pautar medidas concretas perante a sociedade civil e a política institucional, não guiando-se pela propagação de doutrinas, embora tenha uma orientação clara em que referências teóricas e ideológicas são explicitadas.

Seguem transcritas duas descrições redigidas pelo movimento, uma curta e uma mais longa:

O Movimento Brasil Livre é uma entidade que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera (MBL).

O MBL – Movimento Brasil Livre – é uma entidade sem fins lucrativos que visa mobilizar cidadãos em favor de uma sociedade mais livre, justa e próspera. Defendemos a Democracia, a República, a Liberdade de Expressão e de Imprensa, o Livre Mercado, a Redução do Estado, Redução da Burocracia (MBL).³⁶

Embora o MBL declare-se desde sempre orientado ideologicamente, em termos político-institucionais diz-se apartidário, visto que, segundo seus membros, não existe no Brasil um partido de direita real, e nenhum partido compactua com seus ideais liberais. Seu empenho não está em criar ou apoiar um partido específico, mas em desenvolver uma frente liberal-conservadora ampla, na intenção de minar o máximo possível qualquer orientação de esquerda.

Seu intuito era, através de exemplos concretos, e não por debates teóricos, mostrar as virtudes de um sistema de livre mercado em contraste com as mazelas de um sistema que tolere qualquer intervenção mais significativa do Estado. Por meio desse procedimento, o MBL defende que o fracasso em sistemas de saúde e educação existe em decorrência da interferência do Estado, o qual seria, para o movimento, não só um mau gestor, mas o próprio promotor das frustrações sociais e da corrupção.

³⁶ Citações retiradas do site e página de Facebook do próprio MBL.

O movimento também empenha-se em pautas que visam mudanças na base social, exemplo disso é seu apoio a projetos como o Escola sem partido. Isso fundamentado na crença de que a desvantagem em que encontram-se os ideais liberais-conservadores na sociedade brasileira dá-se por conta da disseminação da doutrinação marxista-gramsciana. Diante disso, o movimento defende que um primeiro passo necessário para um equilíbrio de forças seria tirar das escolas qualquer forma de discussão política, pois as instituições invariavelmente estariam viciadas, visto que os professores são doutrinados pelas universidades que, assim como as escolas e a imprensa, também são alinhadas ao marxismo gramsciano.

O grupo mobiliza-se pelo desencantamento da base social decorrente da interferência do Estado, sempre prejudicial, em sua opinião, denunciando as políticas afirmativas como as principais promotoras do preconceito na sociedade brasileira. Acreditam que ao investir-se em políticas para o ensino superior e buscar o ingresso de negros, indígenas e pobres nas universidades sem corrigir os inúmeros problemas do ensino básico, o Governo buscaria, em verdade, cooptar essas classes pelo mito do “Estado babá”, enganando-as por meio da falsa premissa de que todas as necessidades podem ser sanadas pelo Estado.

O que o MBL propõe é que as pessoas percebam que suas demandas só podem ser sanadas pelo mercado, dimensão em que existe produção e concorrência sem distorções na qual elas encontrariam respostas aos seus problemas, desde que não houvesse interferência estatal. Também seria no mercado que expressaria-se o verdadeiro valor dos indivíduos, visto que cada um produz e consome o que seria demanda real. O mercado, para o MBL, tem larga vantagem sobre o Estado, não só pela objetividade e dinâmica superior que teria, mas também por impedir a massificação promovida pelo Estado, garantindo, assim, a liberdade à única minoria real, que seria, em sua concepção, o indivíduo. Em seu ideário, os únicos valores legítimos são a liberdade, a vida e, principalmente, a propriedade.

Quando são questionados pelo extremismo de suas análises e teses, defendem que a fundamentação de seus princípios está, de forma resumida, na descrição das quatro formas de gastar o dinheiro, idealizada por Milton Friedman, ícone reconhecido como a grande referência intelectual do movimento, ao lado de outros como Ludwig von Mises, por exemplo. A fundamentação funciona da seguinte forma: 1) gastar o próprio dinheiro consigo, o que implicaria no esforço de fazer da melhor forma possível para evitamos desperdício; 2) gastar o próprio dinheiro com outra pessoa, o que implica calcular o gasto em função das condições para isso, da importância e do merecimento da pessoa; 3) gastar o dinheiro de outra pessoa consigo,

o que implicaria gastar o máximo com o melhor possível; 4) gastar o dinheiro de outra pessoa com terceiros, o que implica o descaso com o uso do dinheiro, não preocupando-se nem com o seu bom uso, nem com o seu uso responsável. Essa última forma de gastar o dinheiro seria, para os neoliberais, o princípio pelo qual a gestão pública orientaria-se.

Há dois problemas nessa apropriação da leitura de Friedman. O primeiro deles é o de tomar essas afirmações como uma teoria válida, o que ela não é e nem pode ser, pois recorre a erros empíricos e lógicos, visto que a gestão do Estado é dada segundo regras preestabelecidas e não pela vontade espontânea dos atores, sendo que todo caso de corrupção dentro do Estado parte da ruptura dessa regra. Outro problema é que essa ausência ou frouxidão de regras de gestão é muito mais próxima da iniciativa privada do que da gestão pública. Mostrando que a finalidade de tal discurso é, pois, atribuir à administração pública uma essência incompetente e até corrupta, o que, segundo sua visão, não existiria na gestão privada.

Ainda assim, a proposta panaceica do grupo para as distorções nos serviços públicos como, por exemplo, saúde e educação, é a privatização irrestrita associada à adoção do sistema de *voucher*³⁷, idealizado também por Milton Friedman. Na visão do movimento, somente a transformação de serviços em mercadoria e, por conseguinte, a transferência da responsabilização para o consumo é que pode garantir a qualidade desses serviços, já que, segundo sua concepção, o que mobiliza as empresas em uma economia de mercado livre e irrestrito é o esforço em garantir um serviço de excelência para que possam manter-se competitivas no mercado.

No entanto, o MBL não consolida-se nem com o objetivo de instituição doutrinadora, nem como movimento que trabalha por uma pauta que esteja definida por objetivos e/ou princípios sólidos que integrem sua identidade. Embora ele identifique-se como um movimento que estrutura-se por um projeto que, segundo ele próprio, o diferencia de outros movimentos sociais conservadores, de forma alguma pode-se afirmar isso como um fator de distinção do MBL em relação a outros movimentos conservadores da atual conjuntura. Quando opta pela estratégia de ascender pela promoção da comunhão do mal-estar e dos sentimentos do levante reacionário com as pautas dos grupos de interesses, orientando a atuação dos primeiros em favor das pautas dos segundo, o grupo estabeleceu-se em uma condição intermediária. Assim, todas

³⁷ Voucher é um título ou documento que garante a remuneração e o direito a um serviço ou a um bem de consumo. Estabelecido como um artifício de política pública pela doutrina neoliberal pode ser intitulado também de imposto negativo, conforme Milton Friedman e Friedrich Hayek.

as pautas propriamente propostas originam-se nos grupos oligárquicos de interesses, e não no MBL, que, por sua vez, esforça-se em acoplá-las à sua narrativa extrema de cruzada contra os perversos com o intuito de ganhar mais projeção no cenário.

Sendo assim, o MBL vê-se obrigado a fazer escolhas que o enfraquecem diante de toda contradição que apresente-se entre as investidas do levante reacionário e as pautas dos grupos oligárquicos de interesses, como consequência dos avanços da própria agenda que estabeleceu-se e foi alavancada pelo pacto entre essas que ajudou a intermediar. Isso acontece justamente por o MBL ser a principal referência que liga o mal-estar da classe média e as pautas da oligarquia, em um cenário onde o pacto entre essas funda-se na luta contra um inimigo comum, sendo que o tom desse pacto é dado por uma investida extremista. Desta forma não sendo capaz de alterar ou manter esse tom sem causar prejuízo à uma das partes dessa investida e, necessariamente, enfraquecendo-se diante da perspectiva de um dos dois lados. Como isso aconteceu?

A conduta do levante é combativa. Mais do que militantes de um movimento, eles colocam-se como cruzados pelo que denominam de demandas “republicanas” e exigem tal postura de seus seguidores e possíveis colaboradores tanto quanto daqueles que são representantes em um cargo eletivo ou servidores públicos. Assim, o grupo, como liderança, não pode limitar-se a pautas pré-estabelecidas, nem conta com uma base fixa; sua posição dá-se de acordo com as necessidades expressas, e sua função é alertar e instigar a população para questões que surjam em primeira ordem, sendo a internet uma ferramenta chave.

A lógica pela qual o grupo orienta-se fez com que inicialmente chamassem a atenção de grupos e personalidades bastante caricatos, figuras que buscavam alguma visibilidade ou o aumento de seu alcance de comunicação. Por serem tão caricatos em seus discursos, esses agentes não encontravam espaço nas mídias tradicionais, atuando principalmente por meio das redes sociais na internet, campo de ação semelhante ao do MBL. Como exceções, constam alguns representantes oficiais assíduos em programas humorísticos e em jornais por conta de escândalos promovidos por eles próprios, mas, mesmo nesses casos, a internet afigura-se como um veículo muito potente para a disseminação de seus discursos.

A maneira que dão-se as relações pela internet são sem dúvida um facilitador, pois as pessoas tendem a entender-se blindadas e anônimas em suas interações. A internet potencializa os discursos desses agentes e os desinibe na exposição de seus preconceitos, fazendo com que não tenham medo de ser rechaçados. A internet também permite uma experiência coletiva sem

a necessidade de acomodar grupos (com ou sem integrantes previamente conhecidos) em um espaço físico comum. Com esta facilidade associada aos discursos exaltados e simplistas, em um momento crítico das condições políticas e econômicas, e uma disputa eleitoral acirrada. Além de uma história de exclusão social que legitimou certos grupos a entenderem-se como soberanos, por seus *habitus*, em relação a serviços e bens que começaram a ser disputados com grupos emergentes, despontou um momento de efervescência, de exaltação de preconceitos e valores por parte do levante reacionário. Esse conjunto de fatores foi orientado por um grau de moralismo suficiente para que os sujeitos que passavam a dizer-se alinhados ao conservadorismo julgarem-se em uma cruzada contra um inimigo que concentra todos os males e ameaças por eles identificados.

As redes sociais funcionaram muito bem como meio de comunicação e disseminação de valores e pautas reacionárias, correspondendo bem ao formato que o MBL busca consolidar. Prova disso é a ascensão que essa forma de interação permitiu tanto para os membros mais representativos do movimento quanto, posteriormente, para o próprio movimento no que diz respeito à captação de simpatizantes em várias regiões do país, possibilitando a criação de novas células.

O uso da internet também é visto como estratégico para o grupo pelo alcance que ela permite, realizado por meio de uma interação direcionada a grupos de seu interesse em uma estrutura preestabelecida por eles. Esse modelo de operação não exige um regimento, já que a interação dá-se basicamente pela disponibilização de conteúdo pelo grupo. Esse conteúdo pode ser produzido pelo próprio movimento ou repassado de outras páginas, como fica claro em texto apresentado em *site*, ainda no primeiro ano do grupo:

O Movimento Brasil Livre está em mais de 10 estados, em diversas cidades pelo país. Encontre seu estado na nossa galeria e entre em contato com o coordenador mais próximo de você. Se seu estado não estiver na galeria, envie um e-mail para falecomobl@gmail.com para receber orientações de como organizar uma unidade do MBL. Venha fazer parte do time da liberdade. (MBL)

A origem de suas principais lideranças também dá-se na atuação pela internet. Esses membros que compõem o núcleo duro do grupo alegam desde suas origens o discurso de serem frutos de um levante que, desde o primeiro momento, foi solidário contra o massacre doutrinário supostamente existente no país. Seriam os primeiros a tomarem consciência em uma sociedade alienada pelo “marxismo cultural”, os primeiros a denunciarem o totalitarismo crescente e a apontar os núcleos em que essa perversão é gerada. Seria uma geração que nasce ideologicamente pura e blindada da doutrinação perversa. Essa consciência, entretanto, não

seria gratuita, vindo articulada a uma missão em que esses agentes estão empenhados. Entre os membros do núcleo do movimento, quatro destacam-se como lideranças que ganharam espaço na internet ao denunciarem justamente a opressão sofrida por aqueles que atuam como agentes da doutrinação: Renan Santos, Kim Kataguirí, Fernando Holiday e, posteriormente, Artur do Val.

Renan Santos começou atuando na frente do movimento, articulando, também, o lançamento de candidaturas “originais” que levantavam pautas de cunho neoliberal, nas quais a privatização é apresentada como solução de todos os problemas, ao mesmo tempo em que identificavam os perversos - estudantes, manifestantes, trabalhadores sem-terra, usuários de maconha e, é claro, comunistas. A mais emblemática dessas campanhas foi a do candidato a deputado estadual Paulo Batista (PRP-SP), em 2014, que popularizou-se pelo seu slogan de campanha: “raio privatizador!”. Santos acaba perdendo um pouco da visibilidade dentro do grupo, atuando mais nos bastidores, após conceder uma entrevista em que critica o que identifica como extrema-direita, já demonstrando os primeiros sinais dos conflitos internos do pacto que o MBL intermediava. Isso dá-se justamente quando revela ter “fechado” com grupos oligárquicos de interesses por manifestações a favor do *impeachment*:

O lance é assim. Bom, vocês já sabem, não preciso nem falar pra vocês. Ali [a extrema direita] é um monte de garoto. Garotos, mulheres, sociopatas, com comportamento social errático, com poucos amigos, com várias frustrações psicológicas. Frustrações pessoais, afetivas e tal. E que acabam encontrando este discurso ‘Ah sou conserva, sou reaca, opressor’. Maior mentira, eles não oprimem! Mentira! São uns coitados! É uma gente que vê, por exemplo, no comportamento do Olavo, meio falastrão, fumando, falando palavrão, no Bolsonaro, uma redenção pra a própria miséria deles próprios. E acabam entrando nessa idolatria.

E aí eles veem no MBL — o MBL incomoda muito por causa disso — Eles veem no MBL, o contrário, eles veem um monte de gente que tem uma postura aberta, cara de pau, mas, ao mesmo tempo, qualificado. A maior parte da galera do MBL é alegre. Você pega da galera da Banda Loka no RS, a galera do Nordeste, todo mundo é muito leve. E isso incomoda eles. Ser leve, ser agradável, ser tranquilo, ser inteligente.

Não precisa ficar incorrendo nisso. Isso incomoda o cara, o cara é negativo. Eles não gostam de ir numa boa festa, de dar risada. Eles acham que estão numa missão, quase religiosa. Pessoas pesadas, né? Então é natural que eles percam tempo e façam *hangouts* sobre a gente enquanto a gente tá aí tocando nossas coisas.

O MBL acabou de fechar com o PSDB, DEM e PMDB uma articulação pra eles ajudarem. Ah, e também com a Força Sindical, que é o Paulinho né?, pra divulgar o dia 13. Usando as máquinas deles também. Enfim, usar uma força que a gente nunca teve. E foi o MBL que montou isso. A gente está costurando com todos eles pra ter o Impeachment.

Então a gente tá em outra, a gente tá realmente causando problemas pra Dilma. E eles estão numa outra, eles estão lá tentando resolver os traumas e as frustrações deles e projetando na gente tudo aquilo que eles gostariam de ser mas não são. Então, deixa eles. Raquel, a gente já conhece teu trabalho, vamos embora, vamos vencer. Muita gente nossa já sofreu este tipo de coisa. A Ana sofre em Goiás. Eu já sofri ataques desse Alex Brun. O Kim, coitado! Mas dane-se. A vida continua. O MBL continua,

e continua crescendo, a despeito deles. Gostem eles ou não (SANTOS apud AZEVEDO, 2017).

Kim Kataguri, por sua vez, destacou-se na internet ao denunciar a “doutrinação” praticada por seu professor ao discutir, em sala de aula, o programa social de segurança alimentar do governo petista, o Bolsa Família. Empenhado em “refutar” as ideias de seu professor com frases enfáticas em um vídeo publicado no YouTube, Kataguri ganhou impulso para voltar a fazer novos vídeos, com ainda maior sucesso, que também tratavam de assuntos políticos. Esse sucesso gerou convites, entre eles um para filiar-se ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que foi atacado por Kataguri em seus vídeos. Kataguri continuou em suas investidas na internet até receber o convite de um novo movimento, ao qual aceitou integrar-se: o MBL. Com isso, conseguiu um destaque ainda maior, já que, a partir daí, ganhou espaço na grande mídia com entrevistas em jornais impressos e televisionados, assim como em outros espaços, a ponto de ser convidado para escrever uma coluna no maior jornal impresso do país, a *Folha de São Paulo*. Esse espaço foi usado para afrontar aqueles que ele tem como adversários e para propagandear ou endossar as ações do grupo que integra. Hoje eleito deputado federal pelo Partido Democrata (DEM-SP) em 2018.

O terceiro membro de destaque e liderança do MBL é Fernando Holiday, um jovem negro, homossexual e de família com origem humilde que também destacou-se na internet por meio de um vídeo publicado no YouTube. No vídeo, ele denuncia a opressão do Estado que, orientado por uma política totalitária, promove programas de inclusão como, por exemplo, as cotas para negros em universidades públicas. Segundo ele, essa política não só diminui o negro, que não precisaria desse tipo de política, mas também faz com que, ao aceitar esse “privilégio”, ele assuma uma posição de inferioridade, o que desvelaria o racismo inerente do programa. Esse vídeo teve muita repercussão e também abriu portas para Holiday, dentre elas, o convite para integrar o MBL, que também promoveu uma maior repercussão de suas interferências e deu-lhe espaço na mídia tradicional. Muito conhecido por suas críticas efusivas àqueles que classifica como “hipócritas” e pelas críticas às interferências daqueles que classifica, pejorativamente, como “especialistas de internet”, sua especialidade é atacar os agentes que defendem políticas inclusivas e mostrar a hipocrisia que existiria por trás dessa defesa. Holiday estava filiado ao Partido Democrata (DEM-SP) até 2020, por onde foi eleito vereador da cidade de São Paulo, posteriormente passando pelo Partido Patriotas (SP), por onde foi reeleito vereador em 2020, e hoje filiado ao Partido Novo (SP).

O último destaque a ser apresentado neste trabalho, Artur do Val, veio a integrar-se ao grupo posteriormente, ao ganhar destaque também na internet, com seu canal no YouTube, intitulado “Mamãe Falei”. No canal, ele começa por produzir conteúdo a partir da tática de infiltrar-se em manifestações ou reuniões identificadas por ele como parte dos organizadas pelos perversos com o objetivo de “refutar” os seus argumentos, além de mostrar o quanto os participantes desses eventos, supostamente, estão cooptados por uma ideologia irracional. Essa tática pode ser ilustrada por meio de sua intervenção em uma manifestação de servidores em São Paulo, na qual Artur questiona manifestantes acerca da teoria do valor marxiana, assunto no qual ele demonstrou profundo desconhecimento. Isso com o intuito de atacar a legitimidade da manifestação - ou seja, segundo sua lógica, quem não conhece a teoria marxiana do valor estaria desabilitado para reivindicar melhores condições de trabalho e/ou melhores salários. Posteriormente, com grande número de seguidores nas redes sociais passou, a fazer comentários sobre cultura, economia e política, mesmo tendo confessado pouca aptidão para leitura, optando por informar-se por outras mídias. Foi eleito deputado estadual pelo Partido Democrata (DEM-SP) em 2018, de onde foi expulso, hoje está filiado ao Partido Patriota (SP) por onde disputou as eleições para prefeito de São Paulo em 2020.

Esses são os membros que contam com maior agência e destaque, os que personificam o grupo e que projetaram-se a partir de discursos cínicos, enfáticos e condenatórios contra qualquer proposta humanista. O fato é que o MBL deve muito a essas figuras, pois são suas condutas que atraem o tipo de seguidores de que serve-se o grupo. Seus discursos, mesmo desprovidos de referências mais sólidas ou de um conhecimento mais aprofundado sobre qualquer assunto do qual tratam, são diretos e simplistas o suficiente para que seus seguidores os entendam. Outro aspecto de seus discursos é que eles apontam um inimigo comum sobre o qual todos os infortúnios dos seus seguidores podem ser despejados e extravasados. Destaca-se que a maioria absoluta dos seguidores que os acompanham nas manifestações enquadra-se no mesmo perfil: sentem-se afrontados pela singela ascensão dos mais vulneráveis socialmente. Ou seja, as investidas contra as pautas humanistas que encampam podem justificar-se pela luta contra os perversores.

Desta forma, o grupo e seus líderes devem a sua popularidade, em um primeiro momento, ao combate às pautas e à movimentos sociais humanistas que visam a garantia ou a ampliação de direitos. Em uma linguagem honnethiana, eles trabalham com uma pauta de oposição à luta pelo reconhecimento, atacando a estima e a legitimidade dos direitos de grupos

que os conquistaram através de suas histórias de luta. Atacam figuras de liderança também em suas estimas com o mesmo intuito de as deslegitimarem e, conseqüentemente, deslegitimarem as pautas que representam. Seus argumentos têm como objetivo de denunciar aos seus seguidores a essência perversa desses grupos e de suas pautas. Sempre partindo da necessidade de mobilizar-se contra essa essência perversa, por sua suposta associação aos propósitos totalitários do PT.

As atividades diferem bastante entre as hierarquias dos membros, principalmente de acordo com a visibilidade que cada um conquistou e também de acordo com os temas abordados; todavia, não interessa aqui discutir a capacidade técnica de cada membro, pois o que é pertinente avaliar é a natureza política da divisão. As atividades exercidas pelos membros do movimento, qualquer que seja o formato escolhido, remontam sempre ao mesmo conteúdo, orientando-se sempre pelo mesmo objetivo e dirigindo-se sempre contra os mesmos alvos. O que na sua concepção, obviamente, estaria sanado ao encontrarem alguns supostos representantes de alguns desses grupos para bradar seus preconceitos.

Em relação ao primeiro ponto destacado, é visível a acessibilidade que os membros do núcleo do movimento têm em muitos meios de comunicação e o reconhecimento de seus seguidores em decorrência do levante reacionário antes mesmo de integrarem o MBL. Isso deve-se, em parte, à reconhecida representatividade desses membros ao abordarem questões políticas e sociais de uma perspectiva que contemple setores da sociedade que não viam sua opinião representada ou, pelo menos, não com a legitimidade que estes jovens deram. Em relação ao segundo ponto, os temas implicam que o movimento busque uma tática para mostrar a sua representatividade e a legitimidade de suas denúncias na disseminação por indivíduos que sejam representantes de minorias queixosas. Trata-se aqui de tentar usar o trunfo do identitarismo, mobilizado pelo adversário, a seu favor, o que é privilegiado pelo modelo cínico que instalou-se em todos os espectros ideológicos. Sendo assim, cabe a um negro falar contra as políticas de cotas raciais, por exemplo, ou a uma mulher denunciar a presidenta Dilma como incompetente ou o feminismo como hipócrita.

As atividades de maior destaque entre os membros do núcleo são a produção de vídeos com denúncias ou explicações sobre determinados temas (não cabe aqui discutir o nível de suas explicações), a veiculação de colunas em jornais, abordando política, e a apresentação de conferências e palestras pelo país. No entanto, as atividades exercidas pelos membros do

movimento, qualquer que seja o formato escolhido, remontam sempre ao mesmo conteúdo, com o mesmo objetivo e com os mesmos alvos.

Com isso, o MBL conquistou a simpatia de setores da sociedade que viam-se afrontados pelos avanços civilizadores, como a classe média e opositores das pautas indenitárias (mesmo que esses sejam precários e pouco afetem a configuração desigual da sociedade) e que, ao mesmo tempo, viam dificuldades em articular seu discurso reacionário diante do avanço de pautas humanistas. Sentindo-se desprestigiados em sua legitimidade de criticar ações que beneficiam grupos dos quais não fazem parte, esses setores reconheceram suas pautas na voz dessas jovens lideranças, figuras nas quais não encontra-se o perfil hegemônico desses setores sociais. Principalmente, encontraram uma narrativa que podia dar vazão ao seu mal-estar, mesmo que acoplada a pautas que não eram de seu primeiro interesse.

Com a narrativa criada e a performance incorporada, os membros do MBL acreditam derrubar as teses dos grupos desafiantes da ordem ao destacarem uma suposta dissidência disposta a fazer coral com eles. Aliam-se, assim, a grupos misóginos, machistas, homofóbicos, racistas e classistas em suas empreitadas mitológicas, acreditando que ao destacarem uma mulher, um negro, um homossexual ou um pobre que compactue com suas ideias, não só serão isentados das acusações de machismo e racismo etc., mas também terão adquirido legitimidade sobre o assunto, visto que seus objetivos seriam mais nobres porque estão acima de interesses de grupos ou atores específicos - em resumo, eles não estão vendidos. Em sua concepção, a única pauta reconhecível como legítima e, portanto, capaz de mobilizar pessoas sem interesses segmentados é a deles.

Quanto ao esforço em divulgar as pautas e o próprio MBL, as atividades dos membros são bastante variadas, indo desde panfletagens em locais e eventos que considerem estratégicos até a atividade política profissional, com sua candidatura por meio de partidos estabelecidos. Os membros de maior destaque, que carregam uma visibilidade e legitimidade perante certos setores sociais, conquistada através de uma grande exposição nos últimos tempos no cenário político e social, incorporam a condição de símbolo de pautas e valores desses setores. Entre as atividades com esse propósito, estão a participação em programas de televisão e rádio, a exposição de sua imagem, posando para fotografias ao lado de celebridades, políticos, atores institucionais e empresários em eventos, a permeabilidade nos meios de comunicação, chegando à atividade de colunista etc. Todavia, o que garante-lhes esse status e a acessibilidade a esses espaços não são apenas as pautas que defendem, mas a forma de imporem-se. Eles não

veem-se afrontados por restrições de qualquer natureza, seja ela política, jurídica, etc., pois veem-se dotados de uma missão desejada também pelos seus seguidores e admiradores, e sabem a necessidade de afrontar os perversores.

O que percebe-se é que o MBL conquistou maior simpatia do que outros grupos que encabeçaram o levante reacionário por parte dos grupos oligárquicos de interesses. Essa relação possibilitou, não apenas que o grupo persistisse em sua atividade, mas também que conseguisse agir através de métodos extremos. O que importa, por ora, é destacar a “pauta” que guiou até aqui o movimento. Ao longo de sua existência, o MBL orientou-se pelo combate ao Governo e, principalmente, ao Partido dos Trabalhadores (PT). Isso deu-se não através de disputas de ideais, entre referências teóricas ou por qualquer coisa que pudesse promover um debate produtivo, assim como suas propostas também nunca foram realmente prospectivas, excetuando-se as que eram levantadas pelos grupos de interesses.

Outra frente de embate do grupo dirige-se contra movimentos sociais e pautas humanistas. Seu principal argumento nessa disputa é que esses grupos buscam não reconhecimento ou igualdade, mas, sim, privilégios, e veem no governo e no PT um aliado que beneficia-se ao promover a perversão. Ao lutarem não por ideais, mas por interesses próprios, esses movimentos e pautas alinhariam-se aos perversores da sociedade, fornecendo-lhes base. Portanto, no seu entender, esses grupos devem ser combatidos, não em uma luta por reconhecimento, mas, sim, em uma guerra de eliminação na qual a coexistência de ideias distintas no campo político não pode ser aceita, já que o outro lado é a perversão incurável.

Destarte, suas investidas não concentram-se em superar eleitoralmente seus adversários ou em fazer valer suas propostas enquanto movimento - as quais não existem -; sua atividade visa suplantar, eliminar, extinguir tudo que é visto como inimigo. O que eles buscam não é menos do que o fim de qualquer orientação de política à esquerda e, para isso, eles prestam-se a qualquer coisa e alinham-se a qualquer um.

Seu empenho está concentrado em uma cruzada moral, em uma empreitada “heroica”. Portanto, nessa cruzada não valem limites terrenos, as regras e as leis não são reconhecidas. Quando eles são passíveis de serem enquadrados legalmente, valem-se do discurso de que estão imbuídos de uma missão divina e, para isso, a burla das leis e a intimidação dos adversários seria válida. Nesse procedimento, também os indecisos são incitados a tomar um lado - o seu lado, o único que, supostamente, seria dotado de motivações puras e verdadeiras.

A conduta do MBL não condiz com os princípios que são pregados por ele. Ao analisar-se suas relações e, principalmente, os interesses que essas comportam, nota-se que a pauta que os move é conduzida com infundada parcialidade, visto que amenizam ou ignoram, por escolha própria, os males feitos por uns, ao mesmo tempo em que condenam veementemente os mesmos males feitos por outros, mesmo que, às vezes, tais males não passem de denúncias infundadas ou de puro preconceito. Nesse sentido, é principalmente condenável a conduta promíscua para com os “escolhidos” pelo movimento para terem seus descabros ignorados.

O procedimento do movimento explicita sua desinibição em servir a grupos oligárquicos de interesses, fazendo do MBL um movimento de aluguel. Sua agenda é composta por uma pauta vaga e parcial de antipolítica, alinhada a interesses partidários e de grupos econômicos, manipulada de acordo com as intenções desses, deixando, no máximo, uma margem para ganhos pessoais dos membros de destaque do movimento.

O MBL cumpriu funções estratégicas que possibilitaram a ascensão e a consolidação do levante reacionário na conjuntura que desenhou-se a partir de 2013. A primeira dessas funções foi a de distinguir de forma clara e coesa o levante reacionário dos movimentos que deram origem às jornadas, estabelecendo-se como uma referência para os desafiados. Nesse aspecto, foram bem sucedidos em dar forma e consistência a primeira investida do levante, bastante dispersa e intuitiva, a partir da narrativa do “nós” contra o “eles” canalizada para grupos e lideranças identificados com o mal-estar vivido pela classe média. A segunda de suas funções foi comungar as duas partes do levante reacionário a partir do extremismo que defendia como meio de atuação, o que possibilitou ao levante a sobrevivência em relação às jornadas. A terceira de suas funções foi servir como mediador do mal-estar e dos sentimentos concentrados e expressos no levante reacionário com as pautas dos grupos oligárquicos de interesses, os quais buscaram aproveitar-se politicamente do cenário.

A primeira função foi o que possibilitou a formulação do MBL; a segunda, fortaleceu, destacou e legitimou o movimento no cenário; a terceira função, por fim, colocou o MBL como uma referência acima de qualquer outro grupo do levante reacionário, estabelecendo uma narrativa a partir de pautas desejadas pelos grupos oligárquicos de interesses, embora isso não esgote as expressões das manifestações. Esse lugar de destaque possibilitou que o grupo galgasse posições cobiçadas com certa facilidade, ainda que, paralelamente a sua ascensão meteórica em estágios específicos da conjuntura, tal posição tenha tornado o grupo refém dessa situação específica.

O MBL ascendeu e legitimou-se sendo o intermediário entre os sentimentos do levante reacionário e as pautas dos grupos oligárquicos de interesses. Conseguiu com isso adquirir poder de influência em atores institucionais e alavancar seus membros como atores institucionais em cargos de poder, fazendo parte da seleta parte que transcende as condições da própria classe média. Isso orienta a ação do grupo a partir da tendência pela manutenção da ordem na qual alcançaram tal status, ainda que sua condição transcendental seja extremamente dependente da sua legitimidade diante do levante, que buscava justamente romper com a ordem. Isso porque a sua condição de transcendência dá-se por cargos eletivos e não por conquista de um alto cargo vitalício no poder público como, por exemplo, os de juiz ou procurador, ou uma posição de alto executivo como, por exemplo, diretor ou presidente de uma grande empresa.

Dessa forma, o grupo depende desse estado de efervescência mobilizado pelo malestar e pelos sentimentos do levante reacionário, ao mesmo tempo em que esse estado mostrase inoperante para ordem a médio e longo prazo. O grupo dificilmente consegue sobreviver, sendo a sua sobrevivência dependente da mudança, bem sucedida, de sua narrativa e de sua performance, elementos que possibilitaram sua projeção no cenário político e sua própria existência, talvez com a exceção de alguns poucos destaques que cativaram um eleitorado por outros motivos, no seu desempenho em relação ao avanço de determinadas pautas. O fato é que nem a falência imediata, nem o sucesso permanente da narrativa e da performance imposta pelo grupo possibilitam sua existência prolongada. O vínculo extremista, que estabeleceu-se entre a condição de normalidade institucional e estabilidade democrática e o desmanche dessa condição, portanto de sua ruptura, precisa ser superado para que uma ou outra vingue. Sendo a permanência desse estado intermediário insustentável, e tendo como consequência a intensificação dos conflitos entre o levante reacionário da classe média e as pautas dos grupos de interesses da oligarquia, o MBL torna-se um pária para um ou para outro, o que coloca em xeque sua própria existência.

6 CONCLUSÃO

6.1 SOBRE O SENTIDO E O OBJETIVO DO LEVANTE

6.1.1 Sobre o sentido do levante reacionário no Brasil

“Nem todas as crianças vingam.”
Machado de Assis

Aqui faz-se necessário começar por uma discussão acerca do significado da epígrafe, o que não trata-se de devaneio ou proselitismo, e sim de um exercício prévio necessário para atentar-se para além da dimensão técnica da articulação entre conceitos-chaves. O exercício de evocar seu significado é adaptar o ponto aqui discutido para uma realidade específica, orientado para a aplicabilidade ao caso brasileiro.

Posto isso, o conto “Pai contra mãe”, texto do qual a frase em questão foi extraída, trata da captura de uma escrava fugida e grávida, perseguida por um ex-agente do ofício que, com o declínio da escravidão, tinha perdido a função e não conseguia realocar-se na nova ordem emergente. Em tal situação o homem, recentemente pai, procurava meios de manter a família, mas não conseguia estabilizar-se em nenhuma profissão, sentindo-se deslocado e desesperado pela descaracterização que experimentava diante das transformações que emergiam naquela situação. Não conseguia mais ser pai, marido, “cidadão”, enfim, tampouco sustentar seu status diante da sociedade. O mal-estar vivido por ele nessa conjuntura é evidente, assim como sua insatisfação e seus sentimentos. De súbito, todavia, aparece a oportunidade de resgatar a condição perdida com a captura da escrava cuja fuga fora anunciada no jornal. Acreditava que com a recompensa que ganharia poderia remediar a condição de sua família e recuperar seu status (ainda que temporariamente) diante da sociedade, mesmo com o esvanecimento daquela ordem. Não hesitou diante do mal feito, pois tinha para si todas as justificativas, visto que sua integridade, e a dos seus, constituíam argumento suficiente para qualquer investida pela barbárie. Antes que seu filho vingue próspero do que a promessa de filho livre de uma escrava. Segue trecho do referido texto:

- Aqui está a fujona, disse Cândido Neves.
- É ela mesma –
Meu senhor!
- Anda, entra...

Arminda caiu no corredor. Ali mesmo o senhor da escrava abriu a carteira e tirou os cem mil-réis de gratificação. Cândido Neves guardou as duas notas de cinquenta mil réis, enquanto o senhor novamente dizia à escrava que entrasse. No chão, onde jazia, levada do medo e da dor, e após algum tempo de luta a escrava abortou. O fruto de algum tempo entrou sem vida neste mundo, entre os gemidos da mãe e os gestos de desespero do dono. Cândido Neves viu todo esse espetáculo. Não sabia que horas eram. Quaisquer que fossem urgia correr à Rua da Ajuda, e foi o que ele fez sem querer conhecer as consequências do desastre.

Quando lá chegou, viu o farmacêutico sozinho, sem o filho que lhe entregara. Quis esganá-lo. Felizmente, o farmacêutico explicou tudo a tempo; o menino estava lá dentro com a família, e ambos entraram. O pai recebeu o filho com a mesma fúria com que pegara a escrava fujona de há pouco, fúria diversa, naturalmente, fúria de amor. Agradeceu depressa e mal, e saiu às carreiras, não para a Roda dos enfeitados, mas para a casa de empréstimo com o filho e os cem mil-réis de gratificação. Tia Mônica, ouvida a explicação, perdoou a volta do pequeno, uma vez que trazia os cem mil-réis. Disse, é verdade, algumas palavras duras contra a escrava, por causa do aborto, além da fuga. Cândido Neves, beijando o filho, entre lágrimas, verdadeiras, abençoava a fuga e não se lhe dava do aborto.

– Nem todas as crianças vingam, bateu-lhe o coração. (ASSIS, 2017, p. 8-9)

Esse conto e, mais especificamente, a frase mobilizada a título de epígrafe nesta seção, resume o sentido das investidas que a classe média costuma realizar, fundado no *habitus* ideológico que, antes de tudo, sustenta-se na fragilidade econômica, social e política, a despeito daquilo que os seus integrantes acreditam ser. O sentido trata-se de uma reação à transformação que abala seu status, ao mal-estar gerado pela mudança de crenças e valores que os constituem. Na sua perspectiva, esvaziada de propósito além daqueles promovidos pela oligarquia como meio de visibilizar os reais sentimentos, os integrantes da classe média veem-se vítimas de tal situação, identificando a culpa no mais imediato, naqueles que, em tese, estariam sendo privilegiados de forma ilegítima. A ascensão da base representa seu declínio.

O declínio da ordem oligárquica implica também o declínio de sua condição social frágil, conquistada e sustentada mais em consequência de sua função na ordem do que em consequência do distanciamento de recursos materiais e imateriais que ostentam em contraste com a base social. Ainda assim, na perspectiva oligárquica dominante, a classe média acredita que sua função na ordem seria consequência de suas atribuições “naturais”, representadas pela ideologia. Sendo assim, o desmanche dessa condição só pode dar-se pela corrupção da ordem por parte daqueles que são entendidos, pela ideologia, como perversos. Portanto, em sua concepção carregada por um *habitus* ideológico, seria legítimo empreender moralmente para restabelecer a ordem. Embora seja claro o protagonismo da oligarquia nas investidas por rupturas democráticas, quem dá a cara e sustenta essas investidas que rompem com os princípios básicos de uma ordem moderna é a classe média.

A classe média intervém, quando incitado, com a apelação a valores e preconceitos retrógrados contra aqueles que consideram pervertidos e que seriam, em sua representação, responsáveis pela desordem e pela baderna. No entanto, essa classe média não é um corpo em repouso que reage de acordo com o que lhe apontam e que, em um estalar de dedos, passa a ver sentido nessa narrativa. Ele resguarda, antes de tudo, um *habitus* ideológico que é empreendido no cotidiano e intensifica-se em situações de instabilidade e/ou transformação da ordem. A reação da classe média corresponde a uma disposição ideológica herdada de uma ordem oligárquica e de solidariedade social escravocrata que, pela debilidade do nosso processo civilizador, é exercida sem grandes obstáculos, já que os papéis sociais mantêm-se em termos estamentais. A disputa por recursos materiais e imateriais ocorre principalmente entre a classe média e a base social, pois a oligarquia sempre teve seus privilégios assegurados. Quando essa disputa intensifica-se em consequência do avanço do processo civilizador e da ampliação da esfera pública, a classe média articula-se com a oligarquia em torno de uma pauta retrógrada, atuando como empreendedor moral.

O conceito de empreendedor moral aqui utilizado tem origem na teoria da ação moral desenvolvida por Howard Becker (2008). Para o autor, o empreendedor moral divide-se em duas categorias: os criadores de regras e os impositores de regras. A primeira categoria, correspondente aos reformadores cruzados, o criador de regra, acredita estar em uma missão sagrada pela regra redentora da sociedade. A segunda, correspondente ao impositor de regra, seria consequência das empreitadas bem-sucedidas dos primeiros.

Embora uma categoria seja resultante das investidas (bem-sucedidas) da outra e, idealmente, elas tenham a mesma finalidade, que é fazer cumprir regras, existem diferenças entre essas categorias do empreendedorismo moral. Por exemplo, enquanto a base na motivação dos criadores é moral, nos impositores a base é protocolar. Enquanto o criador moral está atuando, provavelmente, na condição de amador, o impositor de regra necessariamente atua na condição de profissional.

Essas diferenças implicam uma mudança na relação dos empreendedores com as regras. Enquanto o criador de regra tem a regra como princípio e, portanto, está interessado no seu conteúdo, o impositor de regra a trata como meio e, portanto, está interessado na sua aplicabilidade. Todavia, isso implica também mudanças na conduta das distintas categorias do empreendedor moral. Enquanto o criador de regra tem uma conduta fervorosa e maniqueísta, o impositor de regra tem uma conduta fria e pragmática.

Em relação às suas justificativas e motivações, também encontram-se distinções entre as categorias de empreendedor moral. O criador de regra fixa-se na justificativa e motivação de ajudar os menos afortunados, mesmo quando as reais necessidades e interesses desses não são levados em conta, e também tende a fazer uso de uma suposta superioridade que muitas vezes é traduzida de uma condição social, ou status, superior. O impositor de regra acaba por fixar sua justificativa e motivação no “mal” em si. Busca legitimidade por meio dos supostos bons resultados na sua empreitada contra o “mal” e do quão próximo está de bani-lo. Ao mesmo tempo, ele precisa sustentar a ideia da imanência do “mal” (o que não é sua culpa, segundo o impositor), o que faz por meio de um apelo ao discurso do terror, tendendo a criar uma concepção negativa da natureza humana por ter de tratar cotidianamente de questões inesgotáveis da vida em sociedade.

Portanto, as ações do empreendedor moral podem ter diferentes destinos. Por parte do criador de regra, as ações podem ter sucesso ou não, dependendo de três fatores. O primeiro deles é a condição de institucionalização formal da regra desejada; o segundo é a possibilidade de mudanças de caráter moral na sociedade; e o terceiro, por fim, são as possíveis restrições jurídicas. Isso faz com que o criador de regra precise do auxílio de profissionais, o que o coloca em uma situação de dependência que pode ser desvantajosa. Já por parte do impositor de regra, suas ações e energias concentram-se na imposição do respeito a si mesmo, fazendo com que o rótulo de desviante também possa ser imposto aos

“desrespeitosos”. Desse modo, a conduta do impositor de regra varia em relação às suas finalidades de acordo com a conduta do “desviante”. O sucesso na investida do empreendedor moral gera resultados que não necessariamente o favorecem, e implicam o recurso a medidas bastante distintas para que ele se reponha no cenário com a mesma legitimidade que chegou a ter no auge de sua empreitada. Em relação ao criador de regra, o seu sucesso corresponde à perda da função na qual legitimou-se como agente de transformação. Nesse caso, é natural que recorra a uma das seguintes medidas: voltar-se a novas causas, tentando transferir sua legitimidade de uma pauta para outra, ou apegar-se àquilo que conseguiu criar, negando mudanças que fizeram suas investidas desnecessárias ou incongruentes. Já para o impositor de regra, o sucesso de sua empreitada significa a possibilidade da demonstração do caráter falacioso de seu discurso de justificação, e sua tendência é a de recorrer à radicalização do discurso na tentativa de resgatar a legitimidade.

Aliado aos conceitos tratados anteriormente e aplicado ao objetivo desta investigação, esse conceito de Becker é fundamental para explicar-se as prerrogativas e a dinâmica que são necessárias para promover uma ruptura da ordem democrática, bem como para compreender como é possível e o que é necessário para que as disposições que existem nos conflitos sociais desencadeiem essa reação de ruptura. De início, é essencial entender que o *habitus* ideológico é assimilado pela classe média como característica de distinção em relação aos considerados perversos, e isso seria o que legitimaria sua reação. Os distintos devem, na prática, estar prioritariamente alocados em posições que os permitam exercer ambas as funções do empreendedorismo moral (criador e impositor). Só assim pode-se entender como que um discurso moral pode sobrepor-se às garantias constitucionais e como as convicções podem violar leis em nome de um propósito submerso.

Além disso, as consequências dessas investidas reacionárias experimentaram um nível distinto do que foi estudado pelo Becker. Tanto o perfil do impositor quanto o do criador correspondem a uma dinâmica social em que tanto a estabilidade democrática quanto a normalidade institucional estariam asseguradas no processo. Nos dois casos do Brasil, 1964 e 2016, o mesmo não deu-se em relação à dinâmica. Colaborando para a ruptura da estabilidade democrática e da normalidade institucional, e tendo como consequência a perda dessas subdivisões que servem como referência para a atuação do empreendedor moral, concentrando-se nas investidas do criador de regra. É quando perde-se o referencial funcional da lei e do protocolo, propriamente ditos, como princípios normativos. O voluntarismo e o pragmatismo na esfera jurídica passam a ser vistos e/ou vendidos como virtude em nome de um propósito que extrapola a própria lei. Apelo muito similar à máxima de Carl Schmitt, teórico do nazismo, que diz: "A virtude da exceção é que ela confirma a regra".

No caso do Brasil, esse voluntarismo significa ou está a serviço da manutenção da configuração social, a despeito de qualquer avanço no processo civilizador que possa-se ter experimentado, garantindo que a oligarquia, em última instância, terá o controle direto do poder, mesmo que isso signifique corromper permanentemente a esfera pública. Desse modo, é a intervenção pela manipulação da força ou pela manipulação das leis que vai assegurar a interrupção e o retrocesso de um processo civilizador ou a promoção do processo descivilizador.

O *habitus* ideológico é organizado em reação ao desmanche da ordem a ponto de transmutar-se em empreendedorismo moral e de encontrar vazão para suas duas dimensões (a de criador e a de impositor) na conjuntura, além do seu extremismo no processo. Isso porque

essas investidas já encontram-se em um estágio bastante avançado do processo, em correspondência com a dinâmica da dialética social. Isso só é possível quando os setores dessas classes (principalmente as da média) têm uma vantagem desproporcional em relação às outras, os dominados, em termos de influência, pela atuação direta nas instituições de poder, o que deve-se ao fato de essas instituições serem exclusivamente integradas por esses que são dotados desse *habitus* ideológico retrógrado. Só a partir disso é possível que as instituições tenham, em suas intervenções, motivações moralistas que distingam aqueles que seriam dotados do direito de reivindicar, protestar, fazer pressão ou participar da vida pública daqueles que não o são, distinção essa fundamentada pelas condições sociais e/ou pautas representadas.

Esse *habitus* ideológico é fruto de um processo histórico de predominância da oligarquia sobre a base social que reflete-se na ordem que se mantém até hoje. A emergência do estamento médio deve-se, principalmente, à “modernização” e à institucionalização dessas relações de poder, dominação e exploração. O seu status não consolidou-se na sua origem revolucionária, mas no seu desdobramento reacionário dentro do processo histórico brasileiro, sendo capaz de desfazer-se de pautas mais articuladas aos seus interesses em defesa dos interesses da oligarquia.

Sendo esta classe fundamental para a manutenção da ordem, principalmente no cenário histórico-social em que a oligarquia, enquanto minoria demográfica destituída de identidade histórica e cultural, como no caso brasileiro, não poderia sustentar tal disposição de forma tão desproporcional como foi feita sem a cooptação parte significativa da população. Por meio dessa estratégia, a oligarquia conseguiu dar aos seus interesses uma legitimidade e uma operacionalidade que supostamente estariam fundadas em valores superiores. Nos processos político-sociais da República após 1945 e após 1989 no Brasil, quando esse grupo viu-se afrontado nos seus interesses, ele agiu pragmaticamente incitando grande parte da classe média da sociedade. Para tanto, valeu-se da disposição da classe média, concentrando seu esforço na construção e na propagação de uma pauta artificial que pudesse ser reivindicada de acordo com os pressupostos modernos, sem revelar e afrontar as reais motivações. A classe média, por sua vez, agiu ideologicamente apelando para preconceitos e valores retrógrados (SOUZA, 2016) sempre que tais disposições estavam travestidas de valores superiores, o que supostamente os distinguiria da base social considerada pervertida, vendida e indigna. Aqui a atuação da mídia, que vale-se de uma esfera pública pré-burguesa, foi fundamental para legitimar e deslegitimar pautas e recursos apresentados nessas dinâmicas. A mídia atua tanto nas funções de pressionar,

direcionar ou maquiar algumas pautas, como também na função de criminalizar outras, dependendo de quem são seus representantes.

Portanto, o levante reacionário está orientado no sentido inverso ao do avanço do processo civilizador experimentado nestes lapsos democráticos. Reivindicando a suposta distinção de honrarias que acredita dividir com a oligarquia, a classe média empreendeu contra a legitimidade de pautas, grupos e lideranças populares, minando sua possibilidade de influir na esfera pública sobre as decisões que, em tese, deveriam ser tomadas de forma democrática, ou seja, contando com a vontade popular. Os alvos são muito claros: a estima e o direito das lideranças, as lutas por reconhecimento travadas através das pautas levantadas e a cidadania da base social, além dos direitos básicos e das políticas públicas.

6.1.2 Sobre o Objetivo das Rupturas

“*Ao vencedor as batatas!*”
Machado de Assis

Essa segunda frase de Machado de Assis mobilizada como epígrafe é retirada de dois de seus romances: primeiro, das *Memórias póstumas de Brás Cubas* e, posteriormente, de

Quincas Borba, obra em que foi apresentada a tese do “Humanitismo”. Segundo o personagem filósofo cujo nome dá título à obra, essa tese estaria fundamentada na essência que emanaria de todas as coisas e expressaria-se na seleção natural daqueles que são mais aptos ao mundo. Para ilustrar o “Humanitismo”, o filósofo usa como alegoria uma disputa entre duas tribos de indígenas, famintas, por uma plantação de batatas.

Supõe tu um campo de batatas e duas tribos famintas. As batatas apenas chegam para alimentar uma das tribos que assim adquire forças para transpor a montanha e ir à outra vertente, onde há batatas em abundância; mas, se as duas tribos dividirem em paz as batatas do campo, não chegam a nutrir-se suficientemente e morrem de inanição. A paz nesse caso é a destruição; a guerra é a conservação. Uma das tribos extermina a outra e recolhe os despojos. Daí a alegria da vitória, os hinos, aclamações, recompensas públicas e todos os demais feitos das ações bélicas. Se a guerra não fosse isso, tais demonstrações não chegariam a dar-se, pelo motivo real de que o homem só comemora e ama o que lhe é aprazível ou vantajoso, e pelo motivo racional de que nenhuma pessoa canoniza uma ação que virtualmente a destrói. Ao vencido, ódio ou compaixão; ao vencedor, as batatas. (ASSIS, 1997, p. 648-649)

Essa alegoria contribui no entendimento acerca dos objetivos dos levantes reacionários que estão fundamentados, afinal, pelo mesmo princípio da chamada “filosofia do Humanitismo”. Essa “filosofia” é uma fundamentação para o estado “natural” das coisas, em

primeiro lugar, e, quando esse estado “natural” das coisas é afrontado, ela é a justificativa para a reação perversa contra o inimigo. Nesse caso, a reação desconhece qualquer princípio de proporcionalidade, já que a sobrevivência do vencedor depende da submissão completa do perdedor.

É nesse sentido que o levante reacionário, com o respaldo social concentrado na classe média, tem como objetivo e consequência, nos casos brasileiros de 1964 e 2016, a eliminação da base social e do processo civilizador promovido por ela. O processo civilizador teve como consequência, experimentada nos dois lapsos temporais indicados, a afirmação tanto da cidadania, quanto do reconhecimento, fiando-se à normalidade institucional e à estabilidade democrática como meio para conquistar as pautas. Não é à toa que os alvos principais da reação foram as políticas conquistadas pela base social, as quais promovem a cidadania e o reconhecimento daqueles que encarnam o processo civilizador. Portanto, trata-se de uma dinâmica dialética interrompida, e essa interrupção tem origem, sentido e objetivo sociais claros, como deixa evidente a psicanalista Maria Rita Kehl:

Que não se tome tal princípio conformista no mesmo sentido das conclusões a respeito da vida e da morte na conhecida passagem da conversa entre os coveiros, em *Hamlet*. Em Shakespeare, os dois trabalhadores braçais que cavam a cova de Ofélia no cemitério, sujos de terra, parecem vingados de sua pobreza ao entender que, na morte, ninguém vale mais do que ninguém: a transmutação da matéria morta pode fazer reaparecer os restos de um príncipe, eventualmente digeridos por uma minhoca devorada por um peixe, na barriga de um plebeu. Já o *humanitismo* de Borba justifica a exploração do trabalho e favorece sempre o ponto de vista dos vencedores, ignorando as diferenças de condições, pela posse de um campo cultivado. O grito de guerra – *ao vencedor as batatas!* – não é mais do que a afirmação alegre (nietzschiana?) de uma supremacia conquistada. (KEHL, 2018, p. 32)

Ficando claro o princípio do “Humanitismo”, pode-se voltar a explorar como ele está implicado no levante reacionário. Nesta parte da investigação, o objetivo é estudar os conflitos de classes e a emergência de grupos organizados em torno das pautas reacionárias. Para isso, faz-se uso dos princípios teóricos da luta por reconhecimento de Axel Honneth e de Nancy Fraser, articulados com os estudos sobre cidadania no Brasil de Wanderley Guilherme dos Santos e José Murilo de Carvalho. Suas perspectivas no debate sobre reconhecimento, com aproximações e distanciamentos, permitem que possam ser trabalhados paralelamente em uma investigação empírica quando integrados ao conceito de cidadania.

Ambas as perspectivas sobre a teoria da luta por reconhecimento buscam esclarecer a dinâmica calcada nos princípios que regem a modernidade: universalidade e autonomia. No entanto, as perspectivas aqui tratadas têm bases distintas. Enquanto Honneth sustenta sua teoria

do reconhecimento na autorrealização de identidade, na dimensão psicocultural sobre a dimensão material, Fraser sustenta a sua teoria do reconhecimento na paridade de participação da renda, enfatizando, portando, a distribuição material em detrimento da dimensão simbólico-cultural (MENDONÇA, 2007).

A linha crítica adotada pelos autores coloca em evidência o processo conflitivo de evolução moral. Essa linha teórica trata de esferas de conflitos nas quais os agentes são inseridos ao longo do processo em que experimentam a disposição conflitiva ligada a dinâmica constante da luta por reconhecimento. Essas dimensões são a do amor, por ligações afetivas fortes no seio familiar, a do direito, na adjudicação de direitos pela integração aos princípios da moral que rege o direito moderno, e a da solidariedade ou da estima social, na qual se reconhece a autonomia dos agentes na orientação por valores. Essas esferas são responsáveis, respectivamente, pela autoconfiança, pelo autorrespeito e pela autoestima dos agentes. Embora estudos como o de Florestan Fernandes (2013), sobre o negro, e o de Jessé

Souza (2017), sobre a “ralé”, esclareçam bastante sobre essa primeira dimensão no caso do Brasil, esta investigação terá como referência apenas a dimensão do direito e a da solidariedade, escolha subordinada ao recorte deste trabalho. No que diz respeito à dinâmica dos conflitos destacados, destaca-se, ainda, a dimensão da solidariedade.

Nas sociedades modernas, as relações de estima social estão sujeitas a uma luta permanente na qual os diversos grupos procuram elevar, com os meios da força simbólica e em referência as finalidades gerais, o valor das capacidades associativas a sua forma devida. (HONNETH, 2003, p. 207)

Todavia, para Nancy Fraser é preciso resgatar certos princípios do liberalismo clássico (e também marxistas), com a finalidade de colocar novamente em evidência na luta por reconhecimento uma dimensão distinta e negligenciada pelo identitarismo dominante que corresponde a disposições também distintas das encontradas nos conflitos identitários. Enquanto uma expressa a questão cultural, na qual a disputa dá-se na busca pela distinção dos grupos, a outra dimensão expressa a questão de classe, na qual a disputa dá-se pela equalização dos agentes.

O que requer reconhecimento não é a identidade específica do grupo, mas o status de seus membros individuais como parceiros por completo na interação social (FRASER, 2000, p. 113).

No entanto, para a autora, não trata-se apenas da dimensão distinta de um mesmo fenômeno. Ela aponta uma hierarquia entre essas dimensões, ou seja, na sua concepção não pode-se pensar em disputas identitárias de grupos em um cenário onde reine a plena

desigualdade material entre os atores. É preciso antes adotar políticas transformativas que consigam diminuir tal distância entre os atores para que, a partir de certa condição material mínima assegurada, possam compilar-se ambas as esferas de disputa: tanto a de classes quanto a identitária. Essa condição só pode ser conquistada na dimensão de classes, já que, é por ela que a ordem vigente impõe-se.

Status representa uma ordem de subordinação intersubjetiva derivada de padrões institucionalizados de valor cultural (FRASER, 2003, p.49).

Padrões institucionalizados de valor cultural devem expressar igual respeito a todos os participantes e garantir oportunidades iguais para a obtenção da estima (FRASER, 2003, p. 36).

No entanto, como já foi explorada acima, a luta por reconhecimento no caso brasileiro guarda a particularidade de dar-se em conflito com disposições de ordem oligárquica e solidariedade escravocrata, o que força um paralelismo entre essa luta por reconhecimento e a conquista da cidadania. Isso significa que não apenas luta-se pela adjudicação (o fazer cumprir) do direito moderno, mas também pela própria criação ou regulamentação de tal direito, o mesmo dando-se em relação ao reconhecimento e à estima através da imposição de princípios de uma solidariedade social moderna. Ou seja, a cidadania universal até podia existir como uma ideia abstrata e importada no cenário nacional, talvez como mais uma expressão do bovarismo nacional, mas não existia como um valor reconhecido com algum apelo à política institucional.

Sendo assim, o que observou-se no Brasil é que a precária conquista da cidadania não deu-se de acordo com a evolução do projeto de modernização vivido no país ao longo do século XX, principalmente em sua segunda metade, como aconteceu nos países centrais. A cidadania avançou, sim, a despeito desse projeto que ora, foi regulador, ora foi simplesmente excludente, o que faz dela muito mais fruto das lutas por reconhecimento em que a base social esteve engajada do que fruto de concessões oriundas do projeto de modernidade do país.

A compilação desses – luta por reconhecimento e cidadania – conceitos permite condicioná-los a uma perspectiva histórico-sociológica que possa esclarecer o real objetivo do levante reacionário, tendo em vista os efeitos inerentes do processo civilizador e evidenciando os reais alvos que estão ocultos nos discursos de caráter moral. Sendo assim, qual o seria o objetivo da emergência dos levantes reacionários? Trata-se de um fenômeno eminentemente contextual, não no sentido de ser algo circunstancial, mas sim por tal *habitus* ideológico ser uma disposição intrínseca na configuração da sociedade brasileira, cuja intensidade está condicionada à dinâmica da dialética social decorrente do processo civilizador. Seu objetivo é a restituição e a manutenção eterna da ordem, justamente por sustentar ainda traços

configuracionais de uma sociedade de ordem oligárquica e solidariedade escravocrata, a despeito de qualquer transformação mais significativa que o país estivesse passando desde as últimas décadas do século XIX em todas as esferas da vida social.

Desta forma, pode-se tratar dos evidentes paralelos entre as disposições da classe média diante das investidas da oligarquia nas rupturas democráticas de 1964 e de 2016. Em ambos os casos, a classe média orientou-se, em sua ampla maioria, pelo endosso a essas investidas, exigindo, como única contrapartida, a manutenção do status social que o distinguia da base social. A classe média nunca sentiu-se afrontado pela perda de direitos políticos ou pela distância que sempre guardou em relação à oligarquia, que é muito maior do que a que tem em relação à base social. Os levantes reacionários experimentados não orientaram-se por qualquer demanda que não fosse a promoção da ilegitimidade dos grupos, dos líderes e das pautas identificados com a base social. A ameaça percebida pela classe média estava, pois, na ascensão da base social por meio de ganhos sociais básicos que contribuía para o processo civilizador.

O que observa-se na evolução das investidas reacionárias desse estrato social é uma ramificação bastante grande por parte dos setores organizados, assim como é também experimentado no avanço de pautas humanistas identificadas. No entanto, a diversificação em relação aos princípios e propósitos, que dá-se pelo recorte etário, não é tão significativamente expressiva. O que muda são os referenciais, que também tendem acompanhar uma mudança etária se compararmos os arredores de 2016 com os arredores de 1964.

As mudanças geracionais no período de 1989 à 2016 relacionam-se ao fato de que não pode-se mais simplesmente vociferar contra as pautas humanistas, visto que as mudanças que experimentamos exigiam mais do que nunca um verniz de civilidade. Tais mudanças foram promovidas pelos avanços experimentados a nível constitucional e, culturalmente, pela pressão da base social na redemocratização, a despeito de uma mudança estruturalmente não significativa da configuração social e da esfera pública (DE CARVALHO, 2014).

Sendo assim, é forçoso que o levante reacionário crie um discurso “coerente” com essa nova ordem, na qual não explicita-se preconceitos, mas sim determinismo “científico”. Por meio desse procedimento, são combatidos Isso no combate contra o avanço do processo civilizador e da cidadania, ancorados tanto nas “novas” pautas quanto no trabalhismo. Todavia, essa reação é elaborada a partir de estratégias distintas adotadas pelos grupos reacionários representantes.

Enquanto os grupos “espontaneístas” são representantes das reminiscências do enfrentamento ao processo civilizador em termos de atuação, os institutos neoliberais e seus membros reivindicam ser representantes daquilo que teria transformado-se em relação aos meios; de forma alguma, entretanto, houve mudança em relação ao objetivo. Ambos os grupos apresentam-se como os dois lados da mesma moeda, sendo que seus objetivos ficam mais escrachados ao observarmos suas reivindicações e protestos (e suas guinadas de orientação nas pautas) à luz do referencial histórico que tem-se hoje em relação a esses eventos e a seus paralelos. Embora existam disputas e conflitos internos entre eles nas disputas por uma nova narrativa conservadora, quando esse processo avança, nos arredores de 2016, delineando a classe e suas cisões etárias conforme a dinâmica da dialética social, as fronteiras dessas cisões etárias vão ficando menos aparentes. Como se uma força centrípeta atuasse em um cone e levasse a maioria a um centro comum onde as pautas, supostamente opostas e excludentes, compõem e diluem-se no caldo reacionário, repelindo para fora qualquer resistência a essa força.

Por fim, é notável que o objetivo comum do levante reacionário seja a manutenção da ordem oligárquica de solidariedade social escravocrata. Assim, esse levante tem o efeito de romper a fronteira socialmente estabelecida pelo extremismo de suas investidas em busca da realização de seu objetivo, como ficou claro no capítulo anterior.

6.2 A METAMORFOSE

Para entender esse processo é preciso tratar do cenário econômico em que dá-se a aliança entre o levante reacionário e os grupos oligárquicos de interesses. Embora esses grupos valham-se das investidas do levante reacionário para impor suas pautas, é preciso estabilidade política e algum nível de normalidade institucional para que essas medidas deem os resultados esperados, visto que o funcionamento de qualquer sistema econômico, inclusive o capitalista, requer estabilidade e previsibilidade. No entanto, a incapacidade de realizar a demanda da classe média de reconquistar seu “elevado” status social diante da base social leva esse estrato a frustrar-se com o resultado das suas investidas. Com isso, suas narrativas e ataques tornam-se mais extremadas e/ou alcançam outros atores e instituições, que passam a ser vistos como inimigos de acordo com o que a classe média identifica como fonte da sua frustração.

O extremismo do levante reacionário agrava-se pelas frustrações que ele encontra em duas frentes opostas. A mais evidente das frustrações, e contra a qual o levante mobiliza-se, decorre da persistência de pautas humanistas e da capacidade demonstrada pelos grupos comprometidos com essas pautas em organizar-se e mobilizar-se nas disputas democráticas. Assim, essas pautas e seus representantes são identificados pelo levante reacionário como os responsáveis pela perversão da ordem e pelo seu declínio.

A outra frustração experimentada pelo levante reacionário resulta do avanço das medidas pautadas pelos grupos oligárquicos de interesses, condicionado, em grande medida, pelo sucesso das investidas do levante reacionário. A liderança de grupos como o MBL, foi responsável pela propagação dessas pautas, assimiladas como de interesse do levante reacionário e, portanto, alinhadas a valores e ideais superiores. Todavia, o avanço dessas medidas atinge interesses não só da base social, mas também da classe média, que corresponde ao perfil socioeconômico dominante ligado ao levante reacionário. Isso acaba reforçando o seu sentimento de desprestígio, de afronta a sua natureza supostamente superior, de que as coisas então fora do lugar, sendo que, segundo a narrativa do levante reacionário, essa situação dá-se essencialmente por questões morais e ideológicas promovidas por aqueles que são identificados como os perversores da ordem.

Enquanto a primeira frustração explica-se pela falta histórica de compromisso democrático e pelo desapego à civilidade que é vigente na classe média, a segunda frustração explica-se pela retomada do paradigma econômico ortodoxo, juntamente com o desconhecimento da classe média sobre sua própria condição na ordem. Tal condição, embora seja intermediária e de operador da ordem, sempre foi precária e dependente de políticas públicas voltadas à promoção de bens, serviços e subsídios do Estado para garantia de direitos, as quais nem sempre beneficiaram a base social. São estatisticamente pequenas as exceções na classe média dos casos que transcendem essa condição para atuar em altos cargos (primeiro escalão) no setor público ou em cargos de alto executivo no setor privado.

Isso acontece porque, diferentemente do paradigma keynesiano (desenvolvimentista), que vingou até o final da década de 1970, a ordem agora é gerida segundo o paradigma neoliberal. Até à década de 1970, a interpretação macroeconômica que prevalecia atribuía ao Estado alguma utilidade no desenvolvimento econômico por meio da promoção estratégica de alguns bens e serviços. Essa leitura também estipulava a sustentabilidade desse processo na agregação em massa da população ao mercado de consumo. Desta forma, Estado e mercado

eram entendidos como meios para a resolução de problemas de ordem fiscal (contas públicas), por estímulos ao crescimento e pela promoção de bens e serviços, e de problemas de ordem social (emprego e renda), enfrentados por meio da garantia de direitos em consequência da promoção e regulamentação desses (PIKETTY, 2014).

Após a década de 1970, o paradigma desenvolvimentista declina e cai, sendo substituído pelo paradigma neoliberal, que estipula funções menores ao Estado, restringindo basicamente à responsabilidade pela ordem, pela justiça e pelo controle inflacionário. O restante deve passar ao controle privado através de privatizações, que, articuladas à desregulamentação do mercado, contribuiriam para que esses serviços fossem prestados de maneira mais eficiente pelo setor privado. Por fim, esse paradigma estipula a reversão dos padrões e dos direitos conquistados no trajeto histórico da população como meio de dinamizar a atividade econômica (PIKETTY, 2014).

Com a derrocada do paradigma desenvolvimentista e a ascensão do paradigma neoliberal, observou-se no mundo a reversão de um processo de ascensão e equidade social, de conquistas de direitos. No caso do Brasil, temos algumas peculiaridades em relação aos países centrais, pois grande parte desse processo vivido no paradigma desenvolvimentista brasileiro foi conduzida de forma autoritária e conservadora, sendo que, em sua fase final, a base social foi excluída e deliberadamente prejudicada pelas políticas adotadas pelo regime ditatorial. Com isso, muitos dos efeitos econômicos e sociais experimentados nos países centrais em decorrência da ascensão do paradigma neoliberal, como, por exemplo, a concentração de renda, o arrocho salarial e a perda de direitos foram sentidos no Brasil ainda no final do paradigma desenvolvimentista, durante a ditadura civil-militar. A exceção foi o fato de a classe média ter sido protegida e privilegiada pelo regime, em que beneficiou-se do crescimento econômico e da restrita expansão do mercado interno (O&P,).

Após a saída do regime ditatorial civil-militar, houve afinco, por parte dos grupos oligárquicos de interesses, em implementar-se a bula neoliberal ao longo dos anos 1990. Sem a proteção do regime, sem crescimento econômico significativo e avesso as pautas humanistas, a classe média vê-se prejudicada em relação às mudanças vividas após a redemocratização do país. Passa a interpretar essas mudanças como inerentemente ligadas aos problemas vividos, considerando os meios democráticos de disputas políticas como os canais que dão vazão a perversão que os prejudica (SOUZA, 2018).

Assim, as motivações por trás do levante reacionário não são fruto de uma espontaneidade cívica ou republicana, como a mídia, grupos políticos e empresariais tentaram retratar, tampouco são fruto de qualquer comprometimento ético-moral contra a corrupção, sendo essa pauta recorrentemente usada para legitimar e camuflar a pauta antiliberal-humanista promovida pela oligarquia em articulação com a classe média. Suas motivações são lastreadas, sim, na disposição encarnada como resultado do processo histórico que promoveu a manutenção da configuração social de ordem oligárquica e solidariedade escravocrata. Isso fica evidente na homogeneidade do perfil socioeconômico que compõe predominantemente o levante reacionário, na seletividade em sua cruzada contra a corrupção, na compreensão desses atores sobre a perversão que eles acreditavam combater e, principalmente, nos objetivos desdobrados e nas consequências de suas investidas.

Estando clara a estrutura motivacional da metástase que ajudou a promover e a legitimar uma quebra da estabilidade democrática e da normalidade institucional, é preciso tratar do processo de engajamento dos que mobilizaram-se e deram a cara “popular” às manifestações pela ruptura democrática. Assim, é possível entender não só como emerge, mas no que sustenta-se a atuação desse levante, de seu exercício extremista do moralismo e da convicção.

A reação cada vez mais intensa promovida pelo levante reacionário, principalmente depois das manifestações de 2013, acompanha a mudança discursiva sobre o referencial doutrinário. O que na prática sempre foi exercido, às vezes de forma mais afluada, às vezes de forma menos afluada, dependendo da dinâmica do cenário possibilitar ou não mudanças sociais consideráveis. No entanto, mesmo com a mudança do referencial doutrinário de liberal-humanista para conservador, conscientemente anunciada ao longo do processo, existe uma distância conceitual entre o que eles passaram a reivindicar como sua nova doutrina e o modo como ela foi mobilizada politicamente na história, considerando o que a doutrina prega como filosofia ou teoria propriamente.

Mannheim (1976) define o conservadorismo como uma contra-utopia identificada com o estrato social dominante. Ao contrário da mentalidade liberal, a mentalidade conservadora tem em suas representações uma fatalidade intrínseca à realidade dada. Isso justifica, nessa mentalidade, a falta de qualquer investida utópica enquanto percebe sua condição privilegiada inacabada, ao passo que as investidas alheias são ignoradas desde que não ameacem o *status quo*.

O saber que o conservadorismo preza é o controle prático, voltado a problemas da ordem e imediatos. Essa mentalidade ideológica emerge no contexto moderno em que a ordem constantemente recebe investidas utópicas transcendentais, o que obrigou o estrato social dominante a promover uma reflexão histórico-filosófica como embasamento de suas representações que, utilizada como defesa e orientação nas disputas, forma uma contrautopia.

Essa condição faz com que o desenvolvimento da mentalidade conservadora esteja condicionado aos avanços das investidas dos estratos emergentes, visto que, caso não houvesse esse movimento de emergência, a mentalidade permaneceria inconsciente e a ideologia plena. O conservadorismo contrarrevolucionário que surge na modernidade também recorreu a valores elevados e ideais; ainda assim, o que permaneceu foi a disputa do vir-a-ser liberal contra o aqui-e-agora conservador, do mundo das ideias do liberalismo contra o mundo existencial do conservadorismo.

A perspectiva sobre a história da contra-utopia conservadora representa a limitação da agência em relação às movimentações experimentadas. A transformação da perspectiva conservadora orienta-se pela realidade dada e não pelas transformações substanciais na ordem. Experimentada como essencial, a realidade apresenta tanto o que a racionalidade pode explorar quanto o despontamento da irracionalidade e da fascinação proveniente da relação do mundo com o misticismo. A orientação da mentalidade conservadora vê tanto no passado quanto no presente o substancial do mundo, a concretude inalienável. O essencial e o momento (realidade aparente) estão fundidos e expressos pelo controle disciplinar, que dirige-se, sobretudo, contra as investidas utópicas e contra o imediatismo quiliasta.

Dentro da definição do perfil ideológico do conservadorismo que foi exposto aqui, podemos ainda desdobrar três perfis políticos, segundo Mannheim. Um desses perfis, o conservadorismo histórico, nada tem a ver com a discussão; contudo, é importante expor aqui seus traços gerais para fins de comparação, visto que existem narrativas conspiracionistas que poderiam ser confundidas com o tipo de discurso veiculado por esse perfil de apelo intelectual extremamente sofisticado. Apelando à investigação da dimensão irracional das relações sociais e políticas, esse perfil traz os sentimentos como elementos para uma análise objetiva dos eventos, acreditando em uma vontade inconsciente que revela-se pelo espírito, o *wolkgeist*, e apontando a impotência da Razão diante dos eventos emergentes.

Os outros perfil, o conservadorismo burocrático, coexiste com o conservadorismo historiador tal qual as duas faces da mesma moeda. Sendo que o conservadorismo burocrático,

que tem maior relação com os propósitos deste estudo, aposta em um modelo burocrático arbitrário, completamente desvinculado das interações sociais e políticas reais. Sua racionalização é excludente em relação ao mundo concreto, diferentemente da liberalhumanista, que é impositiva por perceber suas categorias e valores como emergentes no processo. Esse perfil percebe as perturbações no mundo social e político como meros distúrbios, desvios da conduta padrão, e posiciona-se de maneira acrítica ante os próprios paradoxos como, por exemplo, o fato de ter de lidar com leis ou decretos que são resultados de enfrentamentos existentes fora do sistema burocrático. Isso é bem exposto pelo teórico dessa doutrina (neoliberal), Milton Friedman, ao definir o método do que chamou de positivismo instrumental:

A tarefa dessa economia positiva é a de provar um sistema de generalizações passível de ser utilizado para fazer previsões corretas acerca das consequências de qualquer alteração das circunstâncias. O desempenho de tal economia será ajuizado em termos da precisão e do alcance das previsões e em termos do ajuste que haja entre tais previsões e a experiência (FRIEDMAN, 1981, p. 164).

Desta forma, assim como podemos ver acima que as partes e os atores do levante não enquadram-se no perfil político-utópico liberal-humanista, reivindicado em um primeiro momento como fonte de seus princípios e propósitos. Não passando de um verniz que desgasta-se naturalmente ao entrar em atrito com qualquer avanço do processo civilizador. Sendo a mais superficial e frágil das facetas do levante, usada como mera alegoria, não materializando-se nos seus princípios ou propósitos em nenhum momento.

Algo semelhante acontece em relação ao perfil conservador burocrático, pois os grupos e atores do levante não se enquadram em nenhum dos desdobramentos desse perfil político-ideológico, ou melhor, sua práxis não comunga com esse perfil, embora seus descritores possam levar a crer na compatibilidade entre ambos. O que é mobilizado desse perfil, por parte do levante, é a sua racionalidade discursiva e seu referencial teórico identificado com o *status quo*. Todavia, isso não significa coerência entre o levante e os pressupostos teóricos conservadores. Seu uso é voltado a apoiar nessa legitimidade as suas investidas, usando a perspectiva do *mainstream* como meio de promover seus propósitos.

Quadro 23- Perfil liberal-humanista x Perfil conservador.

LIBERAL HUMANISTA	CONSERVADOR
1. utópico;	1. contra utópico;
2. racionalista;	2. irracionalista;
3. ideal no centro;	3. prática no centro;
4. ideia aferida ao mundo;	4. realidade dada como única possibilidade de experiência;
5. futuro idealizado;	5. passado idealizado;
6. cultura e ética como valores universais;	6. valores e ideais como distinção;
7. orientado pelo vir-a-ser;	7. orientado pelo aqui-e-agora;
8. concepção linear evolucionista;	8. fatalidade do mundo dado;
9. razão, consciência e liberdade;	9. agência limitada à experiência;
10. normativo sobre a realidade.	10. intelectual e/ou místico sobre a realidade imediata.

Fonte: elaborado pelo autor (2020)

O terceiro perfil, o conservadorismo fascista, é assimilável ao conservadorismo sem necessariamente ser um representante de sua ideologia, comungando apenas no que diz respeito à concepção irracionalista. Tal perfil comporta-se de maneira muito mais ativista, não tendo qualquer compromisso com a coerência intelectual ou moral; pautando-se por ataques, entende-se em conflito aberto, em uma cruzada cujo objetivo é eliminar o inimigo herege. Outra característica desse perfil é o apelo a sentimentos como meio de mobilização e legitimação de sua perspectiva personalista e simplista.

O conservadorismo fascista nega a própria história ou qualquer perspectiva mais sistemática e objetiva na sua avaliação. Sua perspectiva é essencialista, ou seja, as condições dos agentes não constituiriam-se em um processo, mas, sim, seriam expressões da essência da qual são dotados; assim, seus inimigos são representados como o próprio mal aflorado. Sua orientação é intuitiva, subordinada às da ideologia ou pelo mito concebido por si, sempre com apelo ao emotivo e ao moralismo.

Esse perfil conservador é descrente diante de um conhecimento teórico crítico, reconhecendo apenas o conhecimento técnico aplicável. Apenas os resultados imediatos e o desencadeamento das energias interessam a ele, independentemente das consequências. Todo propósito está elaborado e condicionado à superação do inimigo, que, segundo a perspectiva fascista, tem o monopólio dos vícios, sendo responsável por toda a perversão que, por sua vez, é o cerne dos males que os atinge.

Quadro 24- Conservadorismo burocrático x “Conservadorismo” fascista.

CONSERVADORISMO BUROCRÁTICO	“CONSERVADORISMO” FASCISTA
1. irracionalista;	1. irracionalista (não representativo);
2. orientação administrativa;	2. orientação ativista;
3. referência em modelos de gestão;	3. sem compromisso com a consciência;
4. representa o mundo de forma acrílica em relação aos próprios paradoxos (lógico-dedutivo);	4. interpreta as relações como mito, impulsionado por pulsões emotivas e moralismo (intuitivo);
5. representa as relações de forma que o que foge ao modelo é estigmatizado como desviante;	5. representa as relações de forma simplista e personalista, essencializando as ações e os agentes;
6. tecnicista.	6. imediatista.

Fonte: Elaborado pelo autor (2020)

Como discutido anteriormente, o Brasil guarda suas peculiaridades em relação a seu processo histórico moderno, em comparação com os países centrais, já que, nesse caso não houve um processo de superação da classe burguesa moderna sobre a oligarquia retrógrada. O que tem-se no caso brasileiro é uma metamorfose, comum ao capitalismo periférico, que tem o cuidado de manter a ordem oligárquica de acordo com a sua inserção no circuito do capitalismo global. Essa característica não deve ser interpretada como dualista em consequência de erros estratégicos, ou um processo inacabado, mas, sim, como um projeto de manutenção da ordem mais funcional para o estado das coisas (DE OLIVEIRA, 2015).

Embora existam distinções entre as atuações da oligarquia, que tende a ser pragmática, e da classe média, que tende a ser mais ideologizada, ambos cooperam na manutenção da ordem que entendem como legítima. Em um cenário de crise, essa cooperação é mais acirrada, concentrando-se, muitas vezes, no avanço de pautas impopulares, na fragilização das instituições diante da crise com a violação do contrato social ou na violação das regras, tanto daquelas que estão explícitas na letra da lei quanto daquelas que são tácitas e contribuem para a estabilidade do jogo democrático. Nesse sentido, a oligarquia passa a usar a crise para promover seus interesses como a saída possível, fazendo uso da recomendação do guru Milton Friedman:

Somente uma crise – real ou percebida como real – produz mudança de fato. Quanto essa crise ocorre, as ações dependem de ideias que estão disponíveis no momento. Acredito que essa é a nossa função básica: desenvolver alternativas para as políticas existentes, manter essas alternativas prontas e disponíveis até que aquilo que antes parecia politicamente impossível se torna politicamente inevitável. (FRIEDMAN, 2014, n. p.)

No caso brasileiro, a crise foi vista justamente assim pela oligarquia, como a grande oportunidade de retomar o poder de todo.

A partir da oportunidade aberta nas jornadas de 2013, entendeu-se que era necessário organizar o levante reacionário em grupos e ativistas mais digeríveis à ordem e a uma prática democrática. Com isso, teve-se um estímulo por parte dos grupos de interesses na criação de perfis de ativismo que correspondessem a uma aparência e a um discurso menos belicista, mais democráticos e joviais, alinhados diretamente às pautas de seu interesse. Houve um grande investimento na organização desses grupos e de eventos de estímulo.

Faltava, então, hierarquizar, ou seja, criar meios de interferências (in)diretas mais substanciais através de lideranças escaladas que estivessem alinhadas com os grupos oligárquicos de interesses que articulariam a manutenção das manifestações sem tirar a aparência de espontaneidade ao novo momento. Não foi um processo simples, visto que nichos mais articulados, como os institutos de disseminação da doutrina neoliberal, não tinham a pretensão de atuar por esses meios - pelo contrário, guardavam repúdio a essas modalidades de atuação. Outros nichos que escolheram sair às ruas e organizaram-se a partir das manifestações não possuíam nem a aparência, nem o discurso desejável, como, por exemplo, o S.O.S Forças Armadas e o Revoltados Online, além de não contarem com muitos seguidores até as manifestações pelo *impeachment*.

Todavia, os grupos oligárquicos de interesses não entenderam que as manifestações de junho de 2013 tiveram uma importância pedagógica para o levante reacionário, que passou a adotar os meios de manifestação que condenavam publicamente. Aquilo que seus integrantes condenavam como a política dos perversos, que só podia ser colocada em prática pelo descompromisso e pela imoralidade, passou a ser apropriado pelo levante reacionário como estratégia legítima. Outro ponto é que, por um lado, nas jornadas de 2013, aqueles que não tinham qualquer experiência com manifestações herdaram repertórios reconhecidos e legitimados diante da população. Por outro lado, eles passaram a distinguir-se dos pioneiros em relação às suas motivações éticas e a seu respeito à hierarquia, às figuras e instituições que reconheciam, antes de tudo, como autoridades morais, alinhando-se a elas no que entendiam como perversão e desordem.

As adaptações aos repertórios feitas pelo levante reacionário deram-se de acordo com as facilidades que receberam decorrentes do reconhecimento conferido por parte das autoridades políticas, jurídicas e policiais às suas manifestações, ao mesmo tempo em que essas autoridades condenavam os movimentos de corte humanista. Destaca-se, nesse sentido, o esforço em comum do levante e dos grupos oligárquicos de interesses para promover uma narrativa que sintonizava patriotismo, luta contra a corrupção e ordem à legitimidade das manifestações. A partir daí, a narrativa dos grupos de interesses passam a distinguir não os atores, mas as manifestações, resumindo-as a dois lados: o dos patriotas contra a corrupção e o dos defensores do governo.

Buscando legitimar a práxis desse levante, que tinha como meio a propagação de ataques desmedidos àqueles que consideravam inimigos, negando qualquer concessão de civilidade, os alvos passaram a ser não só os inimigos por excelência, mas qualquer um que ousasse discordar das suas ideias ou simplesmente não legitimassem a caça às bruxas que instalou-se. Sendo assim, mesmo aqueles que defenderam ou até propagaram os propósitos do levante reacionário, em algum momento, viravam inimigos ao titubear diante das investidas do levante. O rol dos “inimigos” só ampliava-se.

Em contrapartida, a causa do levante era vista como contemplada quando, por “heroísmo”, sempre exaltado, afrontava-se os meios tradicionais e institucionais. O “heroísmo” e a moralidade não eram medidos pela índole ou pelo histórico dos atores identificados com o levante, mas, sim, de acordo com as circunstâncias, de acordo com o voluntarismo e com a

capacidade de atacar os inimigos por essência. Qualquer um que fosse capaz e propulse-se a isso era exaltado como “herói”.

Nisso, Rogério Chequer, uma primeira aposta de liderança alavancada pelos grupos oligárquicos de interesse, saiu dos bastidores do levante reacionário. Essa figura representava uma escolha tática pela articulação de uma narrativa de decepção e necessidade de comunhão para superar o estado das coisas e buscar um novo caminho na ordem (VEJA 2418, 25 de março de 2015). Sua escolha, contudo, não vingou como o esperado, não convencendo os nichos aliados de primeira hora do levante reacionário, embora essa aposta não apresentasse uma ameaça ou mesmo condenasse as investidas extremadas do levante. Ainda assim o apelo foi baixo por apostar na narrativa da comunhão, não entendendo a demanda real desses nichos, que era por extremar a situação, visando à ruptura da ordem. Dessa forma, o movimento Vem Pra Rua, criado por Chequer, foi perdendo paulatinamente o protagonismo - que, de fato, nunca teve - nas manifestações.

Paralelamente a isso formava-se outro movimento, o MBL, que cumpria esses requisitos, mas, ao mesmo tempo, não alinhava-se à narrativa de decepção e comunhão para superar o estado das coisas, o que era muito forte na mídia em nome da luta contra a corrupção. Esse movimento não acreditou na formação da maioria por esses meios, optando pela estratégia de extremar e romper com a ordem em detrimento do investimento na retomada de rumos. Não tratava-se mais da decepção ou de um sentir-se traído em relação a uma aposta: a narrativa passou a ser a constatação da natureza maléfica do sistema e daqueles que estavam sendo combatidos. Essa narrativa de essencialização e personificação da política evocava um “heroísmo” para que os perversos fossem desmascarados e extinguidos para, assim, alcançar-se a redenção pela “verdade” que traziam, mas que até então nunca pôde ser revelada. Desta forma, o MBL era, em tese, o novo, o contrário de tudo que estava aí, rejeitando, também em tese, qualquer aproximação com os meios e grupos tradicionais do poder. Essa postura foi mantida até ficar claro que a existência e o sucesso desse grupo dependia do pacto que os promoveria.

O levante reacionário concretiza-se através das manifestações de 2013, apostando na narrativa de negação dos meios tradicionais e institucionais da ordem e conquistando legitimidade e reconhecimento por parte dos setores mais extremos. Paradoxalmente, muitos setores e atores dos meios tradicionais e institucionais da ordem (ou seja, correspondentes ao

perfil que, em tese, o levante combatia), viam nesse levante a possibilidade de promover seus interesses, angariar votos e viabilizar atalhos para o poder.

A subdivisão, anterior às jornadas de junho de 2013, existente no levante reacionário que surge a partir do mal-estar da redemocratização é, pois, superada. Até mesmo porque a cisão inicial não é profunda, visto que não relacionava-se aos princípios ou propósitos que orientavam as partes, e sim aos meios de atuação, que fixam-se em um levante espontâneo de disseminação de valores e preconceitos retrógrados explícitos, por parte dos mais velhos, e em um levante que sustenta uma narrativa mais orientada e determinista, pseudocientífica, por parte dos mais jovens.

Tal cisão não trouxe qualquer dificuldade na comunhão entre as partes do levante reacionário. Pelo contrário, quando os desafiantes da ordem, em consequência da estabilidade democrática e da normalidade institucional, conseguem paulatinamente estabelecer suas pautas e interesses de forma racional, alinhados aos princípios e aos propósitos liberalhumanistas, o movimento reacionário, como um todo, passa a relativizar retoricamente tais princípios e propósitos. A consequência imediata é o crescimento da linha moralista e da identificação com o conservadorismo como doutrina.

Obviamente não pode-se esperar que esse desespero da oligarquia fosse representado como um mal exclusivo seu. Quem conta com recursos quase infinitos na disputa política fará de tudo em um momento oportuno, mas só será bem-sucedido se for convincente a outros estratos e grupos a ponto de mobilizá-los. Para que isso dê certo, contudo, é preciso que esse processo de efervescência emane das “bases”. Para tanto, faz-se necessário organizar a massa e excitá-la com constantes denúncias, de modo que ela sinta-se ferida no ego que, por sinal, tende a perder-se no processo. Só assim é possível dar forma à massa e canalizar a ira para a cruzada contra os hereges.

A primeira medida tomada pela oligarquia, a partir das jornadas de 2013, foi o apelo moralista da luta contra a corrupção, atribuindo ao inimigo o monopólio de todos os vícios. A segunda medida foi a de, através da organização e mobilização do levante reacionário, estabelecer uma narrativa que apresenta o projeto do inimigo como inviável e perversor. Todavia, diante do cenário política e economicamente frágil, mas estável, essa narrativa não teve o apelo eleitoral esperado, sendo frustrada pela grande mobilização de última hora de grupos que identificavam-se com a pautas liberal-humanistas, críticos ao governo, mas que visualizavam derrotas maiores em outro cenário (SOUZA, 2016).

Tabela 1- Pesquisa de intenção de votos (2014): Escolaridade em percentual (%)

	Fundamental	Médio	Superior
Dilma	61	51	39
Aécio	39	49	61

Fonte: DATAFOLHA, 24 e 25/10/2014 (véspera do segundo turno)

Tabela 2- Pesquisa de intenção de votos (2014): Renda em salário mínimo (S. M.) em percentual.

	Até 2 S.M.	De 2 a 5 S.M.	De 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
Dilma	63	50	40	35
Aécio	37	50	60	65

Fonte: DATAFOLHA, 24 e 25/10/2014 (véspera do segundo turno)

Usando de momentos críticos, como a crise econômica a partir de 2015, para incentivar o afloramento do medo e outros preconceitos além dos idiotas da primeira hora, a narrativa começa a ter maior efeito. A corrupção e a crise passam a ser relacionadas imediatamente nessas narrativas, como se a primeira fosse a causa inerente da segunda.

Visto que o discurso de naufrágio na corrupção, que dominou as manchetes dos maiores jornais do país de 2013 até 2015, não implicou a comoção esperada para além da classe média da sociedade. Sendo que tal comoção só venho a atingir a base social com o apontamento dos sintomas da crise, que passam a ser sensíveis socialmente a partir de 2015. A narrativa dos grupos de interesses e das manchetes dos maiores jornais acompanhou essa mudança e estabeleceu uma narrativa paralela à da luta contra a corrupção, defendendo a tese de que era preciso que uma virada política acontecesse (leia-se o *impeachment*) para que os ganhos materiais e direitos conquistados não fossem perdidos.

Nesse meio tempo, houve seis grandes manifestações a favor do *impeachment* do governo Dilma: em 15 de março de 2015, com quase dois milhões de manifestantes, segundo as melhores estimativas, e alcançando todas as regiões do país; em 12 de abril de 2015, com quase 700 mil, segundo as melhores estimativas, alcançando 24 estados, mais Distrito Federal e 152 cidades; em 16 de agosto de 2015, com quase um milhão, segundo as melhores estimativas, alcançando todos os estados; em 13 de dezembro, com baixa adesão, cerca de 30 mil, mas em todos os estados; em 13 de março, com quase 3 milhões, segundo as melhores estimativas, alcançando 26 estados, mais o Distrito Federal; e em 12 de abril, com 1,3 milhão, segundo as melhores estimativas, alcançando 24 estados, mais o Distrito Federal.

Pois bem, todas essas manifestações tiveram um grande sucesso, com uma única exceção, a do dia 13 de dezembro de 2015. O que explicaria isso? O primeiro ponto a observar-se é que essa foi a única manifestação que não contou com chamadas sistemáticas das grandes redes de televisão com canal aberto no país. Isso pode ter acontecido porque pensava-se àquela altura que as manifestações e as articulações estivessem fortes o suficiente para autossustentarem-se sem o fomento da grande mídia, o que ajudaria no fortalecimento da narrativa de posição neutra que está tentando defender, sendo que o pedido para a abertura do processo de *impeachment* já tinha sido acolhido, o que não tinha acontecido nas manifestações passadas.

Mostrou-se, assim, que a estruturação e o fomento desses grupos que articulavam as manifestações, o que foi explicitado por eles mesmos, não traduzia-se imediatamente em mobilização. A autonomia das articulações nas redes sociais não vingava por si naquele momento, ainda. Era preciso o alcance e o apelo da grande mídia para legitimar e mobilizar o levante reacionário, e ela voltou a cumprir a função de fomentadora das duas últimas manifestações antes da votação em plenário na Câmara.

Isso corrobora também o argumento de que a distinção nas articulações das duas partes do levante reacionário, tendo em vista o perfil dominante nessas manifestações, manteve-se ao longo do tempo. Por exemplo, na maior delas, a de 13 de março de 2016, em São Paulo, o perfil era de: maioria homem com idade superior a 36 anos; 77% curso superior, enquanto no município o índice é de 28%; 12% afirmaram que eram empresários, na cidade de São Paulo a atividade é citada por apenas 2%; o percentual de desempregados na avenida foi menor do que na população geral; 50% entre cinco e 20 salários mínimos, em São Paulo, o percentual nessa faixa é de 23%; 77% se declararam da cor branca; 94% dizem participar de nenhum grupo que promoveu o ato (DATAFOLHA).

Para 60% dos entrevistados, Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi o melhor presidente do Brasil, na primeira manifestação; em fevereiro de 2016, esse índice era de apenas 15% para toda população. O PSDB, o preferido de 37% dos entrevistados na primeira manifestação, passou para 21%, sendo que a maioria disse não ter um partido preferido. Por fim, 96% dos manifestantes consideraram correta a condução coercitiva do ex-presidente Lula ordenada pelo então juiz Sérgio Moro, assim como apoiavam a cassação do Eduardo Cunha. Dentre os entrevistados, 98% avaliavam o governo Dilma como ruim/péssimo (DATAFOLHA).

Assim, os sintomas da crise e as medidas tomadas equivocadamente, que passaram a ser chamadas de “estelionato eleitoral”, levaram a uma avaliação negativa crescente do governo. Isso convenceu a maioria da narrativa que pregava a necessidade de uma virada política, e que essa medida garantiria a manutenção das conquistas. Dada a virada política com o *impeachment*, a narrativa dos grupos oligárquicos de interesses, das manchetes dos jornais, teve uma virada de 180 graus, mas dessa vez não convenceu a base social (ACERVO FOLHA DE SÃO PAULO; ACERVO O GLOBO; ACERVO ESTADÃO).

Para esclarecer melhor essa mudança, é preciso acompanhar o percurso do índice de aprovação do governo Dilma ao longo dos seus mandatos. Nos mais de cinco anos do governo, houve dois tempos bem marcados, um de ascensão perante a opinião pública (2011 a 2013) e um de declínio (2013 a 2016). No ano de 2011, o Instituto Datafolha publicou três pesquisas sobre o índice de aprovação do governo, as quais apresentaram números similares, sendo realizadas nos dias 15 e 16 de março, 9 e 10 de junho e de 2 a 5 de agosto. Os dados apresentados foram os seguintes: 47%, 49% e 48%, para ótimo/bom; 34%, 38%, 39%, para regular; 7%, 10% e 11%, para ruim/péssimo, respectivamente. As notas, em uma escala de 0 a 10, foram de 6,9 e 6,8. Os principais pontos positivos apontados pelos entrevistados foram os programas sociais e a gestão econômica, ao passo que os maiores problemas apontados foram as dificuldades nas áreas de educação e de saúde. A maior aprovação era daqueles com baixa renda e baixa escolaridade, enquanto a menor aprovação era por parte daqueles com maior renda e maior escolaridade. Cabe frisar que, tanto os apontamentos sobre as virtudes e os problemas do governo, com exceção da gestão da economia que vai ser o eixo da virada, quanto as tendências segundo os perfis de renda e escolaridade vão manter-se durante todo o período.

No ano de 2012, o Instituto Datafolha publicou quatro pesquisas sobre o índice de aprovação do governo, as quais apresentaram números similares aos demais, sendo realizadas nos dias 18 e 19 de janeiro, 18 e 19 de abril, 9 de agosto e 13 de dezembro. Os dados apresentados foram de, respectivamente, 59%, 64%, 62% e 62%, para ótimo/bom; 33%, 29%, 30% e 30, para regular; 6%, 5%, 7% e 7%, para ruim /péssimo. As notas, em uma escala de 0 a 10, foram de X; 7,5; 7,4; e 7,2. Os principais pontos positivos apontados pelos entrevistados seguiam sendo os programas sociais e a gestão econômica, da mesma forma que os maiores problemas apontados foram, novamente, as dificuldades nas áreas de educação e de saúde. O perfil da aprovação segue o mesmo.

No ano de 2013, o Instituto Datafolha publicou cinco pesquisas sobre o índice de aprovação do governo, que apresentaram números similares aos demais, sendo realizadas nos dias 20 e 21 de março, 6 e 7 de junho, 27 e 28 de junho, 7 a 9 de agosto e 28 e 29 de novembro. Os dados apresentados foram de, respectivamente, 67%, 57%, 30%, 36% e 41%, para ótimo/bom; 27%, 33%, 43%, 42% e 40%, para regular; 7%, 9%, 25%, 22% e 17%, para ruim/péssimo. As notas, em uma escala de 0 a 10, foram de 7,4; 7,1; 5,8; 6,1; e 6,0. Os principais pontos positivos apontados pelos entrevistados foram os programas sociais, mas a gestão econômica sai do campo das virtudes, enquanto os maiores problemas apontados persistiam sendo as dificuldades nas áreas de educação e de saúde. A maior aprovação era daqueles com baixa renda e baixa escolaridade, a menor aprovação era por parte daqueles com maior renda e maior escolaridade, mas, depois das jornadas a aprovação caiu de forma geral, mantendo a subdivisão.

No ano de 2014, o Instituto Datafolha publicou sete pesquisas sobre o índice de aprovação do governo, que apresentaram números similares aos demais, sendo realizadas nos dias 2 e 3 de abril, 1 e 2 de julho, 15 e 16 de julho, 14 e 15 de agosto, 28 e 29 de agosto, 21 de outubro e 2 e 3 de dezembro. Os dados apresentados foram de, respectivamente, 36%, 35%, 32%, 38%, 35%, 42% e 42%, para ótimo/bom; 38%, 38%, 38%, 38%, 39%, 37% e 33%, para regular e 25%, 26%, 29%, 23%, 26%, 20% e 24%, para ruim/péssimo. As notas, em uma escala de 0 a 10, foram de 5,7; 5,6; 5,6; 6,0; 6,2; 6,3; e 6,2. Os principais pontos positivos apontados pelos entrevistados foram os programas sociais, mas a gestão econômica começa a ser criticada por grupos que anteriormente a apoiavam, em decorrência de mudanças na pasta.

No ano de 2015, o Instituto Datafolha publicou sete pesquisas sobre o índice de aprovação do governo do instituto, que apresentaram números similares aos demais, sendo realizadas nos dias 3 a 5 de fevereiro, 15 de março, 9 e 10 de abril, 17 e 18 de junho, 4 e 5 de agosto, 25 e 26 de novembro, e 16 e 17 de dezembro. Os dados apresentados foram de, respectivamente, 23%, 13%, 13%, 10%, 8%, 10% e 12%, para ótimo/bom; 33%, 24%, 27%, 24%, 20%, 22% e 22%, para regular; 44%, 62%, 60%, 65%, 71%, 67% e 65%, para ruim/péssimo. As notas, em uma escala de 0 a 10, foram de 4,8; 3,7; 3,8; 3,4; 3,0; 3,2; e 3,4. Os principais pontos positivos apontados pelos entrevistados foram os programas sociais, enquanto a gestão econômica começa a ser apontada como o principal problema do governo, assumindo o lugar antes dividido pelas dificuldades nas áreas de educação e de saúde. A desaprovação generaliza-se, passando a ser difícil de distinguir perfis.

No ano de 2016, o Instituto Datafolha publicou três pesquisas sobre o índice de aprovação do governo, que apresentaram números similares aos demais, sendo realizadas nos dias 24 e 25 de fevereiro, 17 e 18 de março e 7 e 8 de abril. Os dados apresentados foram de, respectivamente, 11%, 10% e 13%, para ótimo/bom; 25%, 21% e 24%, para regular; 64%, 69% e 63%, para ruim/péssimo. As notas, em uma escala de 0 a 10, foram de 3,5; 3,0 e 3,5. A gestão econômica consolida-se como maior problema e como questão dominante (DATAFOLHA).

Nesse cenário, que começa a mudar abruptamente a partir de 2013, constrói-se a ruptura democrática que daria-se no ano de 2016, alimentando-se de dificuldades cada vez maiores que apontavam uma atmosfera de descrença diante da piora da perspectiva sobre o futuro. A narrativa dominante defendia uma mudança drástica como meio confiável de retomar o crescimento e o otimismo. Quando essa mudança veio, não estava subordinada mais à necessidade de apenas uma virada política para que os ganhos materiais e direitos conquistados não fossem perdidos, mas, sim, à demanda de que os ganhos materiais e direitos conquistados fossem revisados para que a economia pudesse voltar a crescer, sempre sob a retórica neoliberal da modernização. Recuperar a confiança dos empresários através de corte de direitos é a única “lei econômica” que define o crescimento, segundo essa narrativa. Essa revisão daria-se por meio de reformas apresentadas pelo governo pós-*impeachment* na cartilha intitulada *Uma ponte para o futuro*. Algumas dessas reformas foram votadas e aprovadas com dificuldade, diante do grande rechaço da opinião pública. A repercussão dessas reformas foi negativa a ponto de candidaturas de partidos que associaram-se ao governo em torno de sua aprovação buscarem afastar sua imagem do governo e de suas propostas. A aprovação do governo Temer foi, assim, a pior da história, chegando a 82% de ruim/péssimo (DATAFOLHA).

Ao mesmo tempo em que aplaudia a retração nas políticas afirmativas que favoreciam a base social, o levante reacionário vê piora na troca de governo, condenando as reformas na política econômica do país. Isso, juntamente com a persistência da crise, abriu mais espaço para o extremismo do levante reacionário e frustrou a aposta na restabilização por parte dos grupos oligárquicos de interesses que encabeçaram a ruptura da democracia. O discurso *antiestablishment* ganha força com o sentimento de revolta diante da crise, sendo apoiado pelos grupos oligárquicos de interesse, enquanto a direita tradicional começa a perder espaço para uma direita obscurantista emergente.

O que resta ao levante reacionário, de acordo com o seu posicionamento histórico, diante de um paradigma neoliberal, é recorrer ao extremo com o intuito de romper com a ordem.

Tudo indica, pelo saudosismo e pela falsificação da história em suas narrativas, que essa ruptura aponta para o passado e não para o futuro, ou seja, busca a revitalização da ordem oligárquica e da solidariedade social escravocrata. O que não é diferente do desejo dos grupos oligárquicos de interesses, ainda que a realização desses últimos no paradigma neoliberal exclua necessariamente os ganhos da classe média, com exceção, obviamente, dos altos cargos do poder público e dos altos executivos do poder privado, o que explica a posição do MBL nessa dinâmica.

Diante de tal cenário de descrédito em relação ao que foi construído pelo pacto da oligarquia com a classe média, além da possibilidade eleitoral do retorno daquilo que o levante reacionário entendia como a perversão da ordem, e que os grupos oligárquicos de interesses entendiam como afronta a suas pautas, esse pacto veio a ser renovado em nome de valores retrógrados, preconceitos e interesses imediatos.

Quadro 25- Pesquisa de intenção de votos (2018): Escolaridade em percentual (%).

	Fundamental	Médio	Superior
Bolsonaro	44	58	61
Haddad	56	42	39

Fonte: DATAFOLHA, 26 e 27/10/2018 (véspera do segundo turno).

Quadro 26- Pesquisa de intenção de votos (2018): Renda em salário mínimo (S. M.).

	Até 2 S.M.	De 2 a 5 S.M.	De 5 a 10 S.M.	Mais de 10 S.M.
Bolsonaro	42	61	69	67
Haddad	58	39	31	33

Fonte: DATAFOLHA, 26 e 27/10/2018 (véspera do segundo turno).

Sendo assim, o que entende-se, a partir desta investigação, é que o que está por trás dessa atuação é uma metamorfose, que, por sua vez, não corresponde à mudança de um perfil político-ideológico liberal-humanista para um perfil político-ideológico conservador. O que observa-se é uma metamorfose de um perfil político-ideológico idiota para um perfil políticoideológico fascista, de acordo com a dinâmica da dialética social promovida pelo processo civilizador em decorrência da estabilidade democrática e da normalidade institucional.

A origem etimológica da palavra idiota vem do grego clássico e deriva do termo *idiótes*, que, identificado em oposição ao *polites*, servia para denominar as pessoas com status de cidadão que não participavam da vida pública por escolher dela abdicarem (CHAVES, 2018).

Para os gregos, isso consistiria em abdicar da própria humanidade, visto que, em sua visão, a participação na *pólis* era a essência da condição humana. Consequentemente, o *idiótes* era o “não político”, aquele que vê como motivo de atuação exclusivamente seus interesses. Suas concepções fixam-se a partir de seu ego, da vaidade. Enquanto o *polites* tem sua práxis no mundo a partir do social, da política, o *idiótes* tem sua práxis no mundo a partir de si, de sua convicção pessoal.

O idiota é o personagem que encontra-se em grande quantidade na atualidade dos que manifestaram-se nas redes sociais da internet e nas avenidas e praças das cidades contra as pautas liberal-humanistas, ou melhor, contra aquilo que o PT e qualquer grupo ou ator de esquerda representa para eles. Com pedidos genéricos e parciais, cuja única objetividade está nos ataques à estima de pessoas, grupos e pautas tidos como perversos por eles. A origem desses grupos não é aleatória, tampouco despropositada. Embora essa personagem não seja exclusiva, o fato é que temos uma história que privilegia a sua ascensão, visto que a configuração social ainda corresponde, em grande grau, a uma ordem oligárquica de solidariedade escravocrata e a uma esfera pública retrograda, o que contribui para estes resguardarem e exercitarem seu *habitus* ideológico com maior ou menor intensidade. O que, por sua vez, garante a perpetuação de valores e preconceitos antidemocráticos e até mesmo anti-humanistas.

Na atual conjuntura, o idiota é aquele que ao passar por um mal-estar, vendo sua condição relativamente privilegiada atingida ou em risco, tem a consciência abalada por qualquer transformação social, prezando pelo *status quo*. Ele não é dado a teorizar ou à aprofundar-se sobre a realidade, seu maior valor está no seu status e nos meios que o garantam. Para tanto, qualquer discurso enfático nesse sentido vale-lhe, já que a demanda não é intelectual, mas sim moral; para ele, não trata-se de entender a conjuntura, mas, sim, de justificar suas ações e sentimentos.

Enquanto idiota, esse agente é cauteloso ao expressar seus valores e preconceitos, tendendo a procurar seus pares ou à expressar-se entre conhecidos. Adota discursos genéricos e pouco objetivos em público, valendo-se do senso comum e de outros preconceitos difundidos na elaboração dos seus pensamentos. O idiota vê-se afetado em seu ego, sua consciência atua entre seus valores e preconceitos e as coesões sociais.

O fascista, por sua vez, representa um passo adiante do idiota. Essa nova etapa trata de uma transformação qualitativa, visto que, embora mova-se pelos mesmos motivos, ele não contenta-se com a manutenção do *status quo*, almejando o retrocesso e a elevação ao poder de

quem esteja comprometido em combater as pautas humanistas e em reestabelecer a ordem que acreditam estar pervertida. Embora o fascismo tenda a aflorar em momentos críticos, não pode-se afirmar que é exclusivo desses momentos; trata-se, pois, de um fenômeno constante em qualquer sociedade complexa que, em períodos de estabilidade, tende a restringir-se a grupos menores que atuam obscuramente (STANLEY, 2018).

Diferentemente do idiota, o fascista perde qualquer cautela ao expor seus valores e preconceitos. Despreza qualquer limite que possa prejudicar suas investidas e tende a atribuir a esses limites ataques e retaliações do inimigo, buscando pautar o senso comum e manipulá-lo sem qualquer escrúpulo. Nisso, a dissimulação é um artifício corriqueiro nas investidas fascistas, sendo utilizada como uma forma de dizer de outra forma o que não deveria dizer ou de negar o que foi dito, alegando má-fé na interpretação ou perseguição como ferramentas para cerceá-lo.

Seu discurso estrutura um culto ao passado mítico, reivindicando a memória da ditadura civil-militar, do império escravagista e reclamando a hierarquia como ordenamento social e racial contra as perversões possibilitadas pelas políticas afirmativas. A lei e a ordem contra os inimigos. A tensão sexual pela fragilização da masculinidade perante as mudanças no comportamento sexual. Por fim, fiam-se na superioridade moral que acreditam ter, por dizerem não partilhar tais características com os desafiadores da ordem (STANLEY, 2018).

O fascista vê como solução a eliminação do adversário, prezando a “ordem” a qualquer custo, por emergir em momentos críticos e de convulsões sociais. Venera lideranças combativas e tende a atribuir-lhes status quase supra-humano, mítico. O fascista abdica da consciência de si, de seu ego, encontrando-se na massa, movendo-se nela guiado pelo comando de líderes. Nesse sentido, não trata-se de crer no anonimato da não identificação, mas, sim, no anonimato da diluição na massa e mais ainda na potencialização do discurso dessa massa.

Por fim, o fascista reivindica uma ordem mitológica não existente que só poderia ser alcançada pela aniquilação do inimigo, ou melhor, da essência que emana deste. Nesse processo, ele vê-se em uma cruzada pela redenção dos seus, pregando um ideal a ser conquistado em uma guerra do bem contra o mal na qual qualquer meio é válido para sobrepor-se ao inimigo.

No caso do Brasil, o que experimenta-se no atual cenário é uma mudança de estado de espírito. Essa mudança apresentou-se de forma recorrente na história, ou melhor, de forma circular em nossa história, dadas nossas peculiaridades. Tal mudança, embora seja

experimentada em grau quantitativo na atuação dos sujeitos, representa uma transformação também qualitativa no cenário político e social. A situação encaminha-se para um cenário em que os levantes reacionários saem de um comportamento idiota para um comportamento fascista. Isso, como foi dito, não é exclusivo na história e muito menos é um recurso da política nacional apenas. Como Mannheim destaca, o fascismo é um recurso comum para toda burguesia (oligarquia) assustada.

O espírito a-histórico do fascismo pode ser em parte derivado do espírito de uma burguesia já no poder. Uma classe que já tenha ascendido na escala social tende a conceber a história em termos de eventos isolados e sem ligação. Os acontecimentos históricos somente aparecem como um processo enquanto a classe observa tais acontecimentos ainda espera alguma coisa deles. Somente estas expectativas podem dar ocasião a utopias, por um lado, e a conceitos de processo, do outro. Contudo, o sucesso no conflito de classes afasta o elemento utópico, e relega visões mais amplas para o segundo, a fim de melhor dedicar suas forças a tarefas imediatas. O resultado é que, em lugar de uma visão de conjunto que anteriormente levava em consideração as tendências e as estruturas totais, surge uma imagem do mundo composta de meros acontecimentos imediatos e fatos isolados. A ideia de um “processo” e da inteligibilidade estruturada história se converte em um simples mito.

O fascista é capaz de adotar serenamente este repúdio burguês da história como estrutura processo, sem nenhuma inconveniência, já que o próprio fascista é o expoente de grupos burgueses. Em conformidade com isso, não tem a intenção de substituir a ordem social existente por outra, mas apenas a de substituir um grupo dirigente por outro grupo dirigente, dentro da configuração de classes existente. As probabilidades de uma vitória fascista, bem como as de uma justificação de sua teoria histórica, dependem da ocorrência de conjunturas em que a crise desorganize tão profundamente a ordem capitalista burguesa que os meios mais evolucionários de se levar avante o conflito de interesses não sejam mais suficientes. Nestes momentos as probabilidades de conquistar o poder estão com os que souberem utilizar a ocasião com a necessária energia, estimulando as minorias ativas ao ataque, e, dessa forma, arrebatando o poder. (MANNHEIN, 1976, p. 171-172)

Nesse processo metamórfico de idiota para fascista existe uma subdivisão. É nítido, pesquisas supracitadas demonstram essa subdivisão geracional que, por sua vez, implica mudanças no comportamento e na atuação dos envolvidos. Embora o primeiro recorte demonstre um perfil muito homogêneo, em termos de poder aquisitivo, escolaridade, motivações e orientação político-partidária, entre aqueles que manifestam-se a favor de quem é contra o governo do PT, ou melhor, de quem é contra o que esse governo representa para eles. Quando busca-se pelos recortes de faixa etária, percebe-se que existe uma grande diferença em relação à atuação, aos recursos e às referências usadas, embora os fins sejam os mesmos para ambos.

O uso sistêmico da internet e de referências fixas em relação às lideranças das manifestações e outras figuras é muito mais corrente entre os jovens (de 15 a 35 anos) do que entre os mais velhos. Isso mostra a importância da mídia tradicional no sucesso das

manifestações conservadoras. A atuação mais relevante dos mais velhos dá-se nas manifestações de rua, onde formam a grande maioria, enquanto sua atuação na internet limita-se mais a repasses e a comentários aleatórios em que expõem seus valores e preconceitos.

Os mais jovens têm uma atuação muito mais intensa na internet, com participação sistemática em debates na rede. Contam com perfis mais coerentes em relação a seus valores e preconceitos, assim como contam com referências mais claras, o que não significa maior aprofundamento sobre questões envolvidas nas disputas políticas. Pelo contrário, o que observa-se é que os jovens não têm essas referências como embasamentos, pois seus discursos são tão rasos e radicais quanto os discursos dos mais velhos. Os usos dessas referências pelos jovens são muito mais ideológicos que intelectuais, e isso fica claro ao observarmos como seus ícones na internet operam referências básicas da teoria econômica, por exemplo.

O que observa-se é que os jovens envolvidos nessa disputa buscam nesses referenciais uma grife ou uma marca que possibilite-lhes uma identidade em um cenário no qual não foram assimilados e do qual, portanto, não reconhecem-se como pertencentes. A origem disso está no processo de transformação que o país experimentou nos últimos anos, que, embora não seja suficiente para transformar a configuração social e o *habitus* ideológico oligárquico, foi suficiente para romper representações consolidadas da sociedade, implicar levantes ou reforçar lutas de setores que estavam marginalizados na disputa política³⁸.

Os jovens brasileiros que tomam essas referências da doutrina neoliberal como grife passam pelo mesmo mal-estar que passam grupos da classe média com relativos privilégios, pois, são oriundos desses mesmos grupos. No entanto, suas consciências foram concebidas em um mundo em ebulição, onde as referências de seus pais caíram em descrédito ou não sustentam-se mais. Um cenário em que a luta por reconhecimento, principalmente a de caráter identitário, são componentes fortes desse momento de instabilidade e transformação, contando com grande legitimidade (BOTELHO; SCHWARCS, 2013).

Não é à toa que as representações desses jovens são um emaranhado de valores retrógrados e preconceitos com teorias econômicas pretensamente modernas. Representações esquizofrênicas são uma constante entre eles, pois só reconhecem autoritarismo, por exemplo,

³⁸ Isso se assemelha ao fenômeno do pós-guerra na Alemanha, quando jovens buscavam identidade em grupos radicais, nesse caso de esquerda, por não encontrarem em seus pais um referencial sustentável e confiável naquele cenário. O que difere do cenário nacional atual é que para os jovens alemães não seria sequer viável apelar para valores mais abstratos naquele cenário como, por exemplo, o patriotismo. Tais valores viriam a ser novamente encarnados, nos anos 1990, por jovens alemães neofacistas provenientes, sobretudo, da Alemanha Oriental.

do lado adversário enquanto, ao mesmo tempo, contemplam figuras autoritárias e medidas repressivas e antipopulares, deixando claro o critério ideológico que os embasa. Isso até a possibilidade, promovida pelo pacto, de concretizar suas ambições.

O deslumbre dos idiotas possibilitado pela crise, que coloca aqueles que veem como inimigo na defensiva, ao mesmo tempo em que lhes possibilita meios de vazão e legitimidade para suas investidas mais extremadas, agora normalizadas em nome das pautas dos grupos oligárquicos de interesses, cria o cenário perfeito para a metamorfose rumo à condição de fascista. Essa dá-se pela comunhão já existente, mas não exercida, entre as partes do levante reacionário, os grupos espontaneístas e os institutos de disseminação da doutrina neoliberal, articulados com as pautas dos grupos de interesses. A comunhão que existia involuntariamente em torno de princípios e propósitos encontra, a partir da crise estendida, meios de colaboração através da promoção de sua ética privada e pragmática. Dando vazão ao fascismo.

Por fim, conclui-se que, dentro de uma perspectiva configuracional, o conservadorismo no Brasil deriva diretamente de uma ordem social oligárquica e de uma solidariedade social escravocrata, valendo-se de uma esfera pública pré-burguesa onde impõem-se uma assimetria de valores e idéias. Essa condição é mantida por ter-se uma desigualdade extrema como regra e essa ser assegurada pela promoção de um processo descivilizador. Esse processo por sua vez foi afrontado duas vezes apenas na história do País, nos dois lapsos democráticos da história (1945-1964 e 1989-2016).

Dessa forma, a ordem dar-se pelas cíclicas rupturas democráticas, promovidas por levantes reacionários através do pragmatismo da oligarquia nacional e do empreendedorismo moral encarnado pela classe média principalmente. Os ideais e referências ostentados por esses grupos diversos variam muito no tempo, todavia, mantem-se intactos o sentido e o objetivo que estão por detrás dos levantes reacionários. Disposição sempre voltada para o oposto do processo civilizador, intensificando-se de acordo com a dinâmica do próprio processo. Nisso, o processo histórico-empírico demonstra que o perfil político-ideológico por detrás do levante reacionário que promove a ruptura democrática forja-se no fascismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Marcelo (org.). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989.

ACERVO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em <<https://acervo.estadao.com.br/>>.

Acesso em: 02 jul. 2019.

ACERVO FOLHA DE SÃO PAULO. Disponível em

<<https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

ACERVO O GLOBO. Disponível em <<https://acervo.oglobo.globo.com/>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALENCASTRO, Luís Felipe. **O Tráfico dos Viventes**. Formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

ALONSO, Angela. **As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate**. São Paulo: Lua Nova, 2009.

_____. Repertório, segundo Charles Tilly: história de um conceito. **Revista Sociologia & Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 2012.

ARISTÓTELES. **Política**. São Paulo: Martin Claret, 2018.

AZEVEDO, Reinaldo. Áudio em que Renan Santos, do MBL, critica a extrema direita é usado por esquerdistas para atacar movimento. **Veja**, São Paulo, 09 fev. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/audio-em-que-renan-santos-do-mbl-critica-aextrema-direita-e-usado-por-esquerdistas-para-atacar-movimento/>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

BASTIAN, Eduardo. O PAEG e o Plano Trienal: Uma Análise Comparativa de suas Políticas de Estabilização de Curto Prazo. **Est. Econ.**, São Paulo, vol. 43, n. 1, p. 139-166, jan./mar. 2013

BECKER, Howard S. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia [organizadores]. **Cidadania, um projeto em construção, justiça e direitos**. São Paulo: Claro Enigma, 2013.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Editora Bertrand, 2012.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. **A Construção Política do Brasil: Sociedade, Economia e Estado desde a Independência**. São Paulo: Editora 34, 2016.

_____. **Desenvolvimento e crise no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2003.

_____. (org.) **Populismo Econômico: Ortodoxia, Desenvolvimentismo e Populismo na América Latina**. São Paulo: Nobel, 1991.

_____. “O novo desenvolvimentismo”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 set. 2004.

_____. **Revista de Economia Política**, v. 31 (1), 2011.

_____. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, v. 20(1), p. 5-24, 2006.

_____. **Macroeconomia da Estagnação**. São Paulo: Editora 34, 2007.

CANO, Wilson. **A desindustrialização no Brasil. Economia e Sociedade**, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 831-851, dez. 2012.

CARVALHO, Laura. **Valsa brasileira: do boom ao caos econômico**. São Paulo: Todavia, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

DANTAS, Audálio. **A mídia e o golpe militar. Estudos Avançados**, v. 28, n. 80, 2014.

DA SILVA, Kiane Follmann. **MBL, crise política e conflitos de classe no Brasil**. Curitiba: CRV, 2020.

DATAFOLHA. **Manifestação na avenida Paulista**. São Paulo, 15/03/2015.

_____. **Ânimo dos eleitores**. São Paulo, 02/10/2018.

_____. **Apoio a democracia**. São Paulo, 03 e 04/10/2018.

_____. **Audiência aos programas partidários**. São Paulo, 10/09/2018.

_____. **Avaliação do candidato Bolsonaro**. São Paulo, 17 e 18/08/2018.

_____. **Avaliação das denúncias da JBS**. São Paulo, 21 a 23/06/2017.

_____. **Avaliação da Operação Lava-jato**. São Paulo, 26 a 27/04/2017.

_____. **Avaliação do governo**. São Paulo, 15 e 16/03/2011.

_____. **Avaliação do governo**. São Paulo, 02 a 05/08/2011.

_____. **Avaliação do governo**. São Paulo, 18 e 19/04/2012.

_____. **Avaliação do governo**. São Paulo, 09/08/2012.

_____. **Avaliação do governo**. São Paulo, 13/12/2012.

_____. **Avaliação do governo**. São Paulo, 20 e 21/03/2013.

_____. **Avaliação do governo**. São Paulo, 06 e 07/06/2013.

- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 27 e 28/06/2013.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 07 e 09/08/2013.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 28 e 29/11/2013.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 28 e 29/11/2013.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 02 e 03/04/2014.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 01 e 02/07/2014.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 15 e 16/07/2014.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 14 e 15/08/2014.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 28 e 29/08/2014.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 03 a 05/02/2015.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 26 e 27/11/2015.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 24 e 25/02/2016.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 14 e 15/07/2016.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 07 e 08/12/2016.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 21 a 23/06/2017.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 27 a 28/09/2017.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 26 a 27/04/2017.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 29 a 30/11/2017.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 29 a 30/01/2018.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 11 a 13/04/2018.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 06 e 07/06/2018.
- _____. **Avaliação do governo.** São Paulo, 18 e 19/12/2018.
- _____. **Conhecimento sobre Bolsonaro.** São Paulo, 10/09/2018.
- _____. **Conhecimento sobre Haddad.** São Paulo, 13 e 14/09/2018.
- _____. **Confiança no país.** São Paulo, 21/10/2014.
- _____. **Conhecimento sobre Bolsonaro.** São Paulo, 10/09/2018.
- _____. **Conhecimento sobre mensagens falsas.** São Paulo, 24 e 25/09/2018.
- _____. **Desejo de mudança e rejeição.** São Paulo, 17 e 18/09/2018.
- _____. **Conhecimento sobre Bolsonaro.** São Paulo, 10/09/2018.

- _____. **Engajamento nas redes sociais.** São Paulo, 24 e 25/10/2018.
- _____. **Fonte de informação.** São Paulo, 10/09/2018.
- _____. **Liberação das armas e homossexualidade.** São Paulo, 24 e 25/10/2018.
- _____. **Voto obrigatório.** São Paulo, 07 e 08/05/2014.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 22/09/1994.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 28/09/1994.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 05/09/1998.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 07/06/2002.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 05/07/2002.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 30/07/2002.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 16/08/2002.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 30/08/2002.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 02/10/2002.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 05/10/2002.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 23/10/2002.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 26/10/2002.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 11/10/2002.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 18/10/2002.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 21 e 22/08/2006.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 04 e 05/09/2006.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 11 e 12/09/2006.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 18 e 19/09/2006.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 22/09/2006.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 27/09/2006.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 29 e 30/09/2006.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 05 e 06/10/2006.

_____. **Eleições.** São Paulo, 10/10/2006.

_____. **Eleições.** São Paulo, 24 e 25/10/2006.

_____. **Eleições.** São Paulo, 27 e 28/10/2006.

_____. **Eleições.** São Paulo, 29/10/2006.

_____. **Eleições.** São Paulo, 15 e 16/04/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 19 e 20/04/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 20 e 21/05/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 30/06 e 01/07/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 20 e 23/07/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 09 a 12/08/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 20/08/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 23 e 24/08/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 02 e 03/09/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 08 e 09/09/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 13 e 15/09/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 14 a 16/09/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 27/09/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 21 e 22/09/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 28 e 29/09/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 1 e 2/10/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 08/10/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 14 e 15/10/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 26/10/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 29 e 30/10/2010.

_____. **Eleições.** São Paulo, 27 e 28/06/2013.

_____. **Eleições.** São Paulo, 11/10/2013.

_____. **Eleições.** São Paulo, 28 e 29/11/2013.

_____. **Eleições.** São Paulo, 19 e 20/02/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 02 e 03/04/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 07 e 08/05/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 03 a 05/06/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 01 e 02/07/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 15 e 16/07/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 14 e 15/08/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 28 e 29/08/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 01 a 03/09/2014.

_____. **Eleições** São Paulo, 08 e 09/09/2014.

_____. **Eleições** São Paulo, 08 e 09/09/2014.

_____. **Eleições** São Paulo, 08 e 09/09/2014.

_____. **Eleições** São Paulo, 17 e 18/09/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 18 e 19/09/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 25 e 26/09/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 29 e 30/09/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 01 e 02/10/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 03 e 04/10/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 08 e 09/10/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 14 e 15/10/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 20/10/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 21/10/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 22 e 23/10/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 24 e 25/10/2014.

_____. **Eleições.** São Paulo, 07 e 08/04/2016.

_____. **Eleições.** São Paulo, 26 e 27/04/2017.

_____. **Eleições.** São Paulo, 21 a 23/06/2017.

_____. **Eleições.** São Paulo, 27 e 28/09/2017.

_____. **Eleições.** São Paulo, 29 e 30/11/2017.

_____. **Eleições.** São Paulo, 29 e 30/01/2018.

- _____. **Eleições.** São Paulo, 11 e 13/04/2018.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 06 e 07/06/2018.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 17 e 18/08/2018.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 20 e 21/08/2018.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 10/09/2018
- _____. **Eleições.** São Paulo, 13 e 14/09/2018.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 18 e 19/09/2018.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 26, 27 e 28/09/2018.
- _____. **Eleições** São Paulo, 02/10/2018.
- _____. **Eleições** São Paulo, 03 e 04/10/2018.
- _____. **Eleições** São Paulo, 05 e 06/10/2018.
- _____. **Eleições** São Paulo, 10/10/2018.
- _____. **Eleições** São Paulo, 24 e 25/10/2018.
- _____. **Eleições.** São Paulo, 26 e 27/10/2018.

DE CARLI, Ane Mary S.; RAMOS, Brocchetto. **Tropicália: gêneros, identidades, repertórios e linguagens.** Caxias do Sul: EDUCS, 2017.

DECKER, Augusto. **Delfim Netto, de czar a Rasputin: 50 anos de influência na economia brasileira.** O Globo, Rio de Janeiro, 09 mar. 2018. Disponível em:
<<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/delfim-netto-de-czar-rasputin-50-anos-deinfluencia-na-economia-brasileira-18592024#ixzz5vTgiEcE1stest>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

DELGADO, Guilherme Costa. **Terra trabalho e dinheiro: regulação e desregulação em três décadas da Constituição Federal de 1988.** São Paulo: Loyola, 2019.

DELGADO, Maurício G.; DELGADO, Gabriela N. **Constituição da República e direitos fundamentais: dignidade da pessoa humana, justiça social e direito do trabalho.** São Paulo: LTr, 2017.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a Conquista do Estado.** Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

DUARTE, Pedro. **Tropicália ou Panis et Circencis.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2020.

EISENSTADT, Samuel. **De geração a geração.** São paulo: Perspectiva, 1976.

ELIAS, Norbert. **Os Alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1997.

_____. **Introdução à Sociologia.** Lisboa: Edições 70, 2011.

_____. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes.** Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1990.

_____. **O Processo Civilizador**: formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993.

_____. **Escritos e Ensaios I**: Estado, Processo, Opinião Pública. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. Bauru: Editora EDUSC, 2013.

_____. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008. v. 1.

_____. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Editora Globo, 2008.

FLORES, Paulo. O que são think tanks. E como eles influenciam a política. **Nexo Jornal**, São Paulo, 01 dez. 2017. Disponível em: <<https://www.nexojornal.com.br/expresso/2017/12/01/O-que-s%C3%A3o-think-tanks.-E-como-eles-influenciam-apol%C3%ADtica>>. Acesso em: 02 jul. 2019.

FONSECA, Pedro. Metalistas x papelistas: origens teóricas e antecedentes do debate entre monetaristas e desenvolvimentistas. *Nova Economia*, Belo Horizonte v.22, n.2, p. 203-233, mai./ago. 2012.

_____. O mito do populismo econômico de Vargas. **Revista de Economia Política**, v. 31, n. 1 (121), p. 56-76, jan./mar. 2011.

FRAGOSO, João; FLORENTINO, Manolo. **O Arcaísmo Como Projeto**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, J.; MATTOS, P. (Orgs.). **Teoria Crítica no século XXI**. São Paulo: Annablume, 2007

_____. Rethinking Recognition. **New Left Review**, London, n. 3, p. 107-120, May/June 2000.

_____. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da Justiça na Era Pós-Socialista". In: SOUZA, J. (org) **Democracia Hoje**. Brasília: UnB, 2001.

_____. Social Justice in the Age of Identity Politics: Redistribution, Recognition, and Participation. In: FRASER, N. & HONNETH, A. **Redistribution or Recognition: a Political-Philosophical Exchange**. London : Verso, 2003.

- FRIEDMAN, Benjamin. **As conseqüências morais do crescimento econômico**. São Paulo: Record, 2009.
- FRIEDMAN, Milton. **Capitalismo e Liberdade**. São paulo: LTC, 2014.
- _____. **A metodologia da economia positiva**. Edições Multiplic, 1981.
- FUKUYMA, Francis. **O Fim da História e o Último Homem**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2015.
- FURHMANN, Nadia. Luta por reconhecimento: reflexões sobre a teoria de Axel Honneth e as origens dos conflitos sociais. **Barbarói**, Santa Cruz do Sul, n. 38, p. 79-96, jan./jun. 2013.
- GASPARI, Elio. Independência ou morte para o IBGE. **Folha de São Paulo**, 02 fev. 2005.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GRILL, Igor. **A ação coletiva dos dominantes: notas sobre uma agenda de pesquisa sobre as “orgnizações patronais”**.
- GROS, Denise. Institutos liberais, neoliberalismo e políticas pública na nova república. **Revista Brasileira De Ciências Sociais**, v. 19 n. 54, 2004.
- GROS, Denise. **Institutos liberais, neoliberalismo e políticas pública na nova república**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser, 2003.
- HABERMAS, Jürgen. **A Nova Obscuridade**. Pequenos Escritos Políticos V. São Paulo: Editora UNESP, 2015.
- _____. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- HALIMI, Serge. Quem são, afinal, os reacionários? **Le monde diplomatique Brasil**, 1 jan. 2003.
- HEGEL, Georg. **Princípios da Filosofia do Direito**. São Paulo: Martin Fontes, 2000.
- HIRSHMAN, Albert O. **Retórica da Intransigência**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- HOBBSAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- _____. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz & Terra, 2012.
- HOFFMAN, Rodolfo. Desigualdade e pobreza no Brasil no período 1979-90. **RBE**, Rio de Janeiro, v. 49 n. 2, p. 277-294, abr./jun. 1995.
- _____. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 213-235, jul./dez. 2002.
- HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HORKHEIMER; ADORNO, Theodor. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

IBGE (org.). **Estatísticas do século XX**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.

JAGUARIBE, Hélio. **Condições institucionais do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____. **O problema do desenvolvimento econômico e a burguesia nacional**. São Paulo: Fiesp/Ciesp Serv de Publicações, 1956.

JOAS, Hans. **A sacralidade da pessoa: nova gênese dos direitos humanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

KERBAUY, Maria T.M. **Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

KRUGMAN, Paul. **A Consciência de Um Liberal**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2010.

LACERDA, Marina Basso. **O novo conservadorismo brasileiro**. Porto Alegre: ZOUK, 2019.

LANDINI, Tatiana; PASSIANI, Enio. Jogos habituais – sobre a noção de habitus em Pierre Bourdieu e Norbert Elias. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL PROCESSO CIVILIZADOR, 10, 2007.

LAVAL, Cristian; DARDOT, Pierre. **A Nova Razão Do Mundo: Ensaio Sobre A Sociedade Neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

LUNA, Francisco; KLEIN, Herbert. **História Econômica e Social do Brasil: o Brasil desde a República**. São paulo: Saraiva, 2016.

LUTZENBERGER, José. **Crítica ecológica do pensamento econômico**. São Paulo: L&PM, 2012.

MACHADO, Juremir. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2017.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Box Todos os romances e contos consagrados**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

MANNHEIM, Karl. **Ideologia e Utopia**. Rio de Janeiro: ZAHAR, 1976.

_____. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MARQUES, Ângela Salgueiro; NOGUEIRA, Erika Dias. Estratégias de visibilidade utilizadas por movimentos sociais na internet. **Revista de Comunicação Midiática**, São Paulo, v. 7, n. 2, mai./ago. 2012.

MARQUESE, Rafael; SALLES, Ricardo. **Escravidão e capitalismo histórico do século XIX: Cuba, Brasil, Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

McADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político**. São Paulo: Lua Nova, 2009.

MENDONÇA, Ricardo F. **Reconhecimento em debate**: os modelos de Honneth e Fraser em sua relação com o legado habermasiano. Curitiba: Revista Sociologia Política, 2007.

MESQUITA, Nuno; MOISÉS, José; RICO, Bruno. As Diferentes Dinâmicas da Corrupção: Mídia, Percepção e Instituições no Contexto Brasileiro. In: CUNHA, Isabel. **Cobertura Jornalística da Corrupção Política**: uma perspectiva comparada Portugal, Brasil e Moçambique. No prelo. Uma versão em inglês foi apresentada na Political Communication Research Committee (IPSA) Conference. Granada, Espanha, 12 e 13 de setembro, 2013.

MINDIN, Betty (org.). **Planejamento no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 2010.

MOORE Jr. Barrigton. **Injustiça**: as Bases Sociais da Obediência e da Revolta. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

_____. **As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia**: Senhores e Camponeses na Construção do Mundo Moderno. Portugal: Editora 70, 2010.

MOTTA, Rodrigo. O golpe de 1964 e a ditadura nas pesquisas de opinião. **Revista Tempo**, Belo Horizonte, v. 20, 2014.

NERI, Marcelo. **A Década Inclusiva (2001-2011)**: Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. Brasília: IPEA, 2012.

OFFERLÉ, Michel. **Sociologie des organisations patronales**. Paris: Éditions La Découverte, 2009.

OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, Vol. VIII, nº1, 2002, Encarte Tendências. p. 341-393.

OREIRO, José; FEIJÓ, Carmen. **Desindustrialização**: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), p. 219-232, abr./jun. 2010.

PERLATTO, Fernando. **Esferas Públicas no Brasil**. Teoria Social, Públicos Subalternos e Democracia. Curitiba: Appris, 2018.

PIERUCCI, Antônio. **Ciladas da diferença**. São Paulo: Editora 34, 1999.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Brasil em transe**: bolsonarismo, nova direita e desdemocratização. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2019.

PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Lisboa: Editora Edições 70, 2012.

PRADO Jr., Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ROMELLI, Otaíza de O. **História da educação no Brasil (1930-1973)**. Petrópolis: VOZES, 2014.

SAFATLE, Vladimir. **Cinismo e falência da crítica**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. São Paulo: Autêntica, 2021.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **A Democracia Impedida**. O Brasil no Século XXI. São Paulo: FGV Editora, 2017.

SEWELL, Willian. **Lógicas da história: teoria social e transformação social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da razão cínica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

SILVA, Marcelo Kunrath. **Atores, Espaços e Repertórios: a atuação dos movimentos sociais através das fronteiras da sociedade e do Estado**, 2014.

_____. **De volta aos movimentos sociais?** Reflexões a partir da literatura brasileira recente. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, n. 1, 2010.

SOBRINHO, Jose Bonifacio. **O livro do Boni**. São Paulo: Casa Da Palavra, 2011.

SCHWARCS, Lilia Moritz; GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SCHWARCS, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História Militar do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979.

_____. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Graal, 1977.

SOLANO, Ester [organizadora]. **O ódio como política: reinvenção das direitas no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.

SOLANO, Ester; ROCHA, Camila. **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

SOUZA, Carolina de. Civilização e violência: Norbert Elias e a construção da teoria dos processos civilizadores para explicação da vida civilizada. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 38, 2014.

SOUZA, Jessé. **A Radiografia do Golpe**. Entenda Como e por que Você Foi Enganado. Lisboa: Editora Leya, 2016.

SOUZA, Jessé. **O “novo” velho golpe**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/revista/984/o-201cnovo201d-velho-golpe>>. Acesso em: 22 maio 2018.

_____. A gramática social da desigualdade brasileira. **RBCS**, Cidade, v. 19, n. 54, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcso/v19n54/a05v1954.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2018.

_____. **À Margem do Abismo**: conflitos na Política Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2014

_____. **Cidadania e Justiça a Política Social na Ordem Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1994.

_____. **Subcidadania Brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. 2 ed. Rio de Janeiro: LeYa, 2018.

_____. **A elite do atraso**: da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: LeYa, 2017.

_____. **A tolice da inteligência brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.

_____. (Org.). **Ralé brasileira**: quem é e como vive. São Paulo: Editora Contracorrente, 2017.

_____. **A construção social da subcidadania**: para uma sociologia política da modernidade periférica. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

_____. **A modernização seletiva**: uma reinterpretação do dilema brasileiro. Brasília: Editora UnB, 2000.

_____. **A classe média no espelho**: Sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade: Editora: Estação Brasil, 2018.

SPINELLI, Leticia. **Repensando o reconhecimento: a crítica de Nancy Fraser ao modelo identitário de Axel Honneth**. **Revista de Ciências Sociais**, v. 6, n. 1, p. 204-234, jan./jun. 2016.

STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado**: a crise adiada do capitalismo democrático. São Paulo: Editora Actual, 2013.

_____. **How Will Capitalism End?**: Essays on a Failing System. London/New York: Verso, 2016.

TARROW, Sidney. **Poder em movimento**: Movimentos sociais e confronto político. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Democracia**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

_____. Movimentos sociais como política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 3, 2010.

THOMPSON, E. P. **Formação da classe operária inglesa**: volumes I, II, III. São Paulo: Paz & Terra, 2012.

TOURAINÉ, Alain. **Crítica a Modernidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2012.

_____. **Igualdade e Diversidade**: O sujeito democrático. Bauru: Editora EDUSC, 1998.

_____. **Palavra e Sangue**: Política e Sociedade na América Latina. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1989.

_____. **Como sair do liberalismo**. São Paulo: EDUSC, 1999.

_____. **O que é a Democracia?** .Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. **O Pós-Socialismo**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.

WILLIAN, Eric. **Capitalismo e escravidão**. São Paulo: Capitalismo e escravidão, 2012.

VIEIRA, António . **Obra completa Padre António Vieira**: tomos I, II, III, IV. São Paulo: Editora Loyola, 2015.

ZALD, Mayer; BANASZA-HOLL, Jane; LEVITSKY, Sandra. **Social Movements and the Transformation of American Health Care**. New York : Oxford, 2010.

ZALD, Mayer; McADAM, Doug; McCARTHY, John. **Movimientos sociales: perspectivas comparadas**. Madri: ISTMO, 1999.

